

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
COMPARADA

FABIANA CARNEIRO DA SILVA

**Tensões do pensamento nacional no diálogo crítico entre
Roberto Schwarz e Silviano Santiago**

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
COMPARADA

FABIANA CARNEIRO DA SILVA

**Tensões do pensamento nacional no diálogo crítico entre
Roberto Schwarz e Silviano Santiago**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Piason Natali

São Paulo
2012

*À Maria de Lourdes da Silva, minha mãe.
Mulher que a cada dia me inspira força
com sua coragem e humildade diante das
adversidades desse mundo.*

Agradecimentos

Ao meu orientador Marcos Piason Natali por quem tenho o mais profundo respeito e admiração. Não há palavras que alcancem o quanto tenho a agradecer pelo incentivo, pela disponibilidade e paciência perante os tantos momentos de crise deste meu percurso acadêmico. Além disso, agradeço imensamente pela seriedade e compromisso na orientação que sempre procurou preservar minha autonomia intelectual.

À CAPES pela bolsa de mestrado concedida durante vinte e quatro meses.

Ao Luiz e aos outros funcionários do departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, sempre gentis e eficientes.

Ao Jaime Guinzburg e ao Jefferson Agostini Mello pela leitura do texto da qualificação e pelos apontamentos, que sem dúvidas foram fundamentais para a escrita deste trabalho.

Aos colegas do grupo de estudos coordenado pelo professor Marcos Natali e aos demais interlocutores que contribuíram para minhas reflexões. De modo particular, à Carolina Correia Santos, Raquel Parrine, Luana Antunes, Aline Rocha, Marcelo Souza, Geruza Zelnys e Meritxell Marsal, grandes amigos e parceiros intelectuais.

Aos meus amigos que direta e indiretamente me apoiaram nesta empreitada: Berimba de Jesus, Alexandre Amendola, Elisandra Pedro, Alessandra Legnare, Carolina Vendramini,

André Fernandes, Caru Lisboa, Renato Maldonado, Mari Oliveira, Priscila Moreira, Simone Dantas, caríssimos do Butantã, galera do Sambatú, mulheres do UMA7, companheiros do Cangarussu e da Morada da Luz e aos tantos outros queridos de encontros e viagens (felizmente vocês são muitos e não seria possível nomeá-los todos aqui).

Meu reconhecimento especial aos amigos que igualmente estiveram, e estão, envolvidos intensamente no processo de formação do que eu sou e sem os quais pouco, ou nada, valeria a pena: Pati Andrade, Ricardo Tamashiro, Cíntia Miyazak, Dafinis Cakau, Vanessa Melo, Talita Lima, Tânia Borges, Regina Margaret, José Virgínio, Fabito Figueiredo, Paula Bellaguarda, Thiago Oliveira, Moira Versolato, Amanda Lunardi e Anita Limulja. Obrigada por me ajudarem com a carga sem fazer cara feia.

À Elionora Silvéria da Costa pela generosidade da ajuda nos momentos finais desta dissertação.

À minha família, porque sangue é sangue.

À Fabíola e à pequena Maria Eduarda por compreenderem minhas ausências e sempre me inundarem de alegrias. A paz que encontro ao lado de vocês é indizível.

Ao samba por me manter junto de mim e dos meus.

Ao Acauam pela companhia ativa e sincera em todos os estágios desse trabalho, mas, sobretudo, por caminhar comigo naquilo que é o amor.

Saravá.

“Ai de mim

Se não fosse o pandeiro, o ganzá e o tamborim

Pra ajudar a marcar

Meu tamborim”

Jovelina Pérola Negra

Resumo

Partindo de uma sensação de desconforto em relação a certo modo de encaminhamento da reflexão crítica contemporânea no Brasil, este trabalho propõe uma análise comparativa de alguns ensaios de dois autores de notória importância para a teoria literária brasileira, a saber, Roberto Schwarz e Silviano Santiago. Por meio de um recorte que privilegia as proposições e avaliações sobre os aspectos socioculturais do país realizadas por eles, pretende-se explicitar como a perspectiva contrastiva – que leva em consideração as oposições, mas também as semelhanças – entre tais obras pode configurar uma possibilidade de formulações outras para questões que há muito são fundamentais no pensamento nacional. Desse modo, sem nos isentarmos de uma posição na disputa do campo, almejamos flagrar as tensões que os textos críticos estabelecem entre si e vislumbrar nesse procedimento uma potência particular. Deteremo-nos, sobretudo, nos modos como o tópico da subordinação econômica versus (in)dependência cultural (e sua relação com o nacionalismo) são desenvolvidos e envolvem estratégias de autolegitimação, bem como o embate entre pressupostos teóricos de escasso diálogo: a desconstrução e o materialismo dialético.

Abstract

Motivated by a certain discomfort related to a specific direction Brazil's contemporary critical thought has taken, this paper proposes a comparative analysis between a few essays from two highly regarded authors in Brazilian literary criticism: Roberto Schwarz and Silviano Santiago. Through a point of view that privileges the proposals and assessments concerning the country's socio cultural aspects carried out by them, it is intended to highlight how the contrastive perspective – which takes into consideration the oppositions, but also the similarities – between the aforementioned works can configure a possibility of formulating other questions that for long have been quintessential in the national thought. Thus, without excusing ourselves from taking a stand in the dispute, we aspire to point out the tensions set between the critical texts and conjecture a common faculty in this procedure. We shall focus, mostly, on the manners the topic economic subordination versus cultural (in)dependence (and its relation to nationalism) are developed and regard self-legitimization strategies, as well as the confrontation between theoretical moulds of rare dialogue: deconstruction and dialectic materialism.

Sumário

Apresentação	01
Introdução – Entre a teoria literária e a análise cultural: desafios de leitura	03
1. As ideias de Brasil: fundamentos de um debate crítico	12
1.1. Armando o problema.....	12
1.2. Para além das ideias: a forma.....	29
1.3. Oposições sinuosas.....	44
2. Ainda o Brasil: disputando a tradição	55
2.1 A poesia de Oswald de Andrade e suas reverberações.....	55
2.2 A especificidade do literário: uma peleja em voga.....	68
2.3 Adequação crítica e nacionalismos.....	76
3. Entre disparates: como estamos e para onde vamos	86
3.1 Os diagnósticos do presente.....	86
3.2 Onde a teoria literária encontra a ciência social.....	103
3.3 A negatividade niilista <i>versus</i> o otimismo ingênuo.....	114
4. Considerações finais	124
Referências bibliográficas	128

Apresentação

A delimitação dos críticos que figuram como objeto desta dissertação deu-se pela pertinência e seriedade com que eles abordam os temas que iremos discutir. Não me isentando da disputa na qual me insiro, e que pretendo transpor para dentro deste trabalho, é necessário explicitar a admiração e respeito que tenho por suas obras.

Outro elemento importante que subjaz aos desdobramentos deste texto é o profundo desconforto com a ausência de espaços públicos dentro da universidade nos quais distintos posicionamentos possam ser confrontados. O fato de sujeitos, que compartilham de uma mesma tendência teórica, fecharem-se em grupos isolados e circunscreverem suas atuações aos seus pares, motivou-me a enfrentar o desafio, não sem riscos, de propor uma leitura comparativa entre autores que possuem matrizes de pensamento aparentemente tão díspares entre si.

O meu desejo, e pretensão, é criar a possibilidade de um lugar outro no campo e no desenvolvimento das proposições levantadas. Por isso, diante da exigência, que já antecipo, de escolha entre um dos posicionamentos mobilizados, vislumbro como primeira resposta possível o questionamento dos termos em que essa exigência é feita. A teia discursiva que aqui apresenta-se delineada almeja evitar a concepção das perspectivas críticas como unidades autônomas e homogêneas. Pretende reconhecer as fissuras, descontinuidades e identidades entre as várias formulações que ora iluminam, ora obnubilam os aspectos de nosso interesse. A dificuldade de constituir esse lugar que não esteja, a priori, comprometido com uma conciliação das ideias, mas que, sim, formule algo a partir das tensões entre elas é o que impulsionou e também gerou obstáculos para a realização deste estudo.

Passados três anos de intensas leituras, reflexões e discussões, posso afirmar que,

antes de qualquer coisa, o presente trabalho configura-se como registro de um percurso de amadurecimento intelectual. Longe de considerá-lo produto finalizado – no qual as questões destacadas tenham atingido um grau máximo de desdobramento – compartilho-o com o leitor tendo a certeza de que o processo de escrita, assim como a atividade do pensamento, pode ser considerado infinito e portanto, como dizem, “nunca se acaba um texto, o que fazemos é escolher o momento para abandoná-lo”.

Introdução

Entre a teoria literária e a análise cultural: desafios de leitura

Durante um grande período a literatura, bem como a crítica literária, constituíram no Brasil um espaço privilegiado para a reflexão sobre a nação. A partir da década de 30, iniciou-se um movimento de composição e institucionalização de outras disciplinas, como a sociologia, que criaram um espaço de competição e deslocaram a centralidade desse debate. A crítica literária sofreu um processo de especialização, atrelado e legitimado pelo vínculo com a universidade. Neste sentido, ganhou maiores contornos um campo literário relativamente autônomo, no qual atuam uma série de sujeitos, desde diversos posicionamentos.¹ Contudo, tanto para o bem quanto para o mal, o trabalho crítico e artístico brasileiro seguiu possuindo estatuto de ação política e, ainda que com variações, a necessidade de pensar a cultura e a sociedade do país permaneceu uma preocupação imperativa dessa esfera.

Sendo assim, sabemos que nossos estudos literários foram primeiramente institucionalizados por Antonio Candido, que incluiu neles objetos e métodos que participavam de um projeto de construção da identidade nacional.² Luiz Costa Lima define três eixos predominantes na atividade crítica-literária brasileira no período de constituição, a saber: literatura nacional, especificidade da linguagem literária e relação da linguagem literária com a sociedade.³ De acordo com ele, Candido investiu na formação de um sistema

1 A ideia de campo, formulada, a partir da sociologia religiosa de Weber, por Pierre Bourdieu, faz referência a um espaço intermediário entre uma determinada área e seu contexto social, isto é, a um espaço que obedece leis específicas e que constitui uma forma específica de capital. Neste espaço identificamos, pois, uma margem de autonomia, mas, por ser comunicante com o exterior, também uma margem de heteronomia, ou seja, nele não deixam de se expressar aspectos políticos, econômicos, relações de força, etc. BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

2 O histórico fornecido pelo site do departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP informa-nos que a área de teoria da literatura passou a existir a partir de 1961, graças a um pedido de Candido. Em 1964, Roberto Schwarz é contratado e, em 1990, a área é oficialmente transformada em departamento.

3 LIMA, Luiz Costa. "Concepção de História Literária na "Formação". In: *Dentro do texto, dentro da vida: Ensaio sobre Antonio Candido*. [D' trincas, Maria Ângela e Scarabotolo, Eloísa Faria (orgs)]. São Paulo: Cia

literário contínuo, ininterrupto e linear como algo gradativo e orgânico, ressaltando as produções que favorecessem a coesão nacional.

Ligia Chiappini, de alguma maneira, corrobora essa análise ao destacar as seguintes ideias como principais constituintes do projeto do livro *Formação da Literatura Brasileira*, obra que formalizou tal investimento: a criação de uma tradição que toma como base a afirmação de uma “solidariedade estreita entre Romantismo e Arcadismo” (Candido escreve que o Arcadismo teve a função de “plantar de vez a Literatura do Ocidente no Brasil”) e o “caráter interessado da literatura brasileira”, ou seja, o fato de, para Candido, “a literatura do Brasil, como a de outros países latino-americanos, [ser] marcada por este compromisso com a vida nacional, no seu conjunto, circunstância que inexistia nas literaturas dos países de velha cultura”.⁴ Fica explícita a maneira de enxergar a literatura em voga e que norteou as pesquisas desenvolvidas pelos professores do departamento, depois, é claro, multiplicadas com matizes diferentes.

Tanto Candido como outros intelectuais brasileiros tiveram suas proposições legitimadas a partir do vínculo institucional com a Universidade de São Paulo, que, por sua vez, já possuía um discurso de saber validado pelas gerações anteriores – constituídas por intelectuais fundadores de um discurso de interpretação da realidade brasileira, como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado. Esses pensadores, como nos informa Ana Cecilia Olmos em sua tese de doutorado, em parte compartilhavam a função atribuída à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP, criada na década de 30, que era a de “*llevar adelante una reflexión sobre la nación que, bajo el prisma del 'interés general' definiese una determinada consciencia social*”. Ao mesmo tempo, tiveram que lidar com o fato de a USP

das Letras, 1992; p.153-169.

⁴ Candido citado por CHIAPPINI, Ligia. “Os equívocos da crítica à “Formação”. In: *Dentro do texto, dentro da vida: Ensaio sobre Antonio Candido*. [D’ trincas, Maria Ângela e Scarabotolo, Eloísa Faria (orgs)]. São Paulo: Cia das Letras, 1992; p.170-177.

ser uma universidade cuja história esteve – e está – vinculada às classes dominantes paulistas, em função de seu projeto de formar novas classes dirigentes para o país.⁵

A formação da crítica a partir desses elementos contraditórios consolidou-se como o núcleo problemático do pensamento nacional. Assumindo como necessário o gesto de análise sobre os desdobramentos e sobre o estado atual, leia-se século XXI, desse pensamento e das questões que ele suscita, propomos uma reflexão a partir da comparação de alguns ensaios de dois autores que desenvolveram leituras críticas contundentes e ocupam posições antagônicas nas disposições do campo literário brasileiro; são eles: Silviano Santiago e Roberto Schwarz.

Ao aproximarmos-nos do projeto desses críticos, estabeleceremos as relações entre seus critérios de valoração estética e suas avaliações de aspectos da cultura brasileira, dando ênfase ao tópico da subordinação econômica versus (in)dependência cultural e sua relação com o nacionalismo. Em outros termos, conceberemos tais autores como intelectuais que, desde a teoria literária, utilizam-se de instrumentos de avaliação da literatura para efetuar – sempre de forma vinculada a uma dada conjuntura sociopolítica – interpretações sobre as dinâmicas da cultura nacional.

Dessa forma, a fim de realizar tal comparação e, com isso, compreender qual é a função e o peso, para a crítica contemporânea, das ideias propostas por eles, precisaremos localizar e reconstituir um diálogo que ocorre de modo explícito em seus textos. Do mesmo modo, será imperativo apreender, para além das proposições discutidas, os elementos que emolduram o debate e são responsáveis pelos lugares que Schwarz e Santiago ocupam no campo, bem como, pelas estratégias de autolegitimação e conquista de capital simbólico utilizadas por eles e por aqueles que dão continuidade aos seus projetos.

5 OLMOS, Ana Cecilia Arias. *Revistas Culturales de la transición: prácticas políticas y estrategias de intervención cultural - una lectura comparada de Punto de vista y Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: FFLCH-USP, 2000, p.57-71.

Veremos como Schwarz insere-se na tradição descrita ao elaborar e dar novos rumos aos estudos desenvolvidos por Candido, e, em alguma medida, consolidar o projeto desse crítico, sobretudo em seu aspecto sociológico, isto é, a tentativa de propor uma leitura da sociedade brasileira via literatura. Utilizando-se de uma chave de leitura que mobiliza parte do repertório crítico da Escola de Frankfurt, associado a um tradicional discurso de interpretação sociológica do Brasil, Schwarz adquire notoriedade ao formular certo impasse constituinte de nossa cultura e apreensível em nossas melhores obras literárias.

Já Silviano Santiago, que teve como mentor intelectual Alexandre Eulálio, é um crítico que opera um desvio em relação ao mencionado tradicional discurso constituinte das interpretações da sociedade brasileira. Ele incorpora à sua orientação formalista – que qualifica como “formação de vanguarda” – importantes proposições da Desconstrução, em especial aquelas formuladas por Jacques Derrida. Formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Santiago atuou como docente por muito tempo na França, Canadá, Estados Unidos e Rio de Janeiro (na Universidade Federal Fluminense) e escreve, portanto, desde um outro espaço e de um outro vínculo institucional. Ainda assim, como também veremos, ele opera em tais ideias deslocamentos em direção à compreensão do nosso contexto nacional e, nesse sentido, confirma, abrindo margens para sua problematização, o compromisso do intelectual brasileiro com o social.

A diferença de abordagens implica um esforço particular de análise. A tentativa de constituição de um espaço público para o debate entre marxismo e desconstrução⁶ é, assim, subjacente aos desenvolvimentos desta investigação. Mais do que isso, almejamos criar um contraponto para a tese, ou fato, de que as instâncias de discussão do pensamento brasileiro

6 Comentando a ausência de recepção do texto *Espectros de Marx* de Derrida, no Brasil, Fábio Durão escreve: “Isso não espanta, pois está de acordo com a natureza do debate sobre desconstrução e marxismo por aqui – um debate inexistente. 'Desconstrucionistas' não têm o menor interesse em ler Marx; 'Marxistas' têm ojeriza pelo nome de Derrida”. DURÃO, Fábio Akcelrud. “Marx e seus Espectros: Reconstituindo um Debate”. In: *Desconstruções e contextos nacionais*. [Santos, Alcides Cardoso dos, Durão, Fábio Akcelrud, Silva, Maria das Graças G. Villa da (orgs.)]. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006; p. 224.

são marcadas por um binarismo que, na medida em que apreendem o outro de forma simplista, não se oferecem como lugar para que as oposições tenham existência e possam, quiçá, fomentar alguma reflexão.

Longe, portanto, de querer definir, ou desvelar, uma das leituras que aqui serão contrapostas como ideológica, concordamos com Slavoj Žižek quando este afirma que a ideologia seria um tipo de matriz geradora e reguladora das relações entre o visível e o invisível e entre o imaginável e o inimaginável (ela, ou elas, estruturaria nossas formas de sentir, pensar e atuar no mundo). Nessa direção, constituiria um equívoco concebê-la como um tipo simplista de ilusão ou de falsa consciência.⁷ De modo contrário, a ideologia seria, assim, um mecanismo complexo – que, inclusive, é capaz de recolocar nossas tentativas de desvelamento num campo igualmente ideológico – em que o que importa é menos o conteúdo afirmado, que pode ser verdadeiro, e mais o modo “*como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida no seu próprio processo de enunciação*”.⁸ O debruçar-se sobre os possíveis conteúdos de verdade dos discursos críticos aqui evocados será, então, circunscrito ao modo como eles realizam uma tentativa de simbolização do real e a vinculam com a dinâmica de circulação dos discursos hegemônicos – podendo, ou não, nesse procedimento, desconsiderar o caráter contraditório do sistema capitalista.

Como a maioria das dissertações e teses acadêmicas, sabemos que os apontamentos aqui desenvolvidos raramente extrapolarão o círculo restrito de interlocutores especializados. Sem embargo, vislumbramos ainda uma dificuldade adicional para o âmbito da recepção, no presente caso. Sendo o campo literário dividido em grupos que pouco se comunicam, e sendo nossos espaços de discussão entre distintos posicionamentos escassos – pontos que

7 No momento contemporâneo, inclusive, o enunciado marxista “eles não sabem, mas é o que estão fazendo” teria sido substituído por “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem mesmo assim” . ŽIŽEK, Slavoj. “O Espectro da ideologia”. In: *Um mapa da ideologia*. [ŽIŽEK, Slavoj (orgs)]. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 14.

8 Idem, *ibidem*, p.13.

abordaremos adiante –, provavelmente este trabalho encontrará leitores parciais que desconhecerão um dos objetos tratados.

A dificuldade de localizar um leitor ideal, que se identifique com o lugar que os desdobramentos da comparação aqui proposta pretende apontar, é um dado significativo e revelador que reitera certa forma de pensar que marca a intelectualidade brasileira, e, em especial, os pensadores formados a partir da Universidade de São Paulo. Como não poderia deixar de ser, a compreensão do campo e a perspectiva de debate e recepção que delimitam este trabalho estão intimamente marcados por uma experiência localizada, passível de crítica, no caso, a partir da própria USP, instituição à qual esta autora que escreve pertence.

Esse dado exige maior mobilização e investimento na dimensão discursiva desta pesquisa que tem como preocupação, sempre presente, a necessidade de construir um espaço e método comparativo em que a efetividade crítica resulte não de uma relação dicotômica, na qual a predileção por um dos objetos obriga a aceção do outro em sua fragilidade, em seus aspectos facilmente desconstrutíveis. Ao contrário, aspiramos à construção de uma relação em que os objetos, pela comparação, iluminem-se mutuamente em sua força e fraqueza.

Isso, entretanto, não nos retira da disputa e muito menos nos desobriga a explicitar os pressupostos desde os quais este texto se constrói. Pensar nas implicações de pensamentos que desde a teoria literária lançam-se em direção ao cultural e político é tarefa necessária e inesgotável. Talvez este texto seja mais uma versão da tentativa moderna de compreensão da alteridade e seus limites e, nesse gesto, com todas as atualizações que nosso momento histórico permite, é também um diálogo intenso e radical com certa estrutura epistemológica.

Nessa direção, o primeiro capítulo – “As ideias de Brasil: fundamentos de um debate crítico” – pretende, por meio da leitura de dois ensaios fundamentais dos autores escolhidos – “As ideias fora do lugar” (1973) de Roberto Schwarz e “O entre-lugar do discurso latino-

americano” (1971) de Silviano Santiago⁹ –, explicitar a tese, a nosso ver central, que sustenta os argumentos por eles apresentados. Evidenciaremos os crivos de valoração estética dos autores e desdobraremos, pela contraposição, discursos sobre o Brasil que são distintos, mas que apresentam, em muitos aspectos, pontos de contato – a nosso ver, ainda carentes de desenvolvimento pela crítica. Além de discutir as questões fomentadas pelos textos, esboçaremos algumas diferenças formais entre o ensaísmo de Schwarz e Santiago, atentando para a vinculação destas formas com as matrizes teóricas sobre as quais se apoiam os críticos e com as concepções acerca da função da crítica expressas por eles.

O capítulo II – “Ainda o Brasil: disputando a tradição” – dará continuidade à comparação exposta no capítulo I, privilegiando ensaios publicados década de 80 e início dos anos 90, isto é, no período seguinte ao dos ensaios discutidos no capítulo anterior. Visando contemplar a análise estética de uma obra literária, pois é a partir dessa prática que as outras dimensões da cultura brasileira são compreendidas por Schwarz e Santiago, deteremo-nos nos modos como ambos os críticos reivindicam e se apropriam da produção poética de Oswald de Andrade e como estas leituras estabelecem uma posição antagônica entre eles. Também acompanharemos de perto o lugar que o “nacional” ocupa no percurso dos autores e na sustentação da defesa de suas críticas. Nesse momento, utilizaremos como base para a reflexão os ensaios “Nacional por subtração” (1986), “A carroça, o bonde e o poeta modernista” (1983), “Adequação Nacional e Originalidade Crítica” (1992), de Schwarz¹⁰ e “Atração do mundo: políticas de globalização e de identidade na moderna cultura brasileira” (1995) “A permanência do discurso da tradição no modernismo” (1985), “Para além da história Social” (1987), “Oswald de Andrade: Elogio da Tolerância racial” (1992), de

9 Nesta introdução mencionaremos apenas os textos bases a partir dos quais cada capítulo será desenvolvido. No entanto, é claro, mobilizaremos outras referências bibliográficas conforme a necessidade do trabalho.

10 O ensaio “Cultura e política, 1964-1969” também será fundamental para os capítulos II e III. SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969” In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das letras, 2008. A primeira publicação é de 1970 em *Les Temps Modernes*, número 288.

Santiago.¹¹

O capítulo III – “Entre disparates: como estamos e para onde vamos?” – terá como referência textos publicados pelos críticos na década de 90 e anos 2000 que discutem e fazem uma avaliação do estatuto contemporâneo sociocultural do Brasil. São eles: “Fim de Século” (1994), “Cidade de Deus” (1997) e “O país do Elefante” (2002) de Schwarz e (novamente) “Atração do Mundo: Políticas de Globalização e de Identidade na Moderna Cultura Brasileira” (1995), “O cosmopolitismo do Pobre” (2005) e “A Democratização no Brasil (1979-1981): cultura versus arte” (1998) de Santiago.¹² A partir deles retomaremos as questões sobre a função da crítica literária e sobre a viabilidade de um espaço e formato outro de enunciação para o intelectual brasileiro. Para isso, discutiremos os diagnósticos que Santiago e Schwarz produzem sobre a conjuntura atual brasileira e como estas formulações relacionam-se com os discursos de outras áreas do saber, como a ciências sociais. Ademais, abordaremos o desejo de performatividade da crítica – que anseia a certa representação dos pobres e marginais – e os limites de sua atuação no que concerne à transformação econômica e sociocultural do Brasil.

A seleção dos textos de referência para essa investigação deixa claro que os dois críticos escolhidos preocupam-se notoriamente com a descrição das possibilidades e impossibilidades do presente no qual atuam. São sabidas todas as dificuldades e objeções a que essa prática pode dar margens e, ainda assim, a presente autora manifesta um impulso pelo mesmo investimento. Assumindo como imprescindível a tarefa de recuperar um conteúdo de problemas historicamente formulados e desenvolvidos, este trabalho pretende, antes de

11 As referências bibliográficas desses textos serão mencionadas conforme eles apareçam em cada capítulo.

12 É importante que deixemos claro que a bibliografia dos autores analisados é grande e que ambos seguem publicando. Tentamos, ao longo dos três anos dessa pesquisa, acompanhar o desdobrar das questões que abordamos. Nesse sentido, incluímos artigos publicados em jornais e entrevistas concedidas por Roberto Schwarz e Silviano Santiago. No entanto, as delimitações de tempo e do recorte proposto nos impeliu a deixar de fora de nossas considerações uma análise detida de obras de grande relevância como *As Raízes e o Labirinto da América Latina* (Rio de Janeiro: Rocco, 2006), de Santiago, e *Um mestre na periferia do capitalismo* (São Paulo: Duas Cidades, 1990), de Schwarz.

proposições afirmativas ou conclusões, instaurar-se numa tensão e a partir dela formular perguntas que deem encaminhamento a algumas reflexões possíveis.

Capítulo 1

As ideias de Brasil: fundamentos de um debate crítico

1.1 Armando o problema

O ensaio “As ideias fora do lugar”, de 1973, tornou-se amplamente difundido e discutido no campo das letras brasileiras. Além disso, fez-se passagem obrigatória de qualquer um que pretenda aproximar-se do projeto crítico de Roberto Schwarz. Hesitamos, por um tempo, em dar início à reflexão por esse ponto e no entanto, por considerá-lo um núcleo denso e fértil, fundante de certo posicionamento que procuraremos reconstituir e interpretar, reiteramos sua importância e começamos por ele. Por se tratar de um ensaio denso e muita vez mal compreendido, iniciaremos com a retomada de suas proposições principais, as quais desdobraremos adiante¹³.

A reflexão schwarziana tem como referencial, neste ensaio, o período do Segundo Reinado brasileiro. Por meio de um complexo movimento analítico-argumentativo, o crítico demonstra a impropriedade da vida ideológica no Brasil como uma constante que perpassa todas as esferas sociais – mas adquire especial configuração em nossa prosa literária, sobretudo na obra de Machado de Assis. Nesta direção, o ensaio apresenta uma hipótese de compreensão da dinâmica da vida cultural do país; para isso Schwarz, à luz da teoria marxista, parte da apreensão de uma totalidade cuja lógica é a do capitalismo e avança na busca do nexo mediador das condições de existência do Brasil dentro dessa ordem.

O principal elemento que salta às vistas do crítico é a presença da escravidão que, associada ao latifúndio, forma a base das relações produtivas nacionais do período. Sendo

¹³ Faremos o mesmo – certa paráfrase seletiva – com o ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de Santiago.

essa coadunação concebida como nossa realidade material, a relação que ela estabelece com o ideário liberal, cujo núcleo está preenchido com os conceitos de igualdade, liberdade individual e, logo, de trabalho livre, é desvelada como paradoxal. Desse modo, o conjunto de ideias que na Europa correspondiam às aparências – e que efetivamente agiam como ideologia, à medida que mascaravam a exploração e as relações desiguais entre os sujeitos –, no Brasil constituíam uma ideologia de segundo grau, ou seja, nem sequer às aparências correspondiam.

Para que tal incongruência estrutural, entre as ideias e a realidade material, se mantivesse, era necessária a cumplicidade dos agentes sociais, que não podiam deixar de notá-la. Essa cumplicidade, e aí nos é apresentado o nexos que constitui a vida ideológica dentro de tal ordem, era, segundo Schwarz, assegurada pela lógica do favor. O favor, portanto, nas palavras do crítico, constituía uma mediação que disfarçava e deslocava o foco da violência e impropriedade da nossa esfera produtiva, ao por em prática a “dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, [a] remuneração e [os] serviços pessoais”¹⁴, tudo contrário aos valores burgueses. Tal mecanismo, instaurado sobretudo nas relações entre proprietários e homens livres, garantia a sobrevivência e reprodução destes, dos quais fazia parte a grande parcela dos homens dedicados à atividade intelectual da época.

Em alguma medida, essa característica brasileira impedia uma racionalização integral, ou seja, a efetivação do que se entende como a racionalidade moderna.¹⁵ Sem embargo, esse estado de coisas, como avança Schwarz em sua tese, era resultante direto da

14 SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 3, 1973. A edição que utilizo está no livro: *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000; p. 17.

15 Esse dado abrirá margens para os discursos da “modernização incompleta”, que vislumbraram no desenvolvimentismo uma possibilidade de inserção integral do Brasil na modernidade. Essa mesma noção de incompletude de nossa racionalização dentro dos paradigmas ocidentais permitirá ao crítico José Miguel Wisnik explorar como potencial positivo os elementos não racionalizados de nossa cultura, tais como o futebol, a dança, o jogo, a música e a gestualidade. WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Para Schwarz o que não pode ser integralmente racionalizado é o “elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e autoestima a que o favor submete o interesse material”. SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p.17.

própria expansão burguesa, capitalista, e, como tal, sua condição de existência, seu resíduo suplementar. Logo, as ideias do tempo eram enviesadas e a sensação de desconcerto e dualismo predominante, mas, ainda que “fora de centro em relação às exigências que elas mesmas propunham”, essas ideias eram “reconhecivelmente nossas, nessa mesma qualidade”.¹⁶

Sendo assim, o estatuto de (ex)colônia implicava tal desajuste e por isso, como enfatiza Schwarz, pouco ajudava a reiteração da falsidade das ideias liberais no Brasil¹⁷, já que elas tinham seu momento de verdade e necessidade (foram importantes, por exemplo, para o abolicionismo). Para ele, o mais interessante e produtivo criticamente seria acompanhar o movimento dessas noções e seus desdobramentos no país. Se por um lado, essa condição “decerto baixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances de reflexão”¹⁸, por outro, desmascarava o falso universalismo da ideologia europeia e nos conferia o potencial crítico de ver o “universal” como localizado e relativo – o que, de algum modo, poderia ser lido como um privilégio epistemológico. Ao ler ensaios posteriores de Schwarz, notamos que em suas novas avaliações os desdobramentos desses mecanismos expostos parecem ter atravessado os séculos e, ainda hoje, no século XXI, estruturariam e determinariam nossa vida ideológica.

Retendo o argumento principal e suas implicações ulteriores, percebemos que “As ideias fora do lugar” estabelece consideráveis relações com o ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de Silviano Santiago. Publicado dois anos antes, em 1971, e tendo como foco uma reflexão sobre a América Latina, o texto de Santiago tem início com a menção a uma história antiga citada por Montaigne, que dá notícias do confronto entre soldados

16 Idem, *ibidem*; p. 21.

17 Esse sentimento de desajuste e falsidade, de acordo com o crítico, ganha ênfase quando confrontado com a ideologia da independência nacional.

18 SCHWARZ, Roberto. *op. cit.*; p. 26

gregos, comandados pelo rei Pirro, e soldados romanos. À superioridade econômica grega deveria corresponder, segundo o rei Pirro, a superioridade militar. No entanto, tal expectativa é quebrada quando, diante dos soldados romanos, o rei reconhece a organização exemplar dos adversários em relação à precária estrutura de suas tropas. A história trata e anuncia o assunto mote do ensaio:

O desequilíbrio instaurado pelos soldados gregos, anterior ao conflito armado e, entre os superiores, causa de orgulho e presunção, é antes de tudo propiciado pela defasagem econômica que governa as relações entre as duas nações. Mas no momento mesmo em que se abandona o domínio restrito do colonialismo econômico, compreendemos que muitas vezes é necessário inverter os valores dos grupos em oposição, e talvez questionar o próprio conceito de superioridade.¹⁹

Com preocupações não tão distantes daquelas do ensaio de Schwarz, Santiago dá início a uma reflexão acerca de uma possível inversão de valores na relação entre o colonialista e o colonizado. Em outros termos, com as devidas atualizações da historieta narrada, o crítico especula as possibilidades de que países periféricos, ex-colonizados, possam, através da literatura e de outros objetos da cultura, contestar, se proteger e fazer frente ao lugar hegemônico da ex-metrópole, detentora, sobretudo, de poder econômico.

O ponto chave para o início da argumentação de Santiago é, no entanto, não o pós-independência, mas sim a colonização, período, de acordo com ele, indispensável para que se compreenda nossas dinâmicas socioculturais. Este seria o episódio em que a população

19 SANTIAGO, Silvano. "O entre-lugar do discurso latino Latino-Americano". In: *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978; p. 12.

indígena, além de parcialmente dizimada, teria perdido, a uma só vez, dois dos principais elementos de uma cultura, a saber: sua língua e seu sistema sagrado. O lastro desse processo teria se estendido até o século XX, quando, mesmo no contexto de nações independentes, um neocolonialismo passou a ser responsável por uma nova etapa de “duplicação” da Europa, quer dizer, pela exportação e instalação em outros países de modas e valores dos países dominantes.

A América Latina teria se transformado em “simulacro que se quer mais e mais semelhante ao original, quando sua originalidade não se encontra na cópia do modelo original, mas na sua origem, apagada completamente pelos conquistadores”.²⁰ Para Santiago nossa originalidade permanece como lacuna, esquecimento, um vazio suplementar às nossas produções culturais.²¹ Diferentemente, porém, da colonização primeira que tinha como princípio a unidade – um só Deus, uma só língua – o neocolonialismo, no novo contexto da América independente, teria sido marcado pela mescla de elementos europeus e autóctones, conferindo força e existência à figura do mestiço e do híbrido. Se o preço do colonialismo foi o apagamento de nossa origem, o neocolonialismo teria aberto margens para uma transfiguração ativa dos elementos europeus. Esta nova dinâmica de colonização permitiu, de acordo com o crítico, que o pensamento selvagem se infiltrasse no pensamento do colonizador, destruindo seus conceitos de unidade e pureza e criando condições de possibilidade da descolonização.²²

Em decorrência disso, perante a situação em que a América Latina não pode fechar as portas aos estrangeiros e tampouco voltar à sua condição de “paraíso” – “isolado e inocente”

20 Idem, *ibidem*; p.16.

21 Ainda que Santiago esteja se referindo à América Latina em termos gerais, sabemos que tal afirmação se aplica satisfatoriamente ao Brasil (e isso, inclusive, corrobora a comparação com Schwarz que estamos propondo), onde, apesar de existir, a cultura e presença indígena é constantemente subtraída das diversas esferas da vida social. Porém, em relação a outros países, como a Bolívia e o Peru, a afirmação careceria de ser mais matizada, já que o elemento indígena, nesses países, bem como as latentes crises decorrentes dele (inclusive linguísticas), sobrevivem de forma enfática.

22 SANTIAGO, Silvano, *op.cit*; p.18.

–, os pares “assimilação e agressividade” e “aprendizagem e reação” deveriam fundamentar o *modus operandi* de nossa dinâmica sociocultural. De acordo com Santiago, portanto, é a marca da diferença, engendrada por meio do “movimento de desvio da norma, ativo e destruidor” que garante para a América Latina um lugar assegurado na história ocidental. Sem esse sinal de deslocamento na apreensão dos valores e produtos europeus, nós, enquanto cópia, seríamos imperceptíveis; um silêncio diante do velho continente. Nesse sentido, o crítico afirma que qualquer ação aqui realizada é reação: “Falar, escrever, significa: falar contra, escrever contra”.²³

Essa exposição é o pressuposto da ideia de “fazer literário” para Santiago e, por conseguinte, do modo como a atividade da crítica literária é entendida por ele. Utilizando-se do conceito de escritura e da oposição formulada por Barthes entre os textos legíveis e os escrevíveis, o crítico define a atuação do escritor latino americano como uma escritura a partir de outra escritura. Ao entrar em contato com um texto “que pode incitá-los ao trabalho, servir-lhes de modelo na organização da sua própria escritura” (esse seria o texto escrevível), os escritores acionariam uma estratégia de produção em que:

O texto segundo se organiza a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira sobre o primeiro texto, e o leitor, transformado em autor, tenta surpreender o modelo original nas suas limitações, nas suas fraquezas, nas suas lacunas, segundo sua própria direção ideológica, sua visão do tema apresentado de início pelo original.²⁴

Assim, o excerto deixa-nos perceber que, para Santiago, a cultura e literatura brasileira são pensadas como suplementos da cultura e da literatura europeia e norte

23 Idem, *ibidem*; p. 19.

24 Idem, *ibidem*; p. 22.

americana e vice-versa. Ou seja, tais instâncias devem ser concebidas de forma relacional enquanto elementos que permitem a totalização de uma estrutura e são, ao mesmo tempo, um excesso em relação a ela, o que revela certa fragilidade da estrutura enquanto totalidade. Em outras palavras, o suplemento – a literatura ou crítica brasileira, periférica, por exemplo – deve ser acrescentado para que a origem – nesse caso, a literatura ou crítica europeia, hegemônica – legitime-se enquanto tal e simultaneamente, nesse gesto, aponta esta última como insuficiente e revela naquela a lacuna inerente à sua existência.²⁵

Sendo assim, no que se refere à crítica literária e cultural, a problemática apresentada até então, em “O entre -lugar do discurso latino-americano”, passa pelo fato de a tradição literária dos países periféricos ter cristalizado uma atitude de conferir valor a um objeto pelo que ele possui de correspondência com um equivalente europeu, ou seja, de enfatizar os aspectos de continuidade, e não as diferenças, entre a produção europeia e a latino-americana.²⁶

Santiago afirma que, no âmbito da literatura, essa atitude da crítica nacional brasileira explicitaria a introjeção, grave, do olhar neocolonialista nos sujeitos locais que conferem mais valor ao que figura como modelo do que ao resultado, ou ao próprio processo de tradução desse referencial:

Tal tipo de discurso crítico apenas assinala a indigência de uma arte já pobre por causa das condições econômicas em que pode sobreviver, apenas

25 Apesar de ser distinto, o conceito de “suplementariedade”, imbricado intimamente na ideia de real desconstrucionista, apresenta um momento de similitude com o conceito de “dialética”. A dialética evidencia que no interior de um conceito já há algo que motiva sua superação e que ao negá-lo está também afirmando-o. Tal qual formulada por Hegel, reelaborada por Marx e mobilizada por Schwarz, ela é decisiva para o entendimento do real desde uma crítica materialista.

26 Essa crítica, a nosso ver, não se dirige, nem se aplica diretamente à abordagem schwarziana. Pelo contrário, no capítulo seguinte veremos como Schwarz enuncia, em sua leitura de Oswald de Andrade, contra que tipo de leitura a sua vai se colocar, a saber, justamente contra as leituras que buscam uma relação de identidade entre “as soluções oswaldianas e as inovações hoje clássicas das vanguardas internacionais” SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o Bonde e o Poeta Modernista”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1988; p. 14.

sublinha a falta de imaginação de artistas que são obrigados, por falta de uma tradição autóctone, a se apropriar de modelos colocados em circulação pela metrópole. Tal discurso crítico ridiculariza a busca dom-quixotesca dos artistas latino-americanos, quando acentuam por ricochete a beleza, o poder e a glória das obras criadas no meio da sociedade colonialista ou neocolonialista. Tal discurso reduz a criação dos artistas latino-americanos à condição de obra parasita, uma obra que se nutre de uma outra sem nunca lhe acrescentar algo de próprio; uma obra cuja vida é limitada e precária, aprisionada que se encontra pelo brilho e pelo prestígio da fonte, do chefe-escola.²⁷

O olhar que busca as influências, posto que aprisionado ao modelo europeu, nessa direção, seria nocivo aos interesses da ex-colônia. Para Santiago, esse quadro somente pode ser combatido mediante a adoção da diferença como valor crítico. Essa adoção implica o reconhecimento de que a crença na “liberdade total de criação” – enquanto elemento presente no imaginário do escritor europeu e suprimido das possibilidades criativas do periférico – é “o elemento que estabelece a identidade e a diferença na cultura neocolonialista ocidental”.²⁸ Esse seria, portanto, o ponto de partida conceitual para uma crítica que pretenda debruçar-se sobre a produção latino-americana.

É possível delinear as “respostas” que são oferecidas por Schwarz – desde uma perspectiva, porém, que parte especificamente do contexto brasileiro²⁹ – a essas mesmas questões. Em “As ideias fora do lugar” vemos que um provável movimento de inversão de valores, na relação entre as nações hegemônicas e o Brasil, dar-se-ia na superação que resulta

27 SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar do discurso latino-americano”, *Uma literatura nos trópicos*; p. 20.

28 Idem, *ibidem*; p. 26.

29 Sob a luz, não nos esqueçamos, da obra de Machado de Assis, da qual inclusive deriva a análise que teria possibilitado o desenvolvimento das reflexões presentes no ensaio em questão.

do gesto de enquadrar o desajuste interno (ligado à estrutura material e histórica do país) e, ao mesmo tempo, a necessidade dele imposta pela ordem transnacional. Nas palavras do crítico, se esse movimento for conduzido de maneira convincente (o que é desejável), ele terá o mérito de “superar o fosso entre a singularidade nacional e o rumo geral do presente, introduzindo a crítica nos dois termos”.³⁰

No entanto, segundo Schwarz, esse procedimento – dialético – nada teria de natural ou espontâneo. Pelo contrário, o “desvio” da norma europeia longe de ser somente uma opção ativa – como o ensaio de Santiago, às vezes, parece sugerir – é determinado pelas condições materiais; não é uma escolha, é uma fatalidade que, como tal, somente adquire valor crítico quando elaborada de modos significativos.³¹ Tendo como pressuposto, filtrado notoriamente pelas ideias luckacsianas e adornianas, a concepção que postula a existência de uma homologia estrutural entre a realidade e as obras artísticas, Schwarz apreende tais obras enquanto objetos relativamente autônomos detentores da capacidade de configurar e transfigurar esteticamente uma determinada realidade socioeconômica, objetos cuja forma, além de revelar algo sobre essa realidade, já é por si um elemento social e antagônico nela.³²

Nessa direção, Schwarz também explicita sua concepção da literatura, no caso, como instrumento de crítica e oposição ao sistema capitalista:

30 Ainda que tenha sido publicado às vésperas do depósito desse texto, tivemos a oportunidade de ler e incorporar algumas reflexões de Schwarz presentes na obra *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das letras, 2012. O trecho citado está no ensaio “Por que 'as ideias fora de lugar'?”; p. 169.

31 Sobre isso Schwarz escreve: “São relações que nada têm de automático, e veremos no detalhe quanto custou, entre nós acertá-las para o romance. “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p. 31.

32 Diante da pergunta “(...) Você se sente mais próximo de Adorno, Benjamin, e dos frankfurtianos em geral, do que de Luckács?”, Schwarz responde: “Não tenha dúvida. No entanto, devo muito a Luckács: devo a ele meu esquema de romance europeu (...) Como meu interesse era examinar essas questões [os desvios brasileiros dos modelos europeus], os estudos de Luckács sobre o romance entraram de modo substancial, ainda que negativo, em meu trabalho. Mas voltando à sua questão, agora eu prefiro buscar alguma complementaridade entre Luckács, Benjamin e Adorno a descartar um ou dois deles (...) A meu ver a descrição adorniana da sociedade moderna é mais esclarecedora que a de Luckács, embora aparentemente menos política (...) O argumento pode parecer salomônico, mas é verdade que cada um deles tinha um enfoque diferente. Um se volta para o desenvolvimento das forças produtivas, outro para a alienação, e o terceiro para a luta de classes. Os três aspectos ainda existem, todos mudaram tremendamente e não me parece produtivo escolher exclusivamente um lado”. Schwarz, Roberto. Entrevista. *Literatura e sociedade/Departamento de teoria literária e literatura comparada/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São de Paulo-(2002)*. São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC, 2002; p. 33.

Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil, põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio. É nessa qualidade que elas serão matéria e problema para a literatura. O escritor pode não saber disso, nem precisa para usá-las. Mas só alcança uma ressonância profunda e afinada caso lhes sinta, registre e desdobre – ou evite – o descentramento e a desafinação. Se há um número indefinido de maneiras de fazê-lo, são palpáveis e definíveis as contravenções.³³

(...) a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve sua existência. Ao formá-la, por sua vez, o escritor sobrepõe uma forma a outra forma, e é da felicidade desta operação, desta relação com a matéria pré-formada – em que dormita a História – que vão depender profundidade, força e complexidade dos resultados.³⁴

Nota-se um paralelismo e ao mesmo tempo uma tensão com as proposições de Santiago. Fica claro que a relação entre a valorização da diferença nacional e a adoção dos paradigmas teóricos e estéticos europeus aparece como preocupação imperativa de ambos os críticos, mas essa reflexão ganha diferentes tratamentos em seus ensaios. A ideia do fazer artístico como um gesto de sobreposição de textos reaparece aqui; no entanto, a trama conceitual que a envolve é muito distinta daquela utilizada por Santiago (e desdobraremos essa diferença adiante). Verificamos, de imediato, que a compreensão acerca do que seria a originalidade do país, em Schwarz, é outra. O traço que nos particularizaria no contexto

33 Idem, “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p. 29

34 Idem, *ibidem*; p. 31.

global, não seria apenas a lacuna de nossa origem, mas, sim, os sucessivos gestos, propiciados pela lógica do favor, de apaziguamento dos antagonismos, que, como vimos, precisariam ser flagrados e registrados, pela literatura e pela teoria literária, de modo crítico. Como consequência de certa “neutralização” das oposições irreduzíveis, no plano da cultura e do pensamento, nossa originalidade seria, assim, a falta de originalidade e, portanto, a permanente prática da cópia.³⁵

Logo, em correspondência direta com o objeto artístico, caberia igualmente à crítica, desde outro lugar e fazendo uso de outra forma (também historicamente estruturada), “registrar” e “desdobrar” a complexidade do desajuste transfigurado na forma estética. Seria este o procedimento utilizado, por exemplo, nas leituras que Schwarz faz da obra machadiana:

Em vez de “panorama” e da ideia correlata de impregnação pelo ambiente, sempre sugestiva e verdadeira, mas sempre vaga e externa, tentei uma solução diferente: especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável (...) Pela ordem, procurei ver na gravitação das ideias um movimento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as ideias estavam fora de centro, em relação ao seu uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento (...) Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. (...) Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é *resultado* histórico, e pode ser *origem* artística.³⁶ (grifo do autor)

35 O ensaio “Nacional por Subtração”, a que faremos referência adiante, desenvolve detidamente esse argumento.

36 SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p. 29.

Fica explícito, desse modo, seu método de análise e seu critério de valoração estética das obras literárias, mas também, como podemos perceber no cotejamento de outros ensaios do autor, da cultura brasileira em geral. A busca da singularidade nacional passa obrigatoriamente pela apreensão das constrações do capital, que determinam relações de produção desiguais e o lugar subordinado do nosso país. Essa tese poderia ser alinhada à crítica que Santiago dirige ao olhar que valora e preocupa-se com o estabelecimento das relações de continuidade e influência da produção latino-americana para com a europeia e estadunidense. Porém, ao invés de deter-se nesse gesto da crítica (que pressupõe o questionamento de uma origem), a proposição de Schwarz acentua o problema da formação do pensamento nacional e fixa claramente a necessidade de criação de uma tradição própria.

O argumento é melhor desenvolvido no célebre texto “Nacional por subtração”, no qual Schwarz revela a noção de cópia cultural como ideologia à medida que pressupõe a possibilidade de que a imitação seja evitada, mas não sem antes reconhecer a “verdade relativa” do problema, do “esforço de atualização e desprovincianização em nossa universidade” em que “é fácil observar que só raramente a passagem de uma escola a outra corresponde, como seria de esperar, ao esgotamento de um projeto; no geral ela se deve ao prestígio americano ou europeu da doutrina seguinte”.³⁷ Ou seja, o problema estaria na adoção apressada e descontínua de modelos de leitura e valores estrangeiros em detrimento da constituição de uma tradição de pensamento nacional.

Nas palavras de Schwarz, são poucos – entre eles Antonio Candido – os que conseguem dar continuidade ao trabalho dos seus predecessores de maneira crítica e dinâmica. Desse modo, ele afirma, ainda, o retrocesso que pode significar descartar os estudos ligados às problemáticas nacionais, já desenvolvidos pela crítica local, em prol de novas

³⁷ Idem, “Nacional por Subtração”, *Que horas são?*; p.30.

teorias. A seu ver, a crítica brasileira atingiu um patamar “altamente sofisticado” de análise – iniciado por Antonio Candido em seus ensaios “De Cortiço a Cortiço” e “Dialética da Malandragem” – no qual as categorias de raça e sexualidade, por exemplo, foram construídas e inseridas “dentro de uma terminologia abstrata, dentro de uma formulação desligada de processos históricos particulares e de uma tomada de consciência histórica, que tem a história nacional atrás”.³⁸

Na construção de sua tese, Schwarz conta com o respaldo de um discurso de interpretação da realidade brasileira, legitimado por intelectuais fundadores de uma forma de pensar o nacional, como Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado e Caio Prado Júnior e, mesmo que não afirme isso, seus argumentos deixam entrever que dentro da linha evolutiva que ele define como tradição do pensamento brasileiro, sua própria obra constituiria um ponto de chegada (e a escrita do ensaio “Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da Malandragem'” pode ser lida como a explicitação disso). Nesse sentido, emoldurando a discussão que é desenvolvida pela obra desse crítico, faz-se necessário observar que o definido por Schwarz como crítica brasileira diz respeito a uma das correntes, detentora de grande capital simbólico, existentes no campo crítico brasileiro.

A crítica de Santiago não é realizada a partir desse discurso tradicional de interpretação histórico sociológica brasileira, ainda que dialogue com ele. Dessa maneira, os escritos de Santiago apontam, enquanto realização, a possibilidade de uma crítica nacional desvinculada do materialismo dialético. As formulações desse autor ancoram-se, sobretudo, em postulados da desconstrução e não são poucas as citações, referências e incorporações do pensamento de Jacques Derrida presentes em seus textos.³⁹ Esse é um fator que contribui para

38 Idem, “Literatura y Valor” In: *Leituras do Ciclo* [Andrade, Ana Luiza, Camargo, Maria Lucia de Barros e Antelo, Raul (orgs)]. Florianópolis: ABRALIC/Chapecó: Griffos, 1999; p 298.

39 No ensaio “O entre-lugar”, além de uma longa citação no início do texto, em certo momento, ao expor a atuação do escritor latino-americano como o trabalho de um tradutor do signo estrangeiro, Santiago menciona Derrida: “Seguimos de perto os ensinamentos de Derrida com relação ao problema da tradução dentro dos pressupostos gramatológicos (...)”. SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos*; p. 25. O vínculo entre

a caracterização de Santiago como não pertencente ao grupo identificado por Schwarz como crítica brasileira.

Em consonância com seus referenciais teóricos, para Santiago, seria através dos textos, entendidos como algo diferente de signos gráficos numa folha de papel, que a relação entre literatura, teoria literária e sociedade deveria ser concebida. A despeito das acusações de esteticismo, essa atenção para com os textos partiria do pressuposto de que não existem eventos fora destes e explicar-se-ia a partir de uma concepção filosófica – a crítica à metafísica da presença – segundo a qual o processo de determinação de sentido de um acontecimento é sempre dado a posteriori, através de uma prática discursiva.

Assim, não há fato que não possa ter seu sentido reescrito, retrabalhado ou mesmo apagado – por isso, inclusive, teríamos responsabilidade infinita pelos enunciados que produzimos ou reinscrevemos no presente. A condição latino-americana descrita em “O entre-lugar”, por exemplo, seria produto de diversos textos. A transformação sociopolítica, fundante do materialismo dialético na forma de luta contra o capitalismo, nesta formulação aparece ligada ao “verbo”. Desse modo, Santiago concorda com Derrida quando este afirma não ser possível uma transformação social que não passe pela linguagem:

A Desconstrução radical, conseqüente com relação a ela mesma, não quer permanecer fechada em discursos puramente especulativos, teóricos e acadêmicos, mas pretende ter conseqüências, mudar as coisas e intervir de modo eficiente e responsável (embora sempre mediado, claro) não apenas na profissão mas naquilo que chamamos a cidade, a pólis e, mais geralmente, o mundo.⁴⁰

os dois pensadores é reiterado (nesse e em muitos outros textos da obra de Santiago), sobretudo, através do uso que o crítico faz de uma “metodologia” de análise desenvolvida pelo filósofo.

40 DERRIDA, Jacques. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. MOISÉS, Leyla Perrone [trad]. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007; p.14

A linguagem carregaria em si a necessidade de sua própria crítica, “na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso – com a condição de nos entendermos sobre esta palavra – isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças”.⁴¹ Ao questionar um determinado conceito de estrutura centrada, detentora de uma origem fixa ou de um ponto de presença, Derrida desloca a ideia de centro, definindo-o como algo que pode estar dentro ou fora da estruturalidade da estrutura. Postula, assim, uma ausência de significado transcendental o que permitiria e ampliaria o jogo da significação. Em outras palavras, o fato de a linguagem ser finita e as possibilidades de combinação infinitas tornaria as tentativas de totalização sem sentido, inúteis ou impossíveis.

Essa ausência de origem/centro permite o jogo de significações e é o que constitui a base do conceito derridiano de complementariedade, utilizado por Santiago. É, portanto, certo essencialismo presente na ação de substituição dos centros e não o questionamento dos mesmos o alvo dessa crítica e o dado objetivo que impede a conclusão rápida de que as proposições apresentadas em “O entre-lugar do discurso latino-americano” apontam para uma simples inversão na relação entre ex-colônia e ex-metrópole.

Por outro lado, a necessidade de não se perder a dimensão da totalidade é imprescindível para Schwarz. Em suas ponderações sobre os aspectos socioculturais e literários do Brasil, ele retoma as noções marxistas, já filtradas, como mencionamos, pelos desdobramentos da escola de Frankfurt.⁴² Em resposta à exigência da diferença como único critério de valor proferida por Santiago, o repertório desse crítico o impele a não apenas

41 DERRIDA, Jaques. “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”. In: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995; p.232-237.

42 E isso não é um detalhe. A dialética negativa de Adorno guarda grande distância da dialética marxista clássica. Os questionamentos adornianos, inclusive, em muito se aproximam da crítica pós-estruturalista, por exemplo, no que se refere à crítica da subjetividade. No entanto, nesse momento pretendemos enfatizar os aspectos de continuidade entre a leitura de Schwarz e os fundamentos básicos do marxismo.

registrar a diferença, mas sim explicar o processo, o porquê da diferenciação, e na base dessa explicação está o movimento dialético apreendido a partir das condições locais e, também, de uma tradição de pensamento que tem como referência os estudos de Hegel e de Marx.

Desde a perspectiva schwarziana, então, a potencialidade positiva de reconfiguração da relação ex-colônia e ex-metrópole, ou nação periférica e nação hegemônica, que a crítica de Santiago sugere presente no âmbito cultural e literário, seria compreendida como ingênua ou, mais categoricamente, como ideologia que, centrada somente no discurso, ignora a dimensão material e determinante do sistema capitalista. Para Schwarz, a crítica vinculada ao pós-estruturalismo seria “crítica de corte abstrato” que apenas rompe conceitualmente com uma subordinação que é efetiva, sendo portanto uma crítica estéril e impotente. Apesar das correspondências que circunscrevem o modo com que Santiago situa a cultura brasileira como suplemento da cultura ocidental e articula a condição local ao panorama transnacional e o modo dialético com que Schwarz também estabelece relações entre a condição das nações periféricas e a lógica transnacional do sistema capitalista, a preocupação do materialismo com a práxis é resgatada e salvaguardada em detrimento das outras formas de teoria.

Claro está que a comparação entre esses dois críticos não é passível de ser sintetizada num binarismo simplista ou, como dizem, num “Fla-Flu”. As oposições que as abordagens de Santiago estabelecem com as análises schwarzianas têm implicações significativas que procuraremos explicitar. Por hora, basta o registro de que algumas arestas se fazem evidentes e interessam enquanto aspectos férteis para o desdobramento deste estudo.

No caso de Santiago, no ensaio “O entre-lugar” mas também em outros, é notório que a significativa, mas deslocada, importância que o crítico confere às relações econômicas, está subordinada à ideia de independência cultural – bem sintetizada na historietta do combate entre os soldados gregos e romanos. Tal dado permite-nos perguntar: se as relações entre as

culturas são mediadas por uma dinâmica distinta das relações econômicas e, nesse caso, as nações periféricas não seriam necessariamente subordinadas aos países desenvolvidos, por que a investida tão grande numa produção que marque distância e se coloque enquanto oposição, resistência, à Europa? Esse esforço já não explicitaria uma subordinação? Será que o lugar que esse crítico defende para a literatura brasileira e, em contingência, para a nossa teoria literária – “Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão”⁴³ – é possível de existir?

E em Schwarz, na insistência pelo desajuste, que se formula no reconhecimento da necessidade de algumas incorporações teóricas estrangeiras, mas na simultânea defesa de um repertório e modo de incorporação mais válido e coerente do que outros, pode ser lida uma estratégia de autolegitimação que rasura dados não pertencentes ao seu esquema interpretativo e nessa medida, em última instância, reafirma que a única ideia no lugar é a ideia de que as ideias estão fora de lugar? Haveria, como afirma Elias José Palti, uma função ideológica neste processo, que para instaurar um lugar como verdade reduz ou ignora os argumentos contrários a ele (a ideia do outro é sempre a que está fora de lugar), sem questionar o próprio referencial teórico? Afinal se as ideias liberais do século XIX estavam fora de lugar, o que dizer do marxismo, décadas depois?⁴⁴

Antes de recorrermos à fortuna crítica que tais ensaios fomentaram, e que certamente jogarão mais luz aos nossos questionamentos, paremos um instante para uma tentativa de esboço das diferenças formais presentes no ensaísmo de nossos autores.

43 SANTIAGO, Silvano. “O entre-lugar”, *Uma literatura nos trópicos*; p. 28.

44 PALTÍ, Elias José. “The problem of 'Misplaced Ideas' Revisited: Beyond the 'History of Ideas' In Latin America”. *Journal of the History of Ideas*, Vol. 67, N.1, Janeiro 2006, p. 147-179.

1. 2 Para além das ideias: a forma

A força argumentativa dos textos que acabamos de apresentar em muito está vinculada aos procedimentos formais dos mesmos e estes, por sua vez, aos referenciais teóricos e metodológicos dos críticos em questão e ao gênero, ensaio, escolhido para desenvolvimento das reflexões. Nesse sentido, torna-se fundamental o esforço de uma análise mais detida sobre essas produções.

Silviano Santiago divide seu ensaio em duas partes, precedidas pela historieta do rei Pirro. A primeira tem como núcleo o tópico do colonialismo e do neocolonialismo, e a argumentação desdobra-se na busca de refletir sobre a origem, apagada, da América Latina e o conseqüente matiz de reação anticolonial que tinge toda produção cultural produzida na região. O segundo segmento do texto tem início com uma série de interrogações, nas quais Santiago questiona o posicionamento do intelectual periférico acerca da cultura cuja configuração foi apresentada no segmento anterior. O núcleo de suas perguntas é: pode um país subordinado economicamente possuir independência cultural? Nesse segundo segmento ocorre a transição da discussão do campo da cultura em geral para arte e, logo, desta para a literatura.

O ensaio é permeado de citações pertencentes a um vasto recorte temporal e topográfico do campo intelectual. Fragmentos de ideias de Oswald de Andrade, Paul Valéry, Jacques Derrida, Lévis-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault, Jean Paul Sartre, Julio Cortázar e Jorge Luís Borges compõem uma rede de referências que é tecida como recurso que garante a legitimidade e o desenvolvimento das proposições de Santiago. Como afirmamos, essas escolhas, a priori, denotam o alinhamento do crítico a uma corrente teórica diferente daquela identificada à teoria literária nacional, a qual tem Schwarz como

representante – e, de fato, notamos, em contraste, que as citações presentes no ensaio de Schwarz são implicadas na manutenção de um diálogo com a tradição intelectual brasileira: Joaquim Nabuco, Torres Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Silvio Romero, Antonio Candido, por exemplo.⁴⁵

Além disso, é notório o tom eufórico e combativo que o texto de Santiago assume em certos momentos, trazendo-nos à memória alguns aspectos dos manifestos⁴⁶:

O silêncio seria a resposta desejada pelo imperialismo cultural, ou ainda o eco sonoro que apenas serve para apertar mais os laços do poder conquistador. (...) como o crítico deve apresentar hoje o complexo sistema de obras explicado até o presente por um método tradicional e reacionário cuja única originalidade é o estudo das fontes e influências? (...) é preciso de uma vez por todas declarar a falência de um método que se enraizou profundamente no sistema universitário: as pesquisas que conduzem ao estudo das fontes ou influências (...) É preciso que o [esse discurso crítico] coloquemos no seu verdadeiro lugar.⁴⁷

O escritor latino-americano nos ensina que é preciso liberar a imagem de uma América Latina sorridente e feliz, o carnaval e a fiesta, colônia de férias para o turismo cultural.⁴⁸

45 Cabe ainda pontuar o alinhamento do pensamento schwarziano à tradição alemã, como menciona o sociólogo Sérgio Miceli: “Roberto se firmou como crítico da cultura nos moldes da tradição ensaística alemã, o qual se movimenta com desenvoltura e ousadia entre as análises densas do crítico literário de velha cepa, os comentários de filmes, de arte e arquitetura, as reminiscências de caráter autobiográfico e os ensaios arrojados sobre cultura brasileira”. MICELI, Sergio. “O Chão e as Nuvens” In: *Novos Estudos*, número 70. São Paulo, Novembro de 2004; p. 92.

46 Sobre isso, Fernandes escreve: “Nos textos críticos de Silviano Santiago, o consumo de signos estrangeiros não se configura como recepção passiva, despolitizada, mas como apropriação que instaura o espaço da mediação cultural, onde a hegemonia vai ser desafiada”. FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro. “Identidade Nacional como suplemento”. In: *Desconstruções e contextos nacionais*. [Santo, Alcides Cardoso dos, Durão, Fábio Akcelurd, Silva, Maria das Graças G. Villa da (orgs)]. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006; p. 138.

47 O SANTIAGO, Silviano. “O entre-lugar”, *Uma literatura nos trópicos*; p.19.

48 Idem, *ibidem*; p 28.

Esses excertos também nos deixam reparar que o tom assertivo do texto é trabalhado por meio de imagens de cunho literário. Considerando as possibilidades de relação entre o ensaio e a linguagem artística, faz-se necessário, então, identificarmos a recorrência dessa estratégia como modo de persuasão, já que essa dimensão formal do texto atinge o leitor de modo outro que não o de um texto acadêmico ou científico:

O signo estrangeiro se reflete no espelho do dicionário e na imaginação criadora do escritor latino-americano e se dissemina sobre a página branca com a graça e o dengue do movimento da mão que traça linhas e curvas.⁴⁹

Curiosa verdade essa que prega o amor da genealogia. Curiosa profissão essa cujo olhar se volta para o passado, em detrimento do presente, cujo crédito se recolhe pela descoberta de uma dívida contraída, de uma ideia roubada, de uma imagem ou palavra pedida de empréstimo. A voz profética de Paul Valéry nos chama (...).⁵⁰

A fonte torna-se a estrela intangível e pura que, sem se deixar contaminar, contamina, brilha para os artistas dos países da América Latina, quando estes dependem de sua luz para o seu trabalho de expressão. Ela ilumina os movimentos das mãos, mas ao mesmo tempo torna os artistas súditos do seu magnetismo superior.⁵¹

Essas marcas são corroboradas quando as defrontamos com uma investida de

49 Idem, *ibidem*; p. 23.

50 Idem, *ibidem*; p. 21.

51 Idem, *ibidem*; p.20.

Santiago, explicitada em muitas de suas entrevistas, em manter-se com o estatuto duplo de escritor de ficção e crítico literário. Ademais, o uso de metáforas e de outras figuras de linguagem exigem do leitor uma redobrada capacidade de interpretação. O ensaio de Santiago é aberto (as tensões dos argumentos não conduzem a uma síntese) e nele os argumentos são concatenados de modo a preservar sempre uma lacuna, algo que, se comparado ao ensaísmo schwarziano, desde um lugar de apreciação ligado aos critérios acadêmicos de formação uspiana, em um primeiro momento pode se apresentar como debilidade.⁵²

Entretanto, como veremos adiante, após uma maior atenção analítica tais aspectos revelam-se coerentes com a relação entre as proposições do crítico e a genealogia teórica que ele reivindica. Contribuem igualmente para o surgimento desses espaços no texto, as citações. Estas aparecem a título de exemplos ou ilustração e são interpostas nos momentos de maior exposição teórica atendendo a certo apelo ao didatismo e, ao mesmo tempo, instaurando uma quebra e ampliação do nexu lógico das reflexões. Ao priorizar as relações horizontais entre as ideias, em detrimento do aprofundamento vertical, os textos de Santiago – ao contrário do ensaísmo schwarziano, no qual cada ensaio, cada parte, busca dialeticamente o vislumbre do projeto do autor como um todo – não parecem ter uma unidade em si mesmos. Qualquer tentativa de apreensão de seu projeto crítico precisa levar em consideração outros textos da sua obra – isso fica claro no caso de “O entre-lugar” que parece ter sido desdobrado nas produções posteriores de Santiago e no movimento desta dissertação que, não raro, para apreender um argumento do autor precisou recorrer a diversos ensaios dele.

Tais procedimentos marcam distância da dialética e por conseguinte da concepção adorniana de ensaio, na medida em que este define o ensaio como gênero dialético supremo (sobre isso Theodor Adorno escreve: “O ensaio é mais dialético que a dialética, quando esta

52 Lembrando que nossos modos de percepção e nossos critérios avaliativos são construídos social e historicamente, e que, sendo assim, nossas perspectivas estão em constante processo de construção e desconstrução.

discorre sobre si mesma”⁵³). Em “O ensaio como forma” é afirma-se que o ensaio, graças à sua forma, situar-se-ia em uma zona de “despropósitos”, entre a arte e a ciência. Desse modo, diferenciar-se-ia da arte por seu meio específico, os conceitos, por sua pretensão à verdade, que é desprovida de aparência estética, e por não aspirar a uma totalidade comparável a da criação. Simultaneamente, porém, aproximar-se-ia dela no esforço de constituir um modo de expressão próximo da coisa a ser expressada e, nessa direção, distanciar-se da objetividade científica e dos dogmatismos acadêmicos. A complexidade desse tipo de texto adviria da necessidade de fazer um uso anti-sistemático dos conceitos, suspender quaisquer métodos e, ao possibilitar um aprofundamento do pensamento em relação ao objeto, construir “uma conjunção de conceitos análoga ao modo como esses encontram-se conjugados no próprio objeto”. Os pensamentos, ao invés de avançar em sentido único, devem se entrelaçar, como num tapete, e é “da densidade dessa tessitura [que] depende[rá] a fecundidade dos pensamentos” e o sucesso do ensaio como gênero crítico por excelência.⁵⁴

A tensão da produção ensaística de Santiago com a forma dialética é o ponto central da resenha crítica escrita por Antonio Pasta Jr. ao livro *Nas Malhas das letras*. De acordo com Pasta Jr., o problema do livro de Santiago, que poderia ser estendido a sua obra como um todo, incluindo o romance ficcional *Em liberdade*⁵⁵, está ligado ao procedimento de misturar diversos gêneros sem a mediação e distância que um olhar crítico requer. Ao “afeiçoar os objetos à vontade do sujeito”, os textos de Santiago escapariam ao que seria um ensaio, pois anulariam as lógicas presentes nos objetos em favor da manifestação – nem sempre consciente ou explicitada – de uma subjetividade individual.⁵⁶ À liberdade implícita na oscilação entre ficção e crítica faltariam critérios e coerência objetivos.

53 ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: *Notas de Literatura*. [trad. Jorge de Almeida]. Editora 34: São Paulo, 2003; p. 39.

54 Idem, *ibidem*; p.30.

55 SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

56 PASTA JR., José Antonio. “O Juízo da Crítica”. IN: *Novos Estudos* 24. São Paulo: Julho de 1989; p. 184-193.

As proposições de Pasta Jr., por um lado, tornam-se contundentes ao serem justificadas a partir da leitura imanente de alguns ensaios do livro e, por outro, abrem margens para o questionamento do modelo adorniano de ensaio. Isto é, se reconhecermos que o ensaio de Santiago resguarda, sim, um potencial crítico derivado da forma densa como sua tese central é construída e entrelaçada aos conceitos mobilizados – e exploramos isso no primeiro segmento deste capítulo –, a oposição que estabeleceríamos à crítica de Pasta Jr. nos obrigaria a abordar o caráter aparentemente deficitário dos textos de Santiago sob a luz das considerações de uma dupla reflexão. Esta circunscreve o problema da limitação – e possível caráter regressivo, como afirma Pasta – dos textos de Santiago, ou seja a possibilidade de categorizar o ensaio deste autor como mais uma tentativa crítica insuficiente no trato com os antagonismos que constituem as nossas produções; e, ao mesmo tempo, a necessidade de se pensar em outras possibilidades de definição e realização daquilo que nomeamos como ensaio – movimento que se debruçaria de outro modo sobre os elementos heteróclitos do ensaio, focando menos na correspondência deste com o modelo conceituado por Adorno e mais nas novas contribuições e perversões que a escrita de Santiago poderia vir a oferecer a esse paradigma. Nessa direção, poderia haver uma força naquilo que apreendemos como fragilidade.

A produção ensaística de Schwarz, também, como pontuou Sérgio Miceli, poderia ser avaliada “por meio dos sinais de acolhimento ou recusa dos pontos cardeais da concepção adorniana do ensaio”.⁵⁷ Em “As ideias fora do lugar” Schwarz começa retomando brevemente um debate ideológico existente no Brasil. Para isso apoia-se em citações de documentos históricos – como um panfleto político e o depoimento de uma firma colonial – que comprovariam que a sensação de dualismo e estranhamento, oriunda da relação entre a presença das ideias liberais e a condição material do Brasil, atingia a muitos e, desse modo,

⁵⁷ MICELI, Sergio. “O Chão e as Nuvens”, *Novos Estudos* 70; p.88.

inquestionavelmente, configurava-se como um dado histórico: “Cada um a seu modo, estes autores refletem a disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu (...) estas ideias – em que gregos e troianos não reconhecem o Brasil – são referências para todos (...) Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*”.⁵⁸

A partir disso, tem-se início um aprofundamento vertical das considerações. Schwarz avança na construção de sua argumentação e o didatismo fica em segundo plano em prol de um encadeamento denso de postulações. O texto tem uma tese clara e parece já saber onde quer chegar, logo, seu método consiste em uma dinâmica de desdobramentos de uma proposição central: primeiramente explicitar a (sensação de) impropriedade das ideias europeias no Brasil, em função de nossa realidade material, para depois mostrar sua propriedade, isto é, como elas eram indispensáveis. Perpassando os dois momentos está o trabalho, e achado crítico, de conceituar o mecanismo que encontramos para mediar tal antagonismo, a saber, o já citado favor.⁵⁹

A dinâmica argumentativa é tensa e cerrada. Schwarz vai aos poucos introduzindo argumentos, construindo uma teia de significações e relações lógicas dialéticas, ou seja, oposições que se reiteram e determinam mutuamente, e quando desembocam no ponto esperado pelo crítico são nomeadas, ganham uma formulação cuja função é fixar e legitimar todo um desenvolvimento a que o leitor foi exposto:

Em suma, se insistimos no viés que escravismo e favor introduziram nas

58 SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p. 12.

59 Por mais que essa tese esteja intimamente ligada ao objeto sobre o qual se debruça o crítico, e, talvez, se construa no exercício analítico, não podemos negar sua existência. A ideia de imanência adomiana não diz respeito a um contato puro, livre e inaugural com o objeto. O objeto não pode ser subsumido pelos conceitos, mas ele, enquanto objeto de análise, só existe mediado por conceitos. A primazia do objeto, então, é necessária para que as marcas subjetivas reificadas, possam, *através dos conceitos*, serem esclarecidas. Desse modo, no caso de Schwarz, o método, assim como a tese, podem ser explicitados por meio da leitura comparada de outros ensaios do autor nos quais são reiterados, como veremos nos capítulos seguintes desse trabalho.

ideias do tempo, não foi para as descartar, mas para descrevê-las enquanto enviesadas – fora do centro em relação à exigência que elas mesmas propunham, e reconhecivelmente nossa, nessa mesma qualidade. Assim, posto de parte o raciocínio sobre as causas, resta na experiência aquele 'desconcerto' que foi nosso ponto de partida: a sensação que o Brasil dá de dualismo e factício.⁶⁰

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis.⁶¹

Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário.⁶²

Há também exemplos (ele menciona desde a estrutura de jornais e revistas da época, passando pela arquitetura, até o hino da república e aspectos da vida de Machado de Assis), mas estes ao invés de serem inseridos no meio dos argumentos contribuindo para certa perda de tensão e força deles, como acontece às vezes em Santiago, são escolhidos e distribuídos no texto estrategicamente, após um suporte argumentativo que os valida e preenche de significado. A totalidade, por meio do parcial, nos é apresentada, sem necessidade de que seja afirmada. E como recurso para situar o leitor nos movimentos sinuosos dessa linha de argumentação desenvolvida, observamos a presença de uma série de marcadores, tais como:

60 SCHWARZ, Roberto. op. cit; p. 21.

61 Idem, ibidem; p. 26.

62 Idem, ibidem; p. 30.

No plano das convicções, a incompatibilidade é clara, *e já vimos exemplos*. Mas também no plano prático ela se fazia sentir (...) Está-se vendo que para a vida intelectual o nó estava armado.⁶³

Seria fácil deduzir o sistema de seus contra-sensos, todos verdadeiros, muitos dos quais agitaram a consciência teórica e moral de nosso século XIX. *Já vimos uma coleção deles*”.⁶⁴

Retenha-se, no entanto, para analisarmos depois, a complexidade desse passo: ao tornarem-se despropósito estas ideias deixam também de enganar.⁶⁵ (grifos meus)

Em movimento contínuo entre o comentário, a explicação e a interpretação, como afirma Bento Prado Jr., Schwarz coloca sua leitura como um espelho que encontra o sentido da obra por meio do vai e vem entre a sua nitidez, a sua forma, e a experiência do existir. Cumpre, assim, com a tarefa da crítica dialética, de captar o movimento da negação no interior do mundo da experiência e desembrulhar a consciência implícita ao discurso do escritor.⁶⁶ Nessa direção, em Schwarz, o sentido ganha contorno definido, ainda que a definição tenha como base o paradoxismo. Suas colocações aproveitam-se notoriamente de torções nas frases e do uso das conjunções adversativas, como nos seguintes excertos:

Largamente sentido como defeito, bem conhecido mas pouco pensado, este

63 Idem, *ibidem*; p. 14.

64 Idem *ibidem*; p. 15.

65 Idem *ibidem*; p. 19.

66 PRADO Jr., Bento. “A sereia desmistificada” In: *Alguns ensaios*: filosofia, literatura, psicanálise. São Paulo: Paz e Terra, 2000; p. 210- 214. A leitura de Prado Jr., se dirige diretamente ao primeiro livro de Schwarz, *A sereia e o desconfiado*, e como tal dá conta de um determinado momento do percurso do crítico, no qual, por exemplo, as formulações sobre o Brasil que estamos discutindo aqui não apareciam com tanta centralidade. Ainda assim, ela ajuda-nos de forma particular a pensar na forma dos ensaios de Schwarz.

sistema de impropriedades decerto baixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances de reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face das ideologias, por vezes bem completo e descansado, e compatível aliás com muito verbalismo.⁶⁷

Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza.⁶⁸

De acordo com a leitura de Flora Süssekind, tais construções gramaticais constituem obstáculos para o leitor, garantindo certo distanciamento deste em relação ao ensaio. Esse distanciamento ou, como formula ela, “processo de desidentificação constante”, por sua vez, também é almejado pelo ensaísta, já que na ótica deste uma simpatia ou aproximação excessiva da obra poderia impedir a reflexão.⁶⁹ Essa objetividade irônica configura-se como marca particular de Schwarz e está na raiz do movimento do ensaio “As ideias fora do lugar”.

Verificamos que a forma desse ensaio, assim como a do ensaio de Santiago, relaciona-se diretamente com a convicção que os autores têm acerca da função da crítica para com a literatura. O olhar que propõe uma interpretação do Brasil, no caso de “As ideias fora do lugar” e de “O entre-lugar do discurso latino-americano”, tem como componente fundamental o crivo de valoração estética que vem acompanhado do gesto de buscar nas formas dos objetos analisados as marcas das determinações históricas, no caso de um, e das imposições de uma episteme ocidental e imperialista, no caso do outro. A dimensão do

67 Repetimos essa citação por tratar-se de um trecho muito significativo do ensaio de Schwarz. SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”, *Ao vencedor as batatas*; p.26.

68 Idem, *ibidem*; p. 26.

69 SÜSSEKIND, Flora. “Ou não? Notas sobre a crítica de Davi Arrigucci e Roberto Schwarz”. In: *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003; p. 37-55. Nesse sentido, a crítica de Schwarz corresponde à exigência de Pasta Jr.

desvelamento como função da crítica seria, portanto, comum tanto a Schwarz quanto a Santiago. Sendo assim, poderíamos, usando a expressão de Derrida, indicar a “paixão pelo segredo da literatura” (da forma estética), como motor de seus trabalhos.

Segundo Derrida, porém, esse “segredo” não pode ser decifrado e permanece como uma lacuna na medida em que é:

Heterogêneo em relação ao escondido, ao obscuro, ao noturno, ao invisível, ao dissimulável, até mesmo ao não-manifesto em geral, ele não é desvendável. Permanece inviolável até quando se acredita tê-lo revelado. Não que se esconda para sempre numa cripta indecifrável, ou atrás de um véu absoluto. Simplesmente excede o jogo do vender/desvendar (...) não pertence à verdade como homoiosis ou adequação, nem à verdade como memória (Mnémosyné, aletheia), nem à verdade dada, nem à verdade prometida, nem à verdade inacessível.⁷⁰

Diante disso, sem deixar de correr o risco de cair em uma mistificação, a desconstrução de Derrida atribui à crítica a função não de desvelar um segredo, mas sim de explicitar o indecível que circunscreve certas obras, certos textos. A questão, que serve de contraponto para a análise dos textos Santiago e de Schwarz, ganha clareza na seguinte formulação de Marcos Siscar:

Por extensão, nela [na literatura] está também em jogo o problema de sua verdade, enquanto gênero ou tipo de discurso. Em outras palavras, a literatura é um lugar no qual a relação com a própria identidade é fundamental para se compreender o sentido de um texto (...) Ou seja, uma

70 DERRIDA, Jacques. *Paixões*. [trad. Lóris Z. Machado]. Campinas: Papirus, 1995; p. 44.

definição do literário não pode ser anterior ao literário. Como dizer o que a literatura é sem levar em conta o que nela se apresenta como sendo literatura? Como fazê-lo sem projetar sobre ela, do seu 'fora', um referente ou significado transcendental?⁷¹

A contestação realizada por Siscar reitera que qualquer jugo interpretativo de uma transcendência – seja ela social, histórica, política –, o qual precede e determina um texto, deve ser visto como algo a ser abolido. O texto precisaria ser liberado de tais jugos, e a evidente impossibilidade disso deveria ser incorporada na crítica, que, como consequência, valorizaria a aporia e as dessimetrias do discurso. Nessa direção, a leitura crítica teria o potencial de desautorizar até mesmo a instância da produção do texto e, desse modo, reafirmar no objeto analisado uma lacuna inatingível.

O tratamento dado ao que nos termos aqui expostos nomeamos como “segredo”, entretanto, restabelece a oposição entre os críticos Roberto Schwarz e Silviano Santiago – e ao mesmo tempo os distancia de Derrida. A crítica de Schwarz tem um aspecto seletivo que não concede à obra o poder de suscitar leituras concorrentes – “a pluralidade das leituras só é signo das limitações e das deficiências do conhecimento e da razão crítica”.⁷² Isso porque, como vimos, caberia ao crítico desmistificar a verdade contida no objeto de análise. De acordo com Prado Jr. há um acerto de Schwarz no que se refere ao modelo adorniano de ensaio, no entanto, ele aponta, como, fazendo uso de certo distanciamento, é possível observar que a prática de desmistificação schwarziana acaba por gerar outro misticismo.⁷³ Este, por sua

71 SISCAR, Marcos. “A desconstrução de Jacques Derrida”. In: *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas* [BINNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Ozana (orgs)]. Maringá: Editora UDUEM, 2005; p. 174.

72 PRADO Jr., Bento. “A sereia desmistificada”, *Alguns ensaios*; p. 206.

73 Sobre isso Prado Jr. escreve, em nota de rodapé: “Roberto é everemista e, como tal, intransigente em relação aos mitos”. Ele só vislumbraria duas possibilidades, crer ou não crer, ignorando uma terceira opção que é a de compreender o mito (como faz Lévi- Strauss). E Prado Jr continua: “Só se recusa um mito como falso em nome de outro: compreendê-lo é visá-lo em seu universo próprio, na lógica que o estrutura. Platônico, Roberto só pode salvar o mito através de um uso irônico e pedagógico no interior da ciência; o mito: *ancilla scientiarum*. Consequente, Platão expulsava os poetas da Cidade: menos consequente, Roberto é crítico literário”. Idem,

vez, poderíamos encontrar também nas obras de Schwarz posteriores. A crítica se atribui uma onipotência, em detrimento da literatura e, ainda mais da ciência, que a torna capaz de dizer tudo e possuir a última palavra.

Já os textos de Santiago permitem, graças ao seus modos fragmentários, uma relativização constante. Entretanto, o esforço anunciado de apreender a tarefa da literatura e da crítica como capazes de deslocar e redimensionar o problema da verdade e por consequência da crítica mesma e a afirmação de que texto é concebido como algo que coloca em jogo a própria (im)possibilidade do sentido ou da experiência, enquanto tentativas de alinhamento às proposições da desconstrução, não parecem concretos na forma de seus ensaios. Mesmo que as leituras desse autor procurem produzir sentidos que estejam vinculados ao conflito existente entre o texto, o ato de leitura, o sujeito e o contexto de quem lê, no caso o crítico⁷⁴, notamos, também, que o desejo de acercar-se do “segredo” cifrado pela forma dos objetos tem como realização a defesa de um posicionamento que passa pela formulação de respostas para questões que lhe parecem significativas aos países periféricos (o que fica claro em “O entre-lugar”) e, em última instância, pela defesa da legitimidade e necessidade da crítica.

Posto isso, antes de estabelecer uma valoração entre essas formas de leitura, o que chama a atenção é que no limite a definição radical de Derrida, em oposição às outras, pode colocar em xeque a própria existência da crítica literária. Ou seja, a noção de “segredo” proposta pela desconstrução derridiana daria respaldo à possibilidade da “não-resposta”, tanto da literatura, quanto, por contiguidade, da crítica literária. O imperativo das escolhas não é

ibidem; p. 209.

74 É possível notar esse procedimento em vários ensaios de Santiago. No texto, por exemplo, “Convite à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade” a análise da originalidade do projeto estético de Drummond leva em consideração a experiência pessoal de formação literária desse autor. A história é entendida como mais um elemento de significação do poema, o qual transmite uma experiência de vida que é apreendida por cada leitor de um modo distinto. SANTIAGO, Silviano. “Convite à leitura dos poemas de Carlos Drummond de Andrade”. In: *Ora (direis) puxar conversa!*: ensaios literários. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

negado, mas ao se constatar a impossibilidade de fazê-las de antemão desde um lugar seguro, defende-se a liberdade de recusar, com perguntas, as interpelações que o mundo propõe.

Com esse procedimento, de alguma maneira, a dimensão responsabilmente política da “não resposta” é salvaguardada, sem poder ser afirmada, por Derrida. Logo, diante da exigência – realizada, por exemplo, de forma plausível por uma leitura afinada com o materialismo dialético – pela defesa de um posicionamento, preferencialmente comprometido com a ética, a moral e a justiça, Derrida responde perguntando “O que é a eticidade da ética? A moralidade da moral? O que é a responsabilidade? O que é 'o que é'?”. Partindo da certeza de que não é possível obter garantias de ética, moral e justiça, o filósofo propõe o questionamento, inclusive do seu próprio fazer, como melhor saída. Sobre o risco dessa colocação, ele escreve:

Por certo, ao assim falar (...) está se dando armas aos funcionários da antidesconstrução, mas, afinal de contas, não é preferível à constituição de uma euforia consensual ou, pior ainda, de uma comunidade de desconstrucionistas tranquilizadores, tranquilizados, reconciliados com o mundo na certeza ética, na boa consciência, na satisfação do serviço prestado e na consciência do dever cumprido (ou, com heroísmo ainda maior, a cumprir?).⁷⁵

Não parece ser, portanto, uma posição de conciliação ou indefinição, apaziguadora das contradições, o objetivo de Derrida. Se por um lado Santiago elege esse modelo como seu principal pressuposto teórico, o rechaço que a proposição derridiana expressa nunca será bem aceito por uma crítica como a de Schwarz⁷⁶, para a qual, ainda que tendo seu momento de

75 DERRIDA, Jacques. *Paixões*; p. 28.

76 Mesmo que adornianamente ela tenha seu momento desconstrutivo e questionador de valores e

falsidade reconhecido, não se pode abrir mão de certos valores éticos e morais, e nem da escolha comprometida – afinal, enquanto sujeitos históricos, estamos submetidos à necessidade de escolhermos continuamente.

Em mais um gesto de tensão na comparação entre os textos, essa contraposição oferecida pelo materialismo dialético faz-se necessária. O fascínio da proposição derridiana é proporcional a seu risco. É, sem embargo, no embate dessas concepções sobre a função da crítica e no imperativo distanciamento que esse procedimento exige que vislumbramos uma potência peculiar. Que produtividade poder ter a crítica que se limita a reproduzir, ou registrar, o segredo inerente à literatura? E em outra instância, se esse segredo existe, tem realização no literário e como tal deve permanecer, para quê a crítica literária? A possibilidade do fim dessa disciplina deve ser considerada, e Derrida o faz. Manter uma postura afirmativa diante de tal sentença implica, entretanto, um revisionismo de nossa atuação e dos significados que atribuímos a ela: em nome do quê e com quais garantias essa alternativa, o fim da crítica literária, seria melhor? Para quem?

Responder a essas questões não é uma tarefa fácil. Retomando o caminho que nos levou a elas, registremos a tentativa de demonstrar o fato, aparentemente óbvio, de que os críticos fazem opções teóricas e práticas. Constatamos a partir da análise formal que mesmo quando o ensaio dedica-se à crítica que podemos entender como “cultural”, isto é, a nos oferecer uma visão acerca de aspectos para além dos objetos literários, o que está em jogo e respalda todas as proposições dos autores analisados neste trabalho é uma certa concepção de literatura. Sendo assim, em nossa análise configuramos semelhanças e oposições. Se aquelas dependem de uma leitura mais detida e de um esforço de deslocamento para a sua compreensão – e, talvez por isso, sejam enunciadas de modo mais raro – estas, porém, ditam notoriamente o tom das proposições presentes nos espaços – intra e extra textuais – em que de

conhecimentos da modernidade ilustrada.

alguma forma os textos de Santiago e Schwarz são confrontados. Essa desmedida na recepção dos textos e na organização do debate entre eles não é arbitrária e esperamos não deixar dúvidas quanto a isso ao longo desse trabalho. Em outras palavras, acreditamos na necessidade de focarmos atenção no que emoldura o debate entre esses críticos e, por conseguinte, explicitar a importância de tal reflexão para a crítica literária e cultural brasileira contemporânea.

1.3 Oposições sinuosas

As investidas presentes nos ensaios de Schwarz e de Santiago tentam não reproduzir um pensamento maniqueísta e, para isso, dão corpo e mobilizam os conceitos de “entre-lugar do discurso” e “ideias fora do lugar”. Ambos, como vimos, são conceitos relacionais que apontam para formas de desvio em relação a uma norma. São tentativas de reconhecimento daquilo que é exterior a certa racionalidade moderna e peculiar à cultura e contexto sócio-históricos brasileiros. Há nos dois, portanto, um impulso “nacionalista” – que passa por uma crítica a certo nacionalismo – do qual pretendemos partir para avançar no desenvolvimento das questões que lançamos nas primeiras partes deste capítulo.

A preocupação com a formação de um pensamento próprio, mediado pelo elo entre a função estética e o princípio de nacionalidade, remonta ao Romantismo e constitui uma constante dos pensadores brasileiros.⁷⁷ No caso de Santiago, como estamos procurando apreender, a chave de leitura encontrada para essa problemática passa pela ideia de “entre-lugar”. Ao reclamar o acento na diferença como sinônimo de crítica latino-americana,

⁷⁷ Dentre os mais significativos encaminhamentos dessa problemática, estão as reflexões de Machado de Assis (enfaticamente no famoso texto “Instinto de Nacionalidade” *In: Obra completa*. Volume III. [COUTINHO, Afrânio (org.)]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004; p. 801-809), Mario de Andrade e Oswald de Andrade.

Santiago, assim como Schwarz, crê em certo privilégio da periferia em relação aos países centrais. Como afirma Maria Lúcia Outeiro Fernandes, o “entre-lugar” seria “um lugar provisório e estratégico em que o imperialismo cultural vai ser desafiado”.⁷⁸ Desde esse lugar, porém, a noção de “identidade nacional” é entendida como processo permanente de rearticulações, a partir da apropriação de códigos impostos – e daí vem a reivindicação de Santiago pela filiação à antropofagia, que veremos no capítulo seguinte.

Como implicação dessa dinâmica de rearticulações, está o questionamento da relação entre o binômio centro e periferia e o outro, origem e cópia. Por oposição à noção de “influência” e, portanto, à ideia de que há um modelo (origem/centro) a ser seguido (cópia/periferia), vimos que Santiago mobiliza o conceito de escritura, que prevê a tarefa do literato e do crítico como um trabalho a partir de uma tradição, na qual o escritor brasileiro está inserido, e, como tal, a legitima mas, também, a violenta, constantemente. A contradição da prática desse crítico, sem embargo, residiria em um ponto que, como assinala Palti, provocou um deslocamento na forma como essa questão vinha sendo tratada pelos intelectuais brasileiros.⁷⁹

De acordo com Palti, o problema desse procedimento, no caso do ensaio de Santiago, estaria no processo de desestabilizar a ideia de origem e simultaneamente reivindicar uma originalidade da produção cultural e literária brasileira – ou latino-americana. Sendo assim, a leitura crítica de uma escritura, que levasse ao limite a lógica da desconstrução, ao conceber de forma complexa os processos de geração, transmissão, difusão e apropriação das ideias, somente poderia estabelecer comparações a partir da particularidade de cada relação e de cada obra. Isto implicaria a eliminação da noção de marcas que dessem conta de uma produção sob a rubrica de “periférica” ou “brasileira”, por exemplo.

78 FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro. "Identidade Nacional como suplemento", *Desconstruções e contextos nacionais*; p. 138.

79 PALTÍ, Elias José, “The problem of 'Misplaced Ideas' Revisited: Beyond the 'History of ideas'”; p. 147-179.

O ensaio “O entre-lugar” não deixa dúvidas de que a especificidade da produção latino-americana (e brasileira) é, para Santiago, um fato – a ser exaltado e fomentado. Do mesmo modo, em seus outros textos, o diálogo com o que entendemos como a tradição da literatura brasileira aparece nas tentativas de recategorizar, desde sua perspectiva, algumas das obras que constituem nosso cânone, mas sem retirá-las da condição primordial de “literatura brasileira”.

Nessa direção, parte significativa de suas análises não deixa de apresentar as relações com o social e o econômico, não sendo possível negar, nesse âmbito, a história e a condição de subdesenvolvimento brasileira. Porém, o que poderia ser considerado o ato crítico de matizar ou problematizar a contradição a que Palti se referiu (questionamento da origem associado à busca de originalidade) e, assim, registrar um possível suplemento dela, torna-se mesmo um problema na obra do crítico. Isso porque esse diálogo que Santiago pretende estabelecer, sobretudo com a dimensão econômica subjacente à produção cultural, reconhecendo inevitavelmente a assimetria de ordem global, não parece encontrar uma boa formulação em seus textos. Em “O entre-lugar”, por exemplo, notamos que os condicionamentos econômicos da situação cultural descrita são, formalmente, tão marginais quanto onipresentes para a compreensão do quadro traçado.

Veremos ainda como isso se dá em outros ensaios do autor, mas é possível afirmar que o tratamento dado a essa tensão não a encaminha em direção à síntese, nem em direção a uma oposição irreduzível, nem em direção a um lugar outro, sugerindo, inclusive, que de fato esse seria um aspecto pouco relevante nas preocupações do crítico. Nisso reside, a nosso ver, a perda de força de seus argumentos. Santiago coloca boas questões, sobretudo ao materialismo dialético, ilumina problemas desde ângulos inesperados, ensaia uma nova posição, mas não delimita, nem explicita, de forma consistente o seu projeto crítico.⁸⁰

80 Poder-se-ia argumentar sobre isso que é um movimento inerente à própria desconstrução - a não formulação

A oposição entre centro/periferia e superior/inferior também é desfeita por Schwarz, isto é, como argumenta Palti, o crítico dialético mostraria que uma produção periférica pode ser superior, ou equivalente, a uma produção realizada nos países centrais (mais que isso, como escrevemos anteriormente, Schwarz partilha da ideia, derivada de Luckács⁸¹, de que o pensamento da periferia poderia ter algum privilégio epistemológico em relação ao das ex-metrópoles). No entanto, não acreditaria ser possível a “desconstrução” do par centro/periferia e modelo/cópia. Palti entende a configuração do movimento que estamos trabalhando (centro/periferia e superior/inferior X centro/periferia e modelo/cópia) realizada por Schwarz como uma saída paradoxal e impossível: aceitar a desvinculação da primeira oposição, obriga, segundo ele, a aceitação da segunda, na medida em que elas estão imbricadas. Isto é, se uma produção periférica pode ser superior a uma produção realizada em um país central, ela também pode oferecer-se como modelo para outras produções, inclusive para produções dos países centrais.

A crítica de Schwarz enfatiza, porém, que a questão não é tão simples, pois não se trata apenas de ideias. E é isso o que lemos nessa longa, mas significativa passagem:

(...) demonstrar o infundado de hierarquias desse gênero [em que a cópia é dependente do original e vale menos que ele] é uma especialidade da filosofia europeia atual, p. ex, de Foucault e Derrida. Por que dizer que o anterior prima sobre o posterior, o modelo sobre a imitação, o central sobre o periférico, a infra-estrutura econômica sobre a vida cultural e assim por diante? Segundo os filósofos em questão, trata-se de condicionamentos (mas

de um projeto unificado e unificador - e que, nesse caso, Santiago estaria se reservando ao direito de “não resposta”, ao direito de não fazer proposição alguma que não estivesse comprometida com o questionamento. Sem embargo, isso não é explicitado em seus textos e nem parece ser sua postura, o que verificamos a partir de entrevistas concedidas por ele.

81 LUKÁCS, George. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fonte, 2001.

são de mesma ordem?) preconceituosos, que não descrevem a vida do espírito em seu movimento real, antes refletindo a orientação inerente às ciências humanas tradicionais. Seria mais exato e neutro imaginar uma sequência infinita de transformações, sem começo nem fim, sem primeiro ou segundo, pior ou melhor. Salta à vista o alívio proporcionado ao amor-próprio e também à inquietação do mundo subdesenvolvido, tributário, como diz o nome, dos países centrais. De atrasados passaríamos a adiantados, de desvio a paradigma, de inferiores a superiores (aquela mesma superioridade, aliás, que esta análise visa suprimir), isto porque os países que vivem na humilhação da cópia explícita e inevitável estão mais preparados que a metrópole para abrir mão das ilusões da origem primeira (ainda que a lebre tenha sido levantada lá e não aqui). Sobretudo o problema da cultura reflexiva deixaria de ser particularmente nosso, e, de certo ângulo, em lugar da almejada europeização ou americanização da América Latina, assistiríamos à latino-americanização das culturas centrais. *Leiam-se, desse ponto de vista, “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de Silvano Santiago (...).*⁸² [grifo meu].

O diálogo e crítica aos argumentos de Santiago são diretos. O segundo par opositivo – centro/periferia e modelo/cópia – indissolúvel, teria, para Schwarz, mais peso que o primeiro – centro/periferia e superior/inferior – e deveria necessariamente impor um acento negativo às abordagens da crítica, já que, desde sua perspectiva, a inserção de uma obra cultural ou literária brasileira no cânone universal – fundamentalmente europeu – pode funcionar como uma compensação simbólica para contradições reais, que permanecem irresolvidas. Ou seja, a concepção performativa utilizada por Santiago – e que o permite

82 SCHWARZ, Roberto. “Nacional por Subtração”, *Que horas são?*; p. 36.

projetar nos objetos culturais o potencial positivo de transformação (pois, conforme explicitamos, de acordo com este, a realidade só existe mediada pelos textos, sendo sempre uma interpretação) – para Schwarz, desde uma concepção referencial da linguagem, seria, portanto, altamente criticável por ignorar a dimensão material, determinante da realidade.⁸³

O respaldo nessa dimensão constitui a base da tese dialética de Schwarz, que aparece como assunto do ensaio “As ideias fora de lugar” e, de modo mais central, em “Nacional por subtração”. Quer dizer, ao se colocar como antiessencialista e antinacionalista, a crítica schwarziana afirma a impossibilidade de um traço que seja originalmente brasileiro, não é possível não copiar, e, porém, no mesmo gesto, afirma a impossibilidade da não distorção como nossa marca particular, ou seja, aquilo que não copiamos de ninguém. Explicando melhor e voltando ao conceito de “ideias fora do lugar”, em um primeiro momento o crítico afirma a existência de ideias fora de lugar, no Brasil, como algo inevitável, concluindo então que não existe uma essência ou modo de pensar que nos seja próprio. No segundo momento, diante de questões como: então o próprio marxismo está fora de lugar?, ele aponta como legítimas e ajustadas as ideias que forem (re) formuladas a partir das contradições locais, negando, nesse gesto, a afirmação primeira, ou seja, ratifica, sim, existirem ideias no lugar que nos distinguem e nos dão algum tipo de originalidade – como exemplo disso estaria a obra literária de Machado de Assis e a própria obra de Schwarz.⁸⁴

O movimento é complexo e exige cuidado em seu tratamento. A repercussão das formulações do ensaio “As ideias fora do lugar” gerou reações de vários críticos e, entre elas, a contestação de Alfredo Bosi merece destaque, por sua contundência e por dialogar

83 Schwarz parece vislumbrar, por oposição, em sua crítica, que também age no nível discursivo, algo capaz de gerar ações de superação da dependência latino-americana. De acordo com Bernardo Ricupero, subjacente à tese das “ideias fora do lugar” se encontra a aspiração de se superar definitivamente a situação de subordinação colonial, estabelecendo-se um quadro de maior autonomia, identificado com a Nação” (...) ‘As ideias fora do lugar’ não expressam um fato e sim um “processo, de formação, que se completaria na forma”. RICUPERO, Bernardo. “Da formação à forma. Ainda as “Idéias fora do Lugar”. In: *Revista Lua Nova*, N. 73. São Paulo, 2008; p. 59-69.

84 PALTI, Elias José, “The problem of 'Misplaced Ideas' Revisited: Beyond the 'History of ideas'”; p. 147-179.

diretamente com os termos da comparação entre Schwarz e Santiago que estamos estabelecendo neste texto. Segundo Bosi, as ideias, liberais no caso, nunca estiveram fora de lugar no Brasil. Isto porque o liberalismo brasileiro jamais colocou em dúvida o fundamento comum a todos os liberalismos, a saber, o direito à propriedade e ao livre comércio internacional. Através da filtragem do que convinha às práticas de dominação local, entretanto, teríamos desenvolvido um tipo de liberalismo oligárquico que, ajustado a nossa realidade, não era incompatível com o escravismo⁸⁵:

Nada haveria, a rigor, de excêntrico, deslocado ou postiço na linguagem daqueles políticos brasileiros que, usando o termo liberalismo em um sentido datado, pro domo sua, legitimaram o cativo por um tempo tão longo e só o restringiram sob pressão internacional. (...) Em todas essas regiões, políticos defensores do liberalismo econômico ortodoxo velaram pela manutenção do trabalho escravo.⁸⁶

Isso pode se realizar pois, escreve Bosi, “é possível dizer que os grupos culturais e políticos das nações dependentes não apenas sofrem como também escolhem e trabalham as influências dos polos dominantes do sistema”.⁸⁷ Bosi defende – tendo como base do argumento a ideia de apropriação do outro que vimos em Santiago – uma relativa independência e pró-atividade no processo de incorporação de ideias estrangeiras, que, de

85 Esse teria sido o primeiro liberalismo brasileiro. Bosi também escreve sobre um segundo liberalismo – ocorrido a partir do ano de 1868 – no qual entra em discussão o trabalho livre, a imigração e o voto universal. BOSI, Alfredo. “A escravidão entre dois liberalismos” In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992; p. 213

86 Idem, *ibidem*; p. 202. Para ratificar que o liberalismo podia servir tanto ao liberal europeu, quanto ao brasileiro, sem que isso significasse um disparate, Bosi resgata Adam Smith: “Smith pronuncia-se pela superioridade do trabalho assalariado que lhe parece mais lucrativo além de ético. Este, o princípio geral. Ao tratar, porém, das *colônias*, a sua abordagem assume um tom neutro e utilitário. Não se lê aí uma crítica explícita à escravidão do ponto de vista econômico”; Idem, *ibidem*; p. 211.

87 Idem, *ibidem*; p. 237.

fato, poderiam se ajustar a interesses efetivos de outros contextos.⁸⁸

Como afirmamos, essa relativa independência, sem embargo, não está ausente da dialética formulada por Schwarz, que prevê a possibilidade de adequação das ideias. No entanto, a condição de acerto dessa adequação é a explicitação pela crítica de sua inadequação. Em resposta direta às colocações de Bosi, Schwarz reitera seu posicionamento:

Como trabalhei sobre o assunto por meu lado, de uma perspectiva contrária nesse ponto, o argumento me interessou especialmente. Em linha com Bosi, nunca imaginei que o liberalismo não tivesse funções no Brasil escravista; mas acho de fato que o cumprimento destas vem acompanhado de um travo virtual ou efetivo de inadequação.⁸⁹

E no ensaio “Por que 'as ideias fora do lugar'?”, publicado recentemente no livro *Martinha versus Lucrecia*, reitera de modo mais desenvolvido:

Ora, é claro que nunca me ocorreu que as ideias no Brasil estivessem no lugar errado, e muito menos que eu pudesse corrigir sua localização – como o título sugeriu a muitos leitores. Ideias funcionam diferentemente segundo as circunstâncias. Mesmo aquelas que parecem mais deslocadas, não deixam de estar no lugar segundo outro ponto de vista (...) É claro que em abstrato todas as funções existem e que a neutralidade científica manda reconhecê-las e não condená-las. Em princípio, por que a função de

88 Bem próxima disso, e também na contramão da proposição de Schwarz, está a conhecida consideração feita por Maria Sylvia de Carvalho Franco de que a antinomia entre as ideias e a realidade é falsa, pois as ideias somente circulam em espaços que já possuem condições para a sua recepção. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos Debate 1*. São Paulo: Brasiliense, 1976. Em ensaio de seu novo livro, como veremos, Schwarz rebate ambos argumentos, o de Bosi e o de Carvalho Franco. SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

89 SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; p.81.

prestígio valeria menos do que a função descritiva? Entretanto, não vivemos num mundo abstrato, e o funcionamento europeu do liberalismo, com sua dimensão realista, se impõe, decretando que os demais funcionamentos são despropositados. As relações de hegemonia existem, e desconhecê-las, se não for num movimento de superação crítica, é por sua vez uma resposta fora do lugar.⁹⁰

Com um argumento muito semelhante ao utilizado para a crítica ao ensaio de Santiago, Schwarz, mesmo reconhecendo como indiscutível que o liberalismo econômico pudesse servir aos interesses da escravidão, afirma que em certo sentido o liberalismo era sim uma ideia fora do lugar. Para Schwarz, o limite do argumento de Bosi seria seu viés localista, que não levaria em consideração o fato de que a propriedade escravista brasileira deveria ser vista em face do mercado mundial, pois,

longe de ser um traço inconseqüente, a discrepância entre a feição local das relações sociais e a sua norma contemporânea, mesmo remota, pertence estrutural e objetivamente à dialética global do sistema, à qual dá acesso, devendo ser estudada, e não descartada, ainda quando os mecanismos de filtragem a abafem ao máximo.⁹¹

Cabe aqui a pergunta: mas a escravidão não era em si, seguindo um raciocínio desenvolvido pela Teoria da Dependência, uma necessidade da ordem global? Retomando o ponto inicial de nossa argumentação, notamos, então, que às investidas globalistas da

90 Idem, “Por que 'as ideias fora do lugar'?”. In: *Martinha versus Lucrecia*: ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 165-172.

91 Idem, “Discutindo com Alfredo Bosi”; *Sequências brasileiras*; p.81. Além disso, o despropósito, enuncia Schwarz, é passível de ser explicado em sua necessidade histórica. No caso do Brasil essa necessidade refere-se ao conflito, do novo país, de incorporar instituições e ideias característicos das nações independentes e ao mesmo tempo manter a estrutura social e econômica antiga.

desconstrução, que eliminariam a ideia de origem, Schwarz responde com um apelo ao particular, aos traços distintivos do país, afinal, “O espaço econômico está internalizado, mas a arena política não”.⁹² Às investidas de Bosi, de considerar o ajuste local das ideias liberais, responde com o apelo ao global. Mesmo que tal oscilação seja considerada como base da dialética schwarziana seria factível delimitar em quais momentos específicos Schwarz utiliza um ou outro argumento e o que essa utilização diz sobre seu fazer crítico? Seriam essas somente possibilidades da dialética, ou há um gesto de defesa de um posicionamento pouco aberto aos questionamentos que poderiam vir a desestabilizá-lo ou ainda a exigir reformulações e revisões de pressupostos? Isso sim, enquanto paradoxismo, não se resolve e é desafiador.

Adequar as ideias estrangeiras à realidade local sempre esteve na pauta dos nacionalismos e, tanto em Schwarz quanto em Santiago, com problemáticas específicas que mostramos aqui, verificamos esse impulso. Desse modo, desafiador também é pensar no crivo que define certo tipo de crítica como mais aceitável do que a outra. Os dois, ao refletirem sobre o lugar das ideias do e no Brasil, parecem querer tomar distância de um tipo de nacionalismo constituído por aqueles que são “defensores de uma vida intelectual estritamente autóctone, ou ainda aos inimigos da cultura alienígena, com sua noção muito irreal do movimento das ideias”.⁹³ Porém, como desenvolvemos ao longo deste capítulo, os caminhos que a crítica de cada um deles percorre são sinuosos e, muita vez, incompatíveis.

Qual seria a leitura mais adequada – ou parafraseando Schwarz, qual é a resposta crítica que não está fora de lugar: a de Schwarz ou a de Santiago? Explicitando essa pergunta, com que invariavelmente deparamo-nos ao propor este trabalho, não temos outro objetivo senão evidenciar a limitação do ponto de onde ela surge. Tendo como pressuposto o desejo de

92 Idem, “Nacional por subtração”, *Que horas são?*; p.37.

93 Idem, “Discutindo com Alfredo Bosi”, *Sequências brasileiras*; p.82.

demonstrar o que há de ideológico naquela posição que for escolhida como menos legítima, essa questão nos impede, ou nos exime, do dever de considerar a tensão que existe entre os posicionamentos e que, talvez, se refletida criticamente pode elevar nosso pensamento a outro patamar de questões. Voltaremos a isso. Antes porém, nos afastemos um pouco do campo um tanto quanto movediço das especulações teóricas, e centremos no modo como estas são mobilizadas na análise de um determinado objeto estético.

Capítulo 2

Ainda o Brasil: disputando a tradição

2.1 A poesia de Oswald de Andrade e suas reverberações

Ainda que a ideia de campo, tal qual formulada por Pierre Bourdieu, não possa ser transposta para o contexto brasileiro sem algumas reservas, observamos em nosso terreno uma similaridade de mecanismos, regras e estruturas nas e pelas quais atuam os sujeitos. Os diversos posicionamentos dão mostras de um campo de morfologia desigual fomentado por sistemas de proteção e auto-elogios que constituem redes de amizades, as quais, por sua vez, são responsáveis pela formação dos grupos que concorrem entre si.⁹⁴ Silviano Santiago e Roberto Schwarz estão, como todos nós, inseridos nesse campo e a apreensão de suas análises e avaliações passa pela compreensão desses dispositivos. Desse modo, assim como na França, em nosso emergente campo literário:

Não é suficiente dizer que a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas, é a própria luta que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza. Luta entre os dominantes que pactuam com a continuidade, a identidade, a reprodução, e os dominados, os recém-chegados, que têm interesse na descontinuidade, na ruptura, na diferença, na revolução. Marcar época é, inseparavelmente, fazer existir uma nova posição para além das

94 No Brasil, essas redes de amizades e favorecimentos ganham maior evidência quando as vemos sob a luz da já teorizada “lógica do favor”.

posições estabelecidas, na dianteira dessas posições, na vanguarda, e, introduzindo a diferença, produzir o tempo”.⁹⁵

O que está em disputa é o real. A possibilidade de nomear, instituir o real, já que “a realidade objetiva só se manifesta no campo mediante as representações que dela fazem aqueles que invocam sua arbitragem”.⁹⁶ Para os críticos a cristalização de determinada visão do real acarreta o estabelecimento de um nome que, quando reconhecido pelos pares e concorrentes do interior do campo, transforma-se em capital de consagração, isto é, confere ao seu detentor o poder de consagrar outro objeto ou pessoa e obter lucros através desta operação.

Além disso, a imposição de uma leitura tem outras consequências significativas, que passam pela formação dos cânones, pela definição de alguns conteúdos das práticas escolares e pela constituição de imaginários e perspectivas políticas que, por sua vez, fomentam ou não ações e engajamentos. Nos autores que estamos analisando, a disputa pelo real do momento presente – o contemporâneo – possui como contraparte constitutiva a disputa pelo passado, isto é, pela tradição.

Nesse sentido, a comparação entre os modos com que Santiago e Schwarz apreendem o primeiro modernismo brasileiro, em especial a produção poética de Oswald de Andrade, pode ser altamente produtiva. Primeiramente por explicitar a disputa e suas implicações na reflexão crítica, e depois, por contribuir para esta mesma, ao apontar as arestas e lampejos críticos que estão presentes em ambas as formulações, mas ganham evidência se confrontados.

Em “O Bonde, a Carroça e o Poeta Modernista”, Schwarz realiza uma leitura da

95 BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*; p. 181.

96 Idem, *ibidem*; p.182.

poesia *Pau Brasil*⁹⁷ de Oswald de Andrade que inicialmente assinala e reivindica seus elementos especificamente nacionais – e nesse gesto se contrapõe às críticas que somente enfatizam a identidade entre os procedimentos oswaldianos e as vanguardas europeias – para em seguida revelar o caráter ideológico, ligado à modernização conservadora, de tal produção.

A partir de uma leitura de feição imanente do poema “pobre alimária”, e da menção a outros poemas, Schwarz identifica a matéria-prima de Oswald como resultante de duas operações: a justaposição de elementos próprios ao Brasil-Colônia e ao Brasil-Burguês e a elevação do produto desta, desconjuntado por definição, ao estatuto de alegoria do país.⁹⁸

Marcas como formas breves, a limpidez na composição, o tom simpático, o coloquialismo e a ausência de saudosismo em relação ao passado, dariam mostras, com certa euforia, da coexistência desses mundos e nisso permitiriam o vislumbre de uma relação outra que não de subordinação, entre a ex-colônia, Brasil, e os países centrais. No entanto, analisa Schwarz, essas marcas, em um segundo momento, também explicitariam a irrealidade e o infantilismo do projeto oswaldiano. Isso porque, de acordo com o crítico, “o mundo sem data e rubrica, proposto no Manifesto Antropófago, é datado e rubricado, como indica a sua matéria disposta segundo ciclos históricos e impregnados de valor nacional”.⁹⁹

Em outros termos, a visão conciliatória e risível do Brasil e a crença no progresso, subsidiado pelo desenvolvimento do café¹⁰⁰, ignorariam os antagonismos sociais e a negatividade inerente à condição brasileira dentro do sistema global. É nesse sentido que a situação representada no poema “pobre alimária” livre de contradições teria como referência uma perspectiva de classe que como tal situar-se-ia externa ao conflito, e para a qual, desde

97 ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 1991.

98 SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999; p. 12.

99 Estamos, sublinha Schwarz, diante de um mundo datado, isto é, marcado historicamente e determinado pela dinâmica do capital: “Um mundo de ressentimentos em luta, de insegurança e ambiguidade valorativa, de crispações do amor-próprio”. Idem, *ibidem*; p.19.

100 Escreve Schwarz: “*Digamos que a poesia de Oswald perseguia a miragem de um progresso inocente*” [grifos do autor]. Idem, *ibidem*; p. 24.

longe, tanto o bonde quanto a carroça (símbolos que explicitam o descompasso) seriam mais semelhantes que opostos. Essa imagem configurar-se-ia no poema através de um “lirismo luminoso, de pura solução técnica” que afetaria, inclusive e sobretudo, aos sujeitos, na medida em que “(...) reduzida a um mecanismo mínimo e rigorosamente sem mistério, a subjetividade toma feição de coisa por assim dizer exterior, de objeto entre os demais objetos, tão cândida e palpável como eles”.¹⁰¹

Oswald tentou, afirma Schwarz, uma interpretação triunfalista de nosso atraso. Isto é, nos termos do crítico, tentou fazer com que utilizássemos o progresso material moderno para saltarmos da “sociedade pré-burguesa diretamente ao paraíso”. Porém fica clara, nas considerações de Schwarz – em consonância com seus referenciais teóricos – e no tom irônico e sarcástico com que aborda o gesto de Oswald, a convicção da indisponibilidade dessa saída. Como vimos, desde a perspectiva schwarziana a possibilidade da dinâmica cultural de um país periférico manter uma independência em relação aos países centrais, enquanto a dependência econômica vigorar, é uma problemática aberta e complexa cujas condições de sucesso são escassas. Desse modo escreve:

o uso irreverente de nomes, datas e noções ilustres não deixa de ser uma reverência com sinal trocado. Um modo até certo ponto precário de suprir a falta de densidade do objeto, falta que reflete, no plano da cultura, o mutismo inerente à unilateralidade das relações coloniais e depois imperialistas, e inerente também à dominação de classe nas ex-colônias.¹⁰²

A força, inclusive formal, dos argumentos schwarzianos é evidente. A negatividade que os caracteriza estará presente em praticamente todas as leituras realizadas pelo crítico e

101 Idem, *ibidem*; p. 20.

102 Idem, *ibidem*; p. 27.

constituirá o fundamento da defesa de certa tradição crítica brasileira frente a outras correntes.

Isso é passível de ser observado na leitura que o crítico faz do Tropicalismo.¹⁰³ Diante de um cenário político já distante do panorama das décadas de 1920 e 30, marcado agora por deslocamentos e apropriações da teoria marxista em favor dos interesses do capitalismo, para Schwarz, a efetiva produção cultural e artística de esquerda deveria romper com as conciliações incongruentes e ideológicas que vigoravam. O Tropicalismo, porém, não teria oferecido essa resposta esperada, e ao contrário se apresentaria, na ótica do crítico, como um “disparate aparentemente surrealista”.¹⁰⁴ A coexistência do arcaico e do moderno, não rara em países com histórico de dominação colonial mas sempre situada e de sentido variável, teria sido, assim como em Oswald, utilizada como matéria-prima pelos tropicalistas. Referências ao Brasil rural e patriarcal foram transfiguradas com avançadas técnicas e formas do âmbito internacional. Nas palavras do crítico:

Arriscando um pouco, talvez se possa dizer que o efeito básico do Tropicalismo está justamente na submissão de anacronismos desse tipo, grotescos à primeira vista, inevitáveis à segunda, à luz branca do ultramoderno, transformando-se o resultado em alegoria do Brasil.¹⁰⁵

Essa coadunação geraria uma linguagem exclusiva que, assim como no poema “pobre alimária”, traria implícita uma marca de classe, já que somente o público afinado com

103 As considerações que Schwarz faz sobre esse movimento estão circunscritas à análise sociopolítica da década de 60 no Brasil. No capítulo III retomaremos e discutiremos alguns aspectos dessa análise que está presente no ensaio, escrito em 1970, “Cultura e política, 1964-1969 – Alguns esquemas” (In: *O pai de família* e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.). Também é importante mencionar a publicação, no início de 2012, do ensaio de Schwarz “Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo” único texto inédito do livro *Martinha versus Lucrecia*. São muitas as relações desse texto com o assunto de nosso trabalho, no entanto, não houve tempo hábil para as devidas incorporações e referências a ele. Angustia-nos menos o fato de que o argumento geral de Schwarz que estamos apresentando aqui se mantém no novo texto.

104 SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política”, *O pai de família*; p.89.

105 Idem, *ibidem*; p.87.

a cena internacional – “universitários e afins” – poderia compreender e apreciar na impropriedade da obra tropicalista o seu gesto desmistificador e engajado. Além disso, escreve Schwarz, desde essa perspectiva de classe, para os tropicalistas, haveria uma generalização da pobreza que atingiria ricos e pobres e, concebida desde um lugar que parece fora da nação, seria elevada à condição de essência da alma do país.

Nesse caso, porém, Schwarz não analisa nenhuma obra tropicalista específica – não sabemos se ele está referindo-se à produção musical, teatral, plástica, etc. –, trata o movimento sempre de forma geral e homogênea e, em uma análise muito próxima, inclusive literalmente, da que realiza da produção oswaldiana, coloca em xeque a dimensão crítica do Tropicalismo.¹⁰⁶ Ele assinala a dubiedade do projeto que se situaria num limiar entre a realização da crítica à modernização e a integração conformista à mesma.

A não adesão ao posicionamento e atitude da esquerda marxista, que neste momento, na cena musical, por exemplo, em clara oposição aos tropicalistas, eram representados pelas canções de protesto, de imediato alinharia os agentes do Tropicalismo a uma postura reacionária identificada com a direita e com o golpe militar. A utilização das técnicas internacionais implicaria uma adesão aos locais de origem dessas formas, e inclusive aos seus pressupostos econômicos, e resultaria numa visão imperialista/estrangeira que vê o atraso do Brasil como uma aberração – e não como condição histórica e materialmente determinada de existência do país na ordem capitalista.

Afastando-nos um pouco de Schwarz, poder-se-ia apreender a ambiguidade do Tropicalismo como uma recusa dos termos pelos quais a interpelação por um posicionamento político se dava.¹⁰⁷ Essa possibilidade abriria margem para uma leitura do gesto tropicalista

106 As análises schwarzianas têm a leitura imanente das obras como ponto de partida, o que chama atenção para este fato: é possível ler duas produções, a oswaldiana e a tropicalista, distantes quatro décadas entre si, praticamente da mesma maneira? No caso de Santiago também encontramos leituras de cunho mais abrangentes dos movimentos em questão, no entanto, a mesma exigência não pode ser feita, já que a prática da leitura imanente só aparece nesse crítico como assunto para problematização teórica.

107 Sobre isso o pesquisador Liv Sovik afirma: “O movimento tropicalista (conhecido também como Tropicália)

enquanto tentativa de ressignificar certas práticas, ou seja, como uma forma radical, e por isso situada numa linha muito tênue com o posicionamento conformista, de comprometimento com a resistência aos prejuízos oferecidos pelo sistema capitalista. Flagrar e penetrar nessa complexidade atribuiria grande valia para a crítica. Schwarz esboça a intenção de fazer isso, sem embargo, acaba por interpretar sumariamente tal ambiguidade como reacionária.¹⁰⁸

Sendo assim, é retirada da coadunação que constitui o procedimento estético do Tropicalismo sua dimensão capaz de produzir estranhamento – mais uma vez no caso da canção, é possível afirmar que no Tropicalismo quase nunca letra, melodia e harmonia estão em relação de simples conciliação apazível e muito menos que dão origem a um efeito que possa ser definido como meramente “pop”.¹⁰⁹ Como alternativa a esse “erro”, Schwarz escreve que o artista deveria buscar “sua força e modernidade na etapa presente da vida nacional, e guardar[ia] quanta independência fosse possível em face do aparelho tecnológico e econômico, em última análise sempre orientado pelo inimigo”.¹¹⁰ Pois, se por um lado, o uso da alegoria permite a não especificação histórica e a representação de um Brasil intemporal, por outro, o lugar social do Tropicalismo é definido e historicamente marcado.

A comparação entre os procedimentos estéticos e implicações políticas do Teatro de Arena e Teatro Oficina, presente no mesmo ensaio de Schwarz, possui termos semelhantes aos que estamos enfatizando aqui. A apropriação inadequada de referências estrangeiras em detrimento de um pensamento desenvolvido pela tradição local teria como consequência,

logo entraria com uma posição diversa, deslocando o eixo bom/ruim; comprometido/alienado: o país não poderia ser reduzido a esses binários”. SOVIK, Liv. “O Haiti é aqui/O Haiti não é aqui! Música popular, dependência cultural e identidade brasileira na polêmica Schwarz-Silviano Santiago”. In: MATO, Dainel, org] *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas em Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002; p. 279.

108 É do mesmo tipo a avaliação que Schwarz faz da passagem do livro *Verdade Tropical* em que Caetano Veloso explicita seu sentimento de libertação ao ver uma cena polêmica do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha. Escreve Schwarz: “Aos olhos da esquerda, que mal ou bem centralizava a resistência à ditadura, descrever da 'energia libertadora do povo' era o mesmo que alienar-se e entregar os pontos. Aos olhos de Caetano, era livrar-se de um mito subitamente velho, que cerceava sua liberdade pessoal, intelectual e artística”. SCHWARZ, Roberto. “*Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo*”, *Martinha versus Lucrecia*; p. 79.

109 Agradeço nesse ponto aos comentários esclarecedores e indicações bibliográficas de Acauam Oliveira.

110 SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política”, *O pai de família*; p. 90.

quase que inevitável, a perda da criticidade e logo do potencial político da produção – seja ela, como vimos, artística ou teórica.

Ainda que com limitações ideológicas, o Teatro de Arena teria oferecido ao seu momento histórico uma resposta vinculada ao período prévio ao golpe de 1964, no qual questões de ordem marxista como a luta de classes, a revolução, a crítica ao populismo e a preocupação formal ocupavam a centralidade da reflexão nacional. Já o Teatro Oficina aparece na análise do crítico ligado à experiência nacional e reacionária de “desagregação” de 1964 (que, por sua vez, repetiria em seu palco em forma de ofensa), e a uma experiência teórica, também de “desagregação”, mas estrangeira:

(...) com violência desconhecida – mas autorizada pela moda cênica internacional, pelo prestígio da chamada desagregação da cultura europeia, o que exemplifica as contradições do imperialismo neste campo –, o Oficina atacava as ideias e imagens usuais da classe média, os seus instintos e sua pessoa física.¹¹¹

Outros argumentos são mobilizados por Schwarz a fim de corroborar a ideia de que a resposta do Teatro Oficina teria sido radical, mas moral e não política. Ele mostra como o impulso libertário e político dos recursos de choque utilizados pelo Oficina poderiam se inverter e apenas reproduzir a repressão (identificação com o agressor) e dessolidarização, já presentes no contexto social da época. O argumento é interessante, contundente e não pode deixar de ser considerado nessa reflexão. No entanto, instaura certo sentido da recepção como único e ao mesmo tempo, ao não reconhecer a possibilidade de uma postura crítica vinculada a referenciais teóricos distintos do marxismo, anula qualquer potencialidade do Teatro

111 Idem, *ibidem*; p.103

Oficina. Em oposição, Schwarz lê a saída encontrada pelo Teatro de Arena, mesmo com problemas que ele afirma existir, como mais legítima e nacionalmente bem ajustada – como vimos no capítulo I e reiteramos, a única solução para o descompasso Brasil é o registro, em termos marxistas, desse descompasso.

A negatividade que marca a análise de Schwarz dos objetos mencionados, a saber, a poesia de Oswald, o Tropicalismo e o Teatro Oficina, cunhada, portanto, a partir de critérios analíticos rigorosos e de pressupostos claros, ainda que pouco relativizados¹¹², não está presente de modo tão enfático nas leituras de Santiago – que, como vimos, dentro da tensão do campo literário que divide os críticos que têm mais capital simbólico dos que têm menos, como ortodoxos e heréticos ou dominantes e dominados, faz parte deste último grupo.¹¹³

Voltando ao modernismo, para Santiago é louvável o movimento da década de 20 de desconstruir a dicotomia entre a corrente nativista e a corrente cosmopolita que, respectivamente, liam o Brasil a partir de uma idealização do autóctone, como puro e indomado, ou do recalque daquilo que era produto do processo sócio-histórico de aclimação da Europa nos trópicos¹¹⁴; e no caso da apreensão oferecida pela poesia de Oswald, como explicitaremos agora, ele atribui, inclusive, uma forte positividade.

Alinhando-se ao projeto antropofágico, Santiago afirma que a consciência nacional estará menos no conhecimento do que é interior ao país e mais no complexo processo de interiorização do que lhe é exterior, isto é, do que lhe é estrangeiro.¹¹⁵ Para reforçar sua

112 Voltaremos a essa afirmação para discutir como, a partir do século XXI, Schwarz e muitos dos praticantes do materialismo dialético, diante da nova configuração socioeconômica mundial e nacional, passam a um gesto de autocrítica e questionamento dos seus referenciais teóricos.

113 Ou fez, pois observamos recentemente que mudando o foco de referência da USP para UFF, por exemplo, a mesma rede de elogios e de produção de capital simbólico passa a ter esse crítico como centro. Para uma afirmação mais precisa seria necessário um estudo do campo literário brasileiro que, de fato, abrangesse as diversas universidades e outras instâncias de consagração do país.

114 SANTIAGO, Silvano. “Atração do mundo: políticas de globalização e de identidade na moderna cultura brasileira”. In: *O Cosmopolitismo do Pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; p. 25.

115 “Para o Brasil poder se exteriorizar com dignidade é preciso que acate antes o *exterior* em toda a sua concretude”. SANTIAGO, Silvano. “Oswald de Andrade: elogio da tolerância racial”. In: *Ora (direis) Puxar conversa!* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006; p. 135.

reivindicação da geração vanguardista dos trópicos, Santiago associa a formação do intelectual modernista ao pós-estruturalismo:

A estratégia estética e a economia política do primeiro Modernismo não podem ser desvinculadas do surgimento e apogeu da ciência europeia que 'acolhe no seu discurso as premissas do etnocentrismo no próprio momento que o denuncia' - a etnologia. Segundo Jacques Derrida (...) a etnologia 'só teve condições para nascer no momento em que se operou um descentramento: no momento em que a cultura europeia (...) foi deslocada, expulsa do seu lugar, deixando então de ser considerada como a cultura de referência'. Esse descentramento tem consequências extraordinárias no processo de formação do intelectual modernista e de configuração das várias etnias que explodem a almejada cultura nacional em vários estilhaços.¹¹⁶

Ainda que Santiago reconheça certo perigo de que se tenha incorporado à modernidade estética, de forma ingênua e desavisada, “pelo traço do primitivismo, as atrocidades cometidas pela economia colonial e escravocrata brasileira”, o que ele sublinha na dinâmica do primeiro modernismo é o resgate da multiplicidade étnica e cultural da formação nacional que, por sua vez, estabeleceria vínculo com o pensamento universal não canônico.

Desse modo, tanto em Oswald quanto em Mário de Andrade, Santiago assinala um ativismo em direção à construção de uma nova sociedade e um gesto solidário que abdica da cultura elitista e vai buscar o saber que “existe na expressão cultural dos descendentes de grupos étnicos que foram dizimados, ou explorados e esquecidos pela elite escravocrata e europeizada do país”.¹¹⁷ Oswald faria do uso da paródia um recurso para, dentro de uma

116 SANTIAGO, Silviano. “Atração do mundo”, *O Cosmopolitismo do Pobre*; p. 27.

117 Idem, *ibidem*; p.28.

perspectiva antropófaga, resgatar o passado colonial e ao mesmo tempo romper com ele e com certa tradição. Nesse fazer atribuiria ao pensamento selvagem, desde o primeiro contato da Europa com a América, o papel de questionador do pensamento europeu. Nessa direção, também se esclarece a importância conferida pelos modernistas ao “erro” que, nos termos de Santiago, seriam

respostas culturais das classes populares – na sua formação étnica variada – ao centramento do ensino europeu e, como tal, deixa[riam] de ser erro para se apresentar[em] como desvio e transgressão ao modelo imposto, reveladores que passam a ser, pelo avesso, de uma nacionalidade oficial envergonhada e recalçada, falsa e falsificante.¹¹⁸

Dito isso, ganha clareza um movimento, de acordo com Santiago, constitutivo da produção oswaldiana, conceituado pelo crítico como “eterno retorno em diferença”.¹¹⁹ Isto é, a simultaneidade entre a necessidade de se opor ao patriarcalismo da sociedade ocidental por meio de um resgate do matriarcado brasileiro, perdido em algum lugar do passado, e a confiança na máquina e no progresso, condição para que a utopia inerente ao Brasil vislumbrada por Oswald se realizasse.

Essa dinâmica dupla e contraditória – conciliar uma visão linear progressista em direção ao futuro, com o retorno ao passado – teria sido recuperada, de algum modo, pela produção tropicalista. Ao invés de uma estéril imagem que “encerra o passado na forma de males ativos ou ressuscitáveis, e sugere que são nosso destino, razão pela qual não cansamos de olhá-la”¹²⁰, como afirma Schwarz, haveria no procedimento tropicalista, guardadas as

118 Idem, *ibidem*; p.30.

119 SANTIAGO, Silvano. “A permanência do discurso da tradição no modernismo”. In: *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002; p. 126.

120 SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política”, *O pai de família*; p. 92.

diferenças com a poética oswaldiana, segundo Santiago, uma nota de alegria, um certo otimismo, não ingênuo, em relação ao futuro que corresponderia a uma necessidade de afirmatividade em oposição ao desejo de auto-aniquilação fomentado pelo período ditatorial. Ele exemplifica: “Lembrando a primeira música de Caetano, no momento mesmo da repressão, em lugar de você interiorizar a violência, em lugar de interiorizar a dor, você solta um grito dizendo: Alegria! Alegria! Isso a meu ver, é extremamente positivo dentro do tropicalismo”.¹²¹

Os componentes históricos e, principalmente econômicos – que definem as problemáticas do referido contexto brasileiro – não são contemplados diretamente na leitura de Santiago. Reconhecendo esse ponto como núcleo da significativa diferença entre sua avaliação e a de Schwarz ele enfatiza:

Sim. Eu poderia ser mais crítico. Há, por exemplo, uma diferença entre a atitude de Roberto Schwarz em relação ao tropicalismo e a minha. Ele é muito mais radical, muito mais crítico. Ele vai, bate e machuca. Eu sou mais aberto, tento o diálogo; coloco certos problemas, certas críticas, mas acato. É uma postura que por seu turno tem um defeito: você se torna muito eclético. Porque você passa a se interessar por muitas coisas que no fundo não tiveram importância na sua formação intelectual. Mas ao mesmo tempo acho que o fato de você se interessar pelo outro que lhe é contemporâneo e mais jovem é tão rico quanto você se interessar pelo clássico e antigo (...).¹²²

121 E continuando a citação ele diz: “Já acho menos positivo todo o seu lado parodístico, por exemplo, quando Glauber Rocha tentava fazer paródias seja de filmes americanos ou seja ainda de chanchadas brasileiras, ou ainda quando Caetano Veloso cantava *O ébrio* com guitarras elétricas” SANTIAGO, Silviano. “A permanência do discurso”, *Nas malhas da letra*; p. 144.

122 SANTIAGO, Silviano. Entrevista para Helena Bomeny e Lúcia Lippi Oliveira. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no 30, 2002. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/336.pdf>. Acessado em 13/12/09.

Para Santiago, o foco, portanto, deveria recair menos na negatividade do que no desejo de um futuro distinto e nas potencialidades do presente que, juntos, mesmo que enquanto representação, teriam mais forças para fomentar atitudes de mudança. Desse modo, a consciência do atraso do país e das implicações de sua inserção ou não inserção no “concerto das nações modernas e desenvolvidas” deveria vir acompanhada de formulações, mesmo que utópicas, acerca das possibilidades de seu progresso material e espiritual. Nesse ponto, de acordo com Santiago, a contribuição de Oswald seria notável, já que, além de instaurar com sua poesia uma diferente concepção de processo e evolução histórica, o escritor proporia que essa inserção “antes de ser política ou econômica, deve ser cultural”.¹²³

O exposto até aqui evidencia uma distância significativa entre as leituras de um mesmo objeto feitas por Santiago e Schwarz; distância esta que, não obstante, é pensada e até mesmo incorporada nos ensaios, de forma direta ou indireta, por ambos os críticos. Seguindo Bourdieu, poderíamos afirmar que a atribuição de valor a determinado objeto nunca é uma reação somente à obra, mas também às reações da obra por parte dos outros críticos. Graças à morfologia desigual do campo e às disputas que disso derivam, algumas dessas reações, isto é, leituras, seriam passíveis de serem previstas, antes mesmo de suas formulações.

Dessa maneira, avançando na comparação, percebemos que certo movimento ideológico – que muito nos interessa – está para além do acerto, ou não, do juízo crítico. Como afirma Slavoj Žižek o caráter ideológico da crítica passa pela afirmação de conteúdos, contudo, deve ser desvinculado de uma problemática exclusivamente “representativista”. Afinal,

a ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um

123 Idem. “Oswald de Andrade”, *Ora (direis) Puxar conversa!*; p. 136.

ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (“verdadeiro”) quanto ao seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica.”¹²⁴

É necessário considerar, portanto, outras dimensões envolvidas no processo de enunciação dessas posições críticas e mais do que isso, o próprio enquadramento de que partimos – e de algum modo, somos impelidos a partir de um ponto previamente determinado, como, por exemplo, o subjacente à exigência de escolha – e filiação – por um dos críticos aqui analisados. Em outros termos, a teoria literária e seus agentes estão inseridos em uma disputa ideológica e, ademais, na medida em que ocupam um lugar privilegiado na divisão social, estabelecem uma relação com a estrutura de dominação.¹²⁵ Para que entendamos como esta relação se dá no caso brasileiro e mais especificamente na análise em questão produzida pelos críticos Roberto Schwarz e Silviano Santiago, é imperativo, ainda, que retomemos a forma como a especificidade do literário é tratada por ambos.

2.2 A especificidade do literário: uma peleja em voga

Como mencionamos no capítulo I, há uma diferença significativa na forma com que Santiago e Schwarz concebem a crítica e os objetos artísticos. Confrontadas as leituras que esses críticos fazem da poesia oswaldiana, essa diferença torna-se evidente. Para Santiago, a poesia e também o texto em prosa, enquanto obras de arte, paradoxalmente, pertenceriam e

124 ZIZEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”, *Um mapa da ideologia*; p.12.

125 Zizek afirma: “Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo - “verdadeiro ou “falso”(se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira não transparente: *para ser eficaz, lógica da legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*”. Idem, *ibidem*; p.13.

escapariam aos limites de determinada sociedade e momento histórico. Ele defende assim uma especificidade do literário que seria responsável pela capacidade de uma mesma obra proporcionar prazer e sentido a épocas futuras (um tipo de especificidade atemporal do produto artístico). Nesse sentido, ele tende a inverter o sentido das análises vinculadas ao materialismo dialético e perguntar-se “como” e “o quê” na forma artística é transistórico, capaz de proporcionar prazer e saber aos leitores de outras épocas e de outras partes do mundo.¹²⁶

Santiago foca o olhar nas múltiplas camadas e possibilidades de significação que uma determinada forma estética proporciona. A qualidade da obra, para este crítico, será diretamente proporcional a essa multiplicidade. A perenidade dos verdadeiros objetos artísticos é ratificada por ele através de especulações – na maioria das vezes abertas e pouco desenvolvidas – acerca de um valor estético universal, isto é, uma energia viva que caracterizaria essas obras e permaneceria ativa de forma latente na forma artística à espera das ressignificações (as quais, por sua vez, têm o ato da leitura como lugar de realização).¹²⁷

Ao ímpeto de pensar a história social através das estruturas das obras, característico, de acordo com ele, das leituras realizadas por Schwarz, é atribuída uma concepção realista da escrita literária que, no caso da poesia, sobretudo, daria mostra de grande incongruência, já que – nas palavras citadas de Octávio Paz –: “(...) *la palabra poética es fundación. En esta afirmación temeraria está la raíz de la heterodoxia de la poesía moderna tanto frente a las religiones como ante las ideologías*”.¹²⁸ A leitura realista seria limitadora, na medida em que concebe a obra como formalização de um momento histórico e nela quer encontrar tão somente as marcas do que é contemporâneo ao seu momento de produção. Esse procedimento

126 SANTIAGO, Silvano. “Para além da história social” In: *Nas Malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p.262.

127 Idem, *Ibidem*; p.267.

128 Idem, *Ibidem*; p.258.

ignoraria as intervenções da mediação de quem lê e de seu momento histórico, quer dizer, ignoraria que as condições de leitura também escrevem e contribuem na significação do texto. Em prol de uma posição socialmente comprometida, a leitura realista também negligenciaria que “fincada no agora, a poesia moderna é ao mesmo tempo presente, tradicional e utópica” e “melhor elogio da sua atemporalidade revolucionária é impossível”.¹²⁹

Derivadas de sua orientação formalista, as leituras de Santiago priorizam, pois, a autonomia e as “marcas do rigor literário”, o que, em certa medida, o distancia dos rótulos de “pós-moderno”.¹³⁰ Esse peso e o valor que Santiago confere à estética são notórios em suas análises literárias e vinculam-se ao seu, sempre lembrado e defendido, estatuto de escritor, artista, bem como, ao rechaço que manifesta em relação a qualquer tipo de partidarismo, ou análise meramente sociológica de um objeto artístico. O maior desafio da crítica seria, portanto – mais do que encontrar as marcas e implicações do momento histórico de sua feitura –, justificar e/ou investigar a capacidade, que está intimamente ligada ao ato da leitura, de renovação de produções de sentido que uma forma artística detém.

Reiterando, desde um outro lugar, a autonomia do objeto artístico, é justamente contra a classificação de “crítica sociológica” que se situa a seguinte afirmação de Schwarz:

129 Idem, *Ibidem*; p.257. Santiago afirma: “Concluimos que o funcionamento da obra de arte transcende tanto a construção histórica nela representada como ainda a compreensão desse mesmo funcionamento como foi feito pela leitura realista, na medida em que ela é e continua efetiva e prazerosa para épocas futuras”. Idem, *ibidem*; p. 261.

130 Andreas Huyssen, em texto que discute a pós-modernidade e sua relação com o pós-estruturalismo, sublinha que, ao realizar uma arqueologia da modernidade e se deter sobretudo em objetos artísticos modernos, o pós-estruturalismo é principalmente um discurso sobre e do modernismo: “A cada momento constatamos que os escritores e críticos pós-estruturalistas norte-americanos privilegiam enfaticamente a inovação estética e a experimentação; que exigem auto-reflexão, não certamente do autor sujeito, mas do texto; que eliminam a vida, a realidade, a história e a sociedade da obra de arte e de sua recepção e constroem uma nova autonomia baseada numa noção antiga de textualidade, uma nova arte que é supostamente a única possível após o fracasso de todo e qualquer compromisso”. HUYSSSEN, Andréas. “Mapeando o pós-moderno”. In: *Pós-modernismo e política*. [HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.)]. Rio de Janeiro: Rocco, 1991; p.61. Essa noção do pós-estruturalismo dissociada da política pode ser problematizada a partir de textos como *Força de Lei* de Derrida; e no caso de Silviano Santiago também, já que sua condição de intelectual periférico o impele a falar, pensar e produzir de modo vinculado ao sócio-político.

Não se trata de reduzir o trabalho artístico à origem social, mas de explicitar a capacidade dele de formalizar, explorar e levar ao limite revelador as virtualidades de uma condição histórico-prática; sem situar o poema na história, não há como ler a história compactada e potenciada dentro dele, *a qual é o seu valor*. Hoje todos sabemos que a hegemonia do café já não tinha futuro e terminou em 30, o que naturalmente não atinge a poesia de Oswald, que está viva”.¹³¹ (grifo meu)

Ao explicitar a diferença que a crítica dialética possui em relação à representação desta invocada por Santiago, Schwarz retoma o conceito de forma que resolveria a problemática sugerida e daria conta de modo mais qualificado da prática artística. Isso porque no bojo de tal conceito está a concepção do literário enquanto processo histórico marcado por um dinamismo extra e intraliterário. Isso significa um procedimento de referência à linguagem e a outras obras literárias, mas também – e talvez principalmente já que a história potencializada dentro do poema é “o seu valor” – de condensação de matérias e configurações engendradas fora do literário. Na proposta de Schwarz, a leitura crítica deve reunir, portanto, uma “categoria técnica, elaborada pela teoria do romance, a uma figura própria à história e à sociedade brasileira”.¹³²

Notamos que a tensão entre essas concepções do literário é, em parte, responsável pelas complicações valorativas entre os sinais de positivo e negativo que derivam da comparação das leituras da poesia de Oswald de Andrade. As particularidades da constituição desse tipo de objeto permitiriam, então, de acordo com Schwarz, uma formalização negativa das contradições do país periférico Brasil e no mesmo gesto, ao entendê-las enquanto

131 SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, *Que horas são?*; p.23.

132 SCHWARZ, Roberto. “Adequação Nacional e Originalidade Crítica”.In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; p. 32.

problema global da sociedade moderna como um todo, apontaria uma abertura para a possibilidade de superação das mesmas. Porém, lembremos que isso somente pode acontecer nos objetos que dão conta, inclusive no tom valorativo, de forma ajustada de nosso desajuste, de que não é exemplo Oswald de Andrade¹³³, mas sim Machado de Assis e Francisco Alvim.

E de outro modo, segundo Santiago (utilizando-se da noção de “empréstimos de vocábulos conceituais” que ele retira de uma apreensão da *Gramatologia*, de Derrida) caberia à literatura desconstruir a *malha escritural brasileira* a fim de tornar evidente a presença, inevitável, na medida em que o país é uma ex-colônia e utiliza a língua originária da antiga metrópole, das derivações e imposições ideológicas europeias.¹³⁴ Tarefa essa que teria, sim, sido concretizada por Oswald de Andrade, ao colocar em cena o outro da modernidade ocidental, a saber, o índio, o negro, a mulher, o popular, e permitir, no trabalho com a linguagem, a liberação ou desrecalque desse “outro”.

Sem desconsiderar esses apontamentos, nossa distância histórica em relação ao momento mais vivo deste debate permite não só que constatemos a qualidade dos críticos tratados, mas também que os aproximemos em alguns pontos. A preocupação com o trabalho de transfiguração estética é comum aos dois autores que expressam confiança no potencial transformador da teoria, concebida enquanto práxis, como justificativa para a convocação e tentativa de ressignificar o passado modernista. É visível, em ambos, o impulso nacionalista, não de rechaçar os conceitos herdados do pensamento europeu, mas de entendê-los a partir de uma prática constante de tradução e questionamento. Além disso, o aparente binarismo entre as ideias apresentadas fica ainda mais problematizado quando consideramos a presença, ainda

133 “Há um famoso escritor modernista no Brasil que propôs que a cultura brasileira fosse antropofágica. Ele queria dizer que nós deveríamos devorar a cultura europeia moderna para ficarmos em condições de elaborarmos a literatura brasileira moderna. Eu acho divertido o que ele dizia, e mesmo euforizante, mas isso não esclarece o que estava acontecendo”. SCHWARZ, Roberto. Entrevista. In: *Literatura e sociedade*. Departamento de teoria literária e literatura comparada/ Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/Universidade de São de Paulo-(2002). São Paulo: USP/FFLCH/DTLLC, 2002; p. 22.

134 SANTIAGO, Silvano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, p. 92.

que deslocada e pontual, do contra-argumento da tese principal de cada autor nos seus respectivos ensaios.¹³⁵

A negatividade da crítica de Schwarz aos poemas de *Pau Brasil* é dialeticamente matizada quando ele escreve: “foi profunda portanto a viravolta valorativa operada pelo Modernismo: pela primeira vez o processo em curso no Brasil é considerado e sopesado diretamente no contexto da atualidade mundial, como tendo algo a oferecer no capítulo”.¹³⁶ Isto é, apesar da consideração final ser negativa e pouco otimista, há uma passagem de reconhecimento acerca de uma possível contribuição construtiva do objeto analisado. Aliás, é nessa direção que entendemos a própria escolha do objeto poesia *Pau Brasil* como valoração e elogio, por parte de Schwarz, ao trabalho de Oswald de Andrade.

Em Santiago, apontando uma vez mais para esses jogos de vetores, a celebração do movimento modernista é matizada com base na constatação negativa e de tom materialista de que “o projeto básico do modernismo, de atualização da arte brasileira e modernização da sociedade através de um governo revolucionário, foi, perversamente, implantado através da opção pelo capitalismo “periférico e selvagem”.¹³⁷ E de que a positividade enquanto crítica desde um âmbito cultural proposta por Oswald teria fomentado um círculo de autorreferências que se “desliga do social enquanto dimensão do histórico vivido pelo poeta” e nisso pode “beirar – e muitas vezes beira – o neoconservadorismo”.¹³⁸ Vislumbramos em tais argumentos a identificação dos limites da ação cultural e artística, seguida pela crítica da continuidade conservadora da tradição oswaldiana por outros poetas que não logram cortar “o cordão umbilical” que os prende, décadas depois, num cenário sociocultural e econômico muito

135 No caso de Santiago, devido ao procedimento ensaístico que já explicamos, a apresentação desse contra-argumento está diluída em vários ensaios.

136 SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, *Que horas são?*; p. 38.

137 SANTIAGO, Silviano. “Fechado para balanço: 60 anos de modernismo”. In: *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002; p. 89.

138 Idem. “A permanência do discurso”, *Nas malhas das letras*; p. 130.

distinto do modernismo de 1920, a uma reprodução estética sem atualizações ou inovações.¹³⁹

Ainda que para Schwarz, assim como para Santiago, como fica claro, a literatura configure um espaço por excelência para o exame da violência epistemológica, da dominação e da fratura social brasileira, não está ausente do texto desses pensadores a assunção da faceta “perversa” do literário. Nessa direção, Santiago também aproxima-se de Schwarz¹⁴⁰ no que concerne à crítica da dimensão “classista” do movimento modernista. Ele tenta mostrar como o ímpeto de representar o outro, subjacente, ao projeto estético moderno pode carregar certo autoritarismo que seria recorrente na prática dos diversos grupos pensantes no Brasil do período vanguardista. Haveria, pois, na e para além da literatura, uma convivência entre esses grupos, enfatiza o crítico, em detrimento dos indivíduos e da vontade popular que é concebida como “a priori, anti-revolucionária” (o desejo de se aproximar desses indivíduos é responsável pela abertura de Santiago ao diálogo com a cultura de massa).¹⁴¹

No que tange a esse tópico, seria possível afirmar que a exclusão do outro, no caso, entendido, numa perspectiva de classe, como o pobre, realizada pela literatura, isto é, pelo mundo letrado, é uma das principais preocupações da ensaística schwarziana (a ideia do sujeito que se pronuncia desde um lugar privilegiado aparece tanto na crítica à poesia *Pau Brasil*, quanto na crítica ao Tropicalismo, por exemplo). Schwarz não ignora as várias

139 Ainda que compartilhe do diagnóstico de certa precariedade da produção literária posterior ao modernismo – entendido não só em sua primeira fase –, para Schwarz o caminho de atualização não deveria “cortar o cordão umbilical” com a tradição e sim aprofundá-lo de modo a dar conta das novas necessidades históricas. O poeta Francisco Alvim teria realizado isso magistralmente com o livro *Elefante* de 2002: “Até onde sei, Francisco Alvim é o poeta de minha geração que mais profundamente assimilou a lição dos modernistas. A mudança de horizonte entretanto é completa. Basta pensar no deslumbramento com que estes descobriram, assumiram e quiseram transformar em saída histórica as nossas peculiaridades sociais e culturais, 'tão Brasil' (45). Em 'Elefante' elas existem, estão sistematizadas, têm uns poucos e finos momentos de encantamento lúdico, mas no essencial formam a nossa pesada herança político-moral. Como diz o próprio Chico, trata-se de Oswald revisto à luz de Drummond, ou do encontro com o problema que estava escondido no pitoresco”. SCHWARZ, Roberto. “O país do Elefante”. Folha de São Paulo, Caderno Mais! São Paulo 10 de Março de 2002.

140 Em fragmento sobre a viagem que Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Trasilá do Amaral e outros modernistas fizeram a MG, Santiago escreve: “Para esses modernistas, divorciados da realidade brasileira, as igrejas mineira, as cidades coloniais lhes pareciam novidade e lhes serviram de matérias para muitas de suas obras”. SANTIAGO, SILVIANO. “A permanência do discurso”, *Nas malhas das letras*; p. 121.

141 Idem. “Fechado pra balanço”, *Nas malhas da letra*; p.95.

dimensões e possibilidades estilísticas do texto literário, mas, como escreve Prado Jr., detém-se na “boa ambiguidade”. Isto é, na “ambiguidade que repete o estilo próprio da subjetividade na ginástica que faz e na dialética que percorre para digerir uma exterioridade contraditória e sua relação com os outros, em que se superpõem, em crise, o ideal da comunidade transparente e o fato da violência e da opacidade. No limite só há literatura porque há violência, opacidade e repressão”.¹⁴²

Apropriando-nos da linha complexa de reflexão desses intelectuais e direcionando-a para a própria crítica, notamos que tanto os textos de Schwarz, quanto os de Santiago, ensaiam intervenções em favor dos pobres ou dos grupos minorizados do país. Representam, de formas distintas, um outro e nesse fazer revelam, contraditoriamente, a uma só vez, o lugar de privilégio da crítica, que dentro de nossa fratura social (e das perversas cooptações do capital) acaba por corroborar a dominação e a impossibilidade de fala desses sujeitos. Em outra instância porém, Santiago e Schwarz, enquanto vozes periféricas no contexto global, encaram sua porção de subordinação e tentam alguma escuta e legitimidade para suas falas marcadas pelo ímpeto anti-imperialista. Nesse caso, é o jogo de forças com as nações hegemônicas que determina a negligência e silêncio no que diz respeito ao falar periférico.

A crítica indiana Gayatri C. Spivak que ajudou-nos a formular essa equação, tendo como base teórica leituras de Derrida e Marx, reivindica a luta contra uma forma de reconhecimento do outro que implique, necessariamente, uma assimilação, ou seja, uma supressão desse outro. Para Spivak a elaboração disso passa pela assunção do intelectual como não transparente, isto é, como um sujeito ativo na trama de interesses e poder. Faz-se preciso o entendimento da heterogeneidade do subalterno¹⁴³ e dos mecanismos ideológicos

142 PRADO Jr., Bento. “A sereia desmistificada”, *Alguns ensaios*; p. 207.

143 É esse o termo – dotado de uma historicidade na trajetória do pensamento de esquerda – utilizado por ela para referir-se ao grupos que identificamos como pobres, periféricos ou minorizados (negros, índios, mulheres, homossexuais, etc).

que constroem a atuação do crítico e, ao mesmo tempo, o imbuem de uma responsabilidade institucional.¹⁴⁴ A reescrita das condições de possibilidade e de impossibilidade desse subalterno deve, de acordo com ela, ser realizada. Isso, porém, depende de um exercício de apreensão daquilo que não pode ser dito: “Todo crítico do imperialismo deve mapear a ignorância sancionada nos textos”. As leituras da poética de Oswald de Andrade evidenciam que, no caso do Brasil e da crítica brasileira, em especial de Schwarz e Santiago, o mapeamento dessa ignorância passa necessariamente pela investigação acerca dos cruzamentos que construímos entre as ideias que no campo nacional ocupam lugares aparentemente excludentes.

2.3 Adequação crítica e nacionalismo

No prefácio ao livro *Os intelectuais e as classes dirigentes no Brasil*, de Sérgio Miceli, Antonio Candido escreve:

O papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira.¹⁴⁵

A ressalva importantíssima, que serve de crítica ao livro de Miceli, também orienta a escrita desta dissertação e cumpre o papel de alerta ao leitor, tanto em relação ao nosso texto,

144 SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* [Almeida, Sandra Regina; Feitosa, Marcos Pereira; Feitosa, Andre Pereira (trad.)]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; p. 19-76.

145 MICELI, Sérgio. “Os intelectuais e as classes dirigentes”. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.74.

quanto no que diz respeito à leitura dos ensaios críticos aqui citados. A concordância com sua proposição, no entanto, não invalida que agreguemos, como temos feito, em nossa investigação acerca de algumas problemáticas suscitadas pelos ensaios analisados de Schwarz e Santiago dados concernentes às condições de produção da crítica – que passam pelo “papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política” e pelas disputas do campo.

Posto isso, a retomada do já exposto vínculo entre adequação crítica e nacionalismo, presente tanto nos ensaios de Santiago como nos de Schwarz, enquanto matéria para reflexão, incita-nos a adentrar em algumas das considerações formuladas no famigerado estudo de Miceli. De acordo com este, data do regime oligárquico a dependência dos intelectuais para com os homens de poder. A princípio submetidos às demandas pessoais (inclusive políticas e econômicas) ou das instituições da classe dominante, que lhes patrocinavam, com a instauração do novo estado, sob a presidência de Getúlio Vargas, os intelectuais, e artistas, brasileiros (escolhidos de acordo com sua posição social) teriam passado a ocupar cargos públicos e a depender, portanto, de uma elite burocrática que lhes proporcionava um grau de autonomia maior.¹⁴⁶

É, então, o Estado que se destaca como principal instância de difusão e consagração da produção cultural, tendo como base o apoio dessa inteligência do país¹⁴⁷: “os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram as diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade”.¹⁴⁸ Segundo Miceli, os cargos ocupados pelos intelectuais eram os que dispunham de maiores privilégios, fato que garantia uma segurança material e institucional aos seus

146 Idem, *ibidem*; p. 79.

147 “Tornando-se o depositário de benefícios significativos, o funcionalismo público acabou convertendo-se numa das bases sociais decisivas para a sustentação política do regime”. Idem, *ibidem*; p. 200.

148 Idem, *ibidem*; p. 197.

detentores.

Essa situação de dependência não implicava, necessariamente, relação direta com o trabalho intelectual dos sujeitos, que, muita vez, continuavam a desenvolvê-lo paralelamente. No entanto, e aqui chegamos ao ponto central para nossa argumentação, o constrangimento que tal configuração instaurou teria incitado os intelectuais a buscarem “justificações idealistas” para seu trabalho, ou seja, “fórmulas de autoindulgência” através de uma produção fundada em “alibis nacionalistas”:

Esses intelectuais se autodefinem como porta-vozes do conjunto da sociedade, passando a empregar como crivos de avaliação de suas obras os indicadores capazes de atestar a voltagem de seus laços com as primícias da nacionalidade (...) Vendo-se a si próprios como responsáveis pela gestão do espólio cultural da nação, dispõem-se a assumir o trabalho de conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que possam ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada (...) *É nesse contexto, sem dúvida, que tomou corpo a concepção de 'cultura brasileira' sob cuja chancela, desde então, se constitui uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais.*¹⁴⁹ (grifo meu).

O interessante do argumento é que ele coloca uma outra justificativa para presença do tópico “da nacionalidade” em nossa produção intelectual. Justificativa esta que não se resume à necessidade de ordem global, e do estágio do capitalismo de então, imposta aos vários países periféricos da América e que diz respeito à constituição dos estados nações a partir da criação de várias instâncias, entre elas (órgãos públicos e legislações, por exemplo) a

149 Idem, *ibidem*; p. 216.

literatura e uma tradição de pensamento crítico.

Décadas depois, as quais compreendem um período histórico de mais de vinte anos de governos autoritários e ditatoriais, tal relação de dependência – entre os intelectuais e o poder público – certamente foi alterada. Mas em que sentido? Miceli afirma que um estudo que tente responder essa pergunta seria “um passo importante para esclarecer os dilemas que hoje enfrentamos como herdeiros de uma tradição que pesa mais enquanto não nos dispusermos a encará-la de frente e a refrear a dosagem de clichês na apreciação de seu legado”.¹⁵⁰

A abertura que tais proposições configuram joga uma nova luz em nosso problema e nos impele a substituir a pergunta: “qual crítica é mais adequada ao Brasil, a de Santiago ou a de Schwarz?” por: “por que e para quê nos seria melhor um pensamento adequado ao local?” Será que a forma de nacionalismo a que essa necessidade está ligada ainda tem uma função crítica na contemporaneidade?

De forma sintética, Marcos Siscar recapitula os desdobramentos concernentes à relação nacional versus estrangeiro que formulamos nos primeiros capítulos desta dissertação e que podem ser vistos como o impasse a que parte da intelectualidade brasileira, no caso, Silvano Santiago e Roberto Schwarz, alcançou em suas reflexões. Siscar localiza e nomeia duas facetas da questão: o problema da carência – “afirma-se a necessidade brasileira da constituição e da atualização teórica a partir do seu exterior” – e o problema da urgência – “afirma-se o descompasso social dessa atualização e o imperativo de uma estrutura de pensamento senão autóctone, pelo menos auto-suficiente”.¹⁵¹

Para Schwarz a discussão e o estabelecimento da relação dialética entre esses dois problemas – da carência e da urgência –, com ênfase na urgência, isto é, na consolidação de

150 Idem, *ibidem*; p. 79.

151 SISCAR, Marcos. “O discurso da história na teoria literária brasileira” In: *Desconstruções e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006; p. 105.

uma tradição de pensamento crítico local, equivale a uma vitória de sua crítica que teria conseguido apropriar-se da discussão sobre a identidade nacional, até então, afirma ele, tópico da direita, e usá-la como arma contra o privilégio (como ele faz na argumentação do ensaio “Nacional por subtração” ou em “A carroça, o bonde e o poeta modernista”, por exemplo):

No lugar das celebrações usuais, tentei lançar sobre ela um ponto de vista crítico. Eu não escrevo para valorizá-la nem para negá-la, mas para mostrar o conteúdo de classe que ela tinha, o conteúdo de classe que a envenenava. Assim, em certo sentido, meu trabalho é um balanço crítico das ideias correntes de identidade nacional.¹⁵²

Santiago também tangencia em sua crítica ambas dimensões do tratamento da discussão, com ênfase, como sabemos, na carência, quer dizer, numa definição do nacional como necessidade de abertura e deglutição daquilo que nos é exterior. Tudo aquilo que aparecer como “falha”, resíduo desses processos é o que, para o crítico, merece atenção e valor, já que sinaliza a resistência do que seria particular ao Brasil e, em seu avesso, as marcas das imposições ideológicas e epistemológicas das nações hegemônicas:

Essa marca ideológica *no* texto e do texto – malha puramente *escritural*, frisemos – é o que nos interessa na leitura como produção de significado, já que é ela que determina um padrão histórico-cultural que sempre terá relevância na produção tanto de todo qualquer discurso *sobre* o Brasil, quanto de todo e qualquer texto *da* cultura brasileira, de que Raízes do Brasil é um entre muitos outros exemplos.¹⁵³ (grifos do autor)

152 SCHWARZ, Roberto. “Entrevista”, *Literatura e Sociedade*; p.16.

153 SANTIAGO, Silviano, *As raízes e o labirinto da América Latina*, p.92. Para Santiago, por exemplo, as leituras que apreendem o trabalho de Oswald de Andrade como uma retomada de certa concepção do

O dualismo sintetizado nas imagens da carência e urgência marca as leituras de Schwarz e Santiago, convocando, em certo paralelismo, a carga semântica dos termos interior e exterior, nacional e estrangeiro, local e universal. A partir disso, as leituras feitas por esses críticos da poesia de *Pau Brasil* parecem pressupor a ideia de literatura subordinada a uma ideia de Brasil. Em outras palavras, o literário como construção que circunscreve o interior e assim, em passo seguinte, coincide com o nacional, seja o nacional dialético (em relação à globalidade capitalista) de Schwarz, seja o nacional suplementar (em relação à episteme imperialista e eurocêntrica) de Santiago.

Abel Barros Baptista, crítico português, em texto que discute a literatura brasileira e suas concepções cosmopolitas, propõe, enquanto estrangeiro, as seguintes perguntas:

O que se deve então legitimamente exigir ao brasilianista? Que estude e divulgue o Brasil de que a literatura brasileira fala ou, antes, estude e divulgue a razão de a literatura falar do Brasil? Que se interesse pela realidade nacional brasileira ou, antes, pelo interesse da literatura brasileira pela realidade nacional brasileira? Que se torne porta-voz de uma literatura entendida como representação do Brasil, no sentido mimético e diplomático, ou, antes, analise o processo por meio do qual no Brasil se procurou construir uma literatura entendida como representação do Brasil?¹⁵⁴

O questionamento parece-nos útil por moldar os termos do problema desde a perspectiva de

Romantismo ou como um modo de nacionalismo ingênuo e nocivo – o que não é exatamente o caso da leitura de Schwarz – trariam em seu bojo um ímpeto reducionista que, por se manter colado à perspectiva eurocêntrica, apenas reporia a dominação que ignora a existência de um passado pré colonial e indica como uma aporia negativa qualquer saída imaginada. SANTIAGO, Silvano. “Oswald de Andrade”, *Ora (direis) Puxar conversa!*; p. 140.

154 BAPTISTA, Abel Barros. “Ideia de Literatura Brasileira com propósito cosmopolita”. In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, número 15. São Paulo, 2009; p. 65.

um outro, também em disputa. Enquanto os ensaios de Schwarz e Santiago tenderiam a preocupar-se mais com as primeiras proposições das perguntas, a perspectiva, nomeada por Baptista como “cosmopolita”, teria como propósito:

não negar a nacionalidade da literatura brasileira em nome de uma natureza intemporal e transcultural da literatura; tampouco afirmá-la ou sequer reconhecê-la: consiste, sim, em reconhecer o desejo de nacionalidade, delimitá-lo historicamente, desnaturalizá-lo e, enfim, identificá-lo como uma das forças da literatura moderna em ação no Brasil, como, aliás, noutras nações.¹⁵⁵

Em uma argumentação que passa ao largo da discussão da condição periférica ou pós-colonial do Brasil, Baptista sugere, então, que a necessidade de tratar o nacional teria suas particularidades no caso brasileiro, mas não seria uma exclusividade desse país.¹⁵⁶ Esse dado não retira a relevância dos estudos dos críticos objetos dessa dissertação, entretanto, acrescenta um novo matiz a estas inquietações ao definir como uma sobredeterminação geral aquilo que seria uma forma reação especificamente nossa.

No âmbito da literatura e da crítica literária, que são distintos de outros, o próprio conceito de nacional seria colocado em xeque e com ele a oposição entre interior e exterior, já que “trabalhar no exterior de um paradigma pode ser mais perturbador do que trabalhar no exterior de uma disciplina ou de uma instituição; trabalhar no interior de um paradigma pode

155 Idem, *ibidem*; p.65.

156 Marcos Siscar, ao comentar o argumento recorrente que frisa a passagem abrupta de uma escola a outra, no pensamento intelectual brasileiro, pergunta: “Existe uma relação necessária entre a brevidade da passagem das escolas críticas e esse fascínio do importado apontado como elemento propulsor da crítica brasileira? (É preciso lembrar que o fenômeno obviamente não é só brasileiro: um artigo de Douwe Fokkema, publicado em 1989 – citado por GOULARD (2001, p.1) – usa praticamente os mesmos termos e a mesma sintaxe para descrever o panorama da teoria na Europa e Estados Unidos).” SISCAR, Marcos. “O discurso da história”, *Desconstruções e Contextos Nacionais*; p. 108.

ser condição necessária para trabalhar no interior de uma disciplina ou de uma instituição”.¹⁵⁷ Em outras palavras, o que Baptista defende como “propósito cosmopolita” passa por um reconhecimento da diferença local que não coincide necessariamente com o nacional. Faria parte dessa maneira de olhar para a literatura e para a crítica o reconhecimento da impossibilidade de “nacionalização plena das formas literárias” e a pressuposição de uma literatura subordinada à ideia de literatura, isto é, a literatura como algo que permitiria, inclusive, tornar “globalmente partilhável a própria ideia de enraizamento no local nacional”.¹⁵⁸

Para um pensamento ligado de algum modo à herança marxista, esse partilhar seria inconcebível, pois ele esbarra naquilo que extrapola, e ao mesmo tempo é fundante, do âmbito que entendemos como literário: a estrutura desigual das sociedades. Como escreve Žizek, a luta de classes é o ponto limite diante do qual não existe metalinguagem:

(...) o grande paradoxo da noção de 'luta de classes' é que a sociedade mantém-se coesa pelo próprio antagonismo, pela própria cisão que impede permanentemente seu fechamento num Todo harmonioso, transparente e racional – justamente pelo empecilho que mina qualquer totalização racional.¹⁵⁹

A argumentação de Žizek explicita que “não existe ponto de convergência, não existe nenhum ponto campo neutro compartilhado” por duas posições antagônicas.¹⁶⁰

Retendo essa ideia, entendemos que, por um lado, as proposições de Baptista são úteis na medida em que revelam certa estrutura ideológica na qual estão enredadas as críticas

157 BAPTISTA, Abel Barros. “Ideia de Literatura Brasileira”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*; p. 64.

158 Idem, *ibidem*; p. 73.

159 ŽIZEK, Slavoj. “O Espectro”, *Um mapa da ideologia*; p. 27

160 Idem, *ibidem*; p. 28.

de Schwarz e Santiago.¹⁶¹ Isto é, de acordo com o próprio Baptista, a importância da perspectiva cosmopolita seria de fazer ver que na oposição entre local e universal, mediada pelo nacionalismo, está em ação uma estratégia de poder que ao deslegitimar a priori o estrangeiro anula qualquer alternativa ao nacional, ou seja, ignora a existência do espaço difuso de trocas que não é determinado nacionalmente.¹⁶²

No entanto, simultaneamente, esse desvelamento, que é significativo, atira-nos de volta à ideologia na medida em que ele tem como pressuposto, enunciado por Baptista, a relação “inerente” entre a “noção moderna de literatura” e “a dimensão emancipadora e a liberdade intelectual” – contra as quais se colocariam as “interpretações centradas no problema nacional”.¹⁶³ Em outras palavras, ao dar pouca atenção para o ponto irreduzível que subjaz na discussão sobre o nacional – que é o antagonismo de classe que, como tratamos, questiona diretamente a relação entre a literatura e uma dimensão exclusivamente emancipadora – e ignorar sua própria participação no jogo de dominação, a crítica de Baptista apresenta sua faceta ideológica.

Tal dinâmica, segundo Zizek, caracteriza a disputa entre ideologias: “não há ideologia que não se afirme distinguindo-se de outra 'mera ideologia'. O indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer, por si mesmo, 'estou na ideologia'; ele sempre requer *outro* corpo de opiniões para deste distinguir sua própria postura, 'verdadeira’”.¹⁶⁴ Longe, porém, de configurar um relativismo, o que resiste ao choque entre as leituras é a certeza de que a

161 Mesmo quando Santiago defende a abertura ao estrangeiro ele o faz a partir de uma concepção nacionalista, via antropofagia, do que seria, ou deveria ser, o Brasil.

162 “(...) local e universal na narrativa da 'formação' , tornam-se polos em tensão de um mesmo processo da literatura em direção ao nacional, o processo pelo qual a nação se revela a si mesma pela sua literatura”. De acordo com Baptista, utilizando-se das leituras de Machado de Assis como exemplo, todos os escritores, mesmo que involuntariamente, são integrados a esse nacional. E a partir dele certa crítica se legitima e deslegitima as outras: “O estrangeiro que se integrou na 'leitura nacional' representa o êxito do paradigma nacional, a força e a capacidade de atrair os outros ao espaço doméstico e principalmente representa uma promessa de viabilidade de domínio sobre todos os que se interessam e venham a interessar-se por Machado”.BAPTISTA, Abel Barros. “Ideia de Literatura Brasileira”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*; p. 85.

163 Idem, *ibidem*; p. 85.

164 ZIZEK, Slavoj. “O Espectro”, *Um mapa da ideologia*; p.25.

apreensão das distorções e dissimulações é significativa para uma reflexão que procure, ciente da talvez impossibilidade de sair da ideologia, manter-se crítica.

Desse modo, procuramos aqui flagrar mais um momento da tensão que o confronto entre os ensaios de Santiago e Schwarz instaura. Avançaremos na tentativa de mapear e circunscrever essas implicações confiando nesse procedimento enquanto gesto crítico. Agora, porém, a disputa pelo modernismo, centrada na análise das obras artísticas, cederá espaço para as leituras que nossos críticos fazem de aspectos socioculturais do Brasil contemporâneo, dado que nos joga definitivamente em outro campo.

Capítulo 3

Entre disparates: como estamos e para onde vamos

3.1 Diagnósticos do presente

Retomando as proposições de Žižek, a que já nos referimos algumas vezes, notamos como o filósofo, utilizando-se das noções lacanianas, afirma que a verdade tem uma estrutura de ficção e, por isso, a apreensão da realidade que já é simbolicamente estruturada tenderia a ser sempre falha e fadada ao fracasso. O elemento real da realidade surgiria, então, sob a forma de um espectro: “As aparições espectrais emergem justamente nessa lacuna que separa perenemente a realidade e o real, e em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica): o espectro dá corpo àquilo que escapa à realidade”¹⁶⁵, é um suplemento da realidade que, não raro, somente pode ser acessado pela fantasia.¹⁶⁶

Dessa tese deriva uma noção de performatividade interessante e útil para nossa análise. Na medida em que concebe uma defasagem entre o real e a realidade, Žižek instala nesse espaço o lugar do performativo. Ao invés de apontar para um conteúdo positivo da realidade, o performativo teria como característica fundante e radical “a tentativa de conjurar o real, de enobrecer o espectro que é o Outro: 'espectro', originalmente, é o Outro como tal, outro sujeito na hiância de sua liberdade”.¹⁶⁷

O desejo de performatividade, o qual passa por uma apreensão do Outro transfigurado numa forma estética, também parece estar presente nos textos dos autores analisados neste trabalho que, de algum modo, suplementam-se. Isto é, ao optarem pelo

165 Idem, *ibidem*; p. 26.

166 A fantasia ao nos alienar da identidade com o sistema poderia possibilitar um vislumbre do caráter antagônico deste.

167 ŽIŽEK, Slavoj. *op. cit.*; p. 37.

gênero ensaio (dotado de autonomia) e através dele formularem interpretações e avaliações particulares das problemáticas do país (artísticas e socioculturais) a escrita de Roberto Schwarz e Silviano Santiago têm algo que poderíamos identificar como uma ânsia por investigar/ocupar o lugar entre o real e a realidade e desde aí realizar a crítica.

A dimensão militante das análises desses críticos atribui outro peso e valor às considerações que eles produzem o que permite, paradoxalmente, a aproximação de suas produções ao aspecto performativo do literário (dotado de uma autonomia distinta, já que fundada no trabalho estético) – ou seja, poderíamos ver em ambos os tipos de texto a utilização de “enunciado[s] no[s] qual[s] está em jogo um acontecimento de sentido”.¹⁶⁸ Em outros termos, assim como a literatura, os ensaios de Schwarz e Santiago parecem reivindicar o estatuto de “texto-coisa”.¹⁶⁹

Sendo assim, a ideia de ação e transformação pela linguagem tem lugar de destaque no ensaio “O entre lugar do discurso latino-americano”, no qual Santiago afirma que a escrita, enquanto práxis, deve convidar o leitor à práxis. O escritor deve “brincar”, de forma “insubordinada” e “traíçoeira” com os signos de outro escritor, de outra obra. E, nesse contínuo, o trabalho do crítico “deve descondicionar o leitor, tornar impossível sua vida no interior da vida burguesa e de consumo”. Para isso a crítica terá como método:

[a] análise do uso que o escritor fez de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público, do partido que ele tira, e nossa análise se completará pela descrição da técnica que o mesmo escritor cria no seu

168 Nesse caso, retomando o uso da ideia de performatividade mobilizada por Marcos Siscar que, a sua vez, a incorpora fazendo referência à função da linguagem teorizada por J.L. Austin, a saber, “a realização, pelo enunciado, daquilo a que esse enunciado se refere”. SISCAR, Marcos. “A desconstrução de Jacques Derrida”, *Teoria Literária*; p. 176.

169 Marcos Siscar retoma a ideia de que “o grande desafio do discurso literário é experimentar uma lenta e constante 'transformação em coisa'. O projeto do discurso literário é constituir o texto para além dos limites da representação; o texto literário deseja se realizar não como texto de (ou sobre a) coisa, mas como texto-coisa”. Idem, *ibidem*; p. 175.

movimento de agressão contra o modelo original, fazendo ceder as fundações que o propunham como objeto único de reprodução impossível.¹⁷⁰

A ação da crítica e sua possível potência desestabilizadora de um estado de coisas aparecem, uma vez mais, ligadas à necessidade de acentuar a diferença e desconstruir a dicotomia entre o original e a cópia. Santiago, marcando distância da postura que ele identifica a partir de palavras de Roberto Schwarz, esforça-se, então, para estabelecer uma oposição entre dois modelos de crítica, que poderíamos identificar, de modo generalizante (como já o fizemos anteriormente) como a crítica marxista e a desconstrução, e vincula-os a dois significativos momentos da historiografia literária brasileira:

Os modelos de análise, inspirados respectivamente pelas décadas de 1920 e de 1930, têm em comum uma nítida postura universalista, mas se distanciam um do outro no modo como se fundamentam disciplinarmente (cultura versus economia e vice-versa) e no modo como concebem o processo histórico (pluralismo X sentido único e vice-versa). Por essas diferenças é que se distinguem tanto no peso dado à coisa nacional quanto na maneira de avaliá-la na busca de progresso moral para os brasileiros; se distinguem ainda na concepção do desenvolvimento sociopolítico da humanidade.¹⁷¹

À ressalva em relação ao tratamento esquemático desse argumento, que imediatamente poderíamos formular, ele antecipa e provoca:

Ao contrário do que poderia supor uma cabeça com vocação autoritária, cada modelo suplementa e reconforta o outro, dramatizando para as novas

170 SANTIAGO, Silvano. “O entre-lugar”, *Uma literatura nos trópicos*; p. 22.

171 Idem. “Atração do Mundo”, *O Cosmopolitismo do pobre*; p. 37.

gerações as conquistas e os impasses de culturas que, por serem dependentes, não deixam de almejar valores universais.¹⁷²

De acordo com Santiago, tais modelos teriam prevalecido na segunda metade do século XX. No entanto, os acontecimentos que marcaram o final desse século alteraram tal quadro:

O modelo dos anos 1920 teve de sofrer reparos consideráveis em virtude da ditadura militar, implantada pelo golpe de 1964. Em consequência da repressão policial e da censura política, o intelectual brasileiro que trabalha com a desconstrução do etnocentrismo perde o otimismo nacionalista dos primeiros modernistas, reveste-o de cores cépticas, ao mesmo tempo em que fica mais sensível a questões que giram em torno do poder e da violência no processo histórico de construção nacional (...) O modelo dos anos 1930, por sua vez, perde a segurança e o apoio da força política partidária, universalizante, que convenceu e arregimentou massas pelas grandes conquistas no campo social. Por seu turno a reflexão teórica correspondente (...) insiste no modo 'irônico' como descreve o '*divórcio entre aspiração cultural e condições locais*' (...) Por isso é que tem privilegiado as produções artísticas que melhor dramatizam esse divórcio".¹⁷³

Como desdobramento desse processo, na contemporaneidade do século XXI, ambos modelos e seus cânones correspondentes, embora com mais ênfase o de fundamento econômico, estariam sendo questionados por ativistas políticos que escrevem desde os *campi* universitários e fariam sensível a todos o eco da difusão de políticas multiculturalistas norte-

172 Idem, *ibidem*; p. 37.

173 Idem, *ibidem*; p. 38. O trecho destacado é uma referência direta de Santiago aos termos de Schwarz.

americanas e anglo-saxãs. Estes escritos, e outras intervenções que os acompanham, de acordo com Santiago, seriam em geral financiados por ONGs e por verbas concedidas por organizações estrangeiras a programas especiais das universidades e teriam como objetivo a luta pública pela cidadania e a busca de identidade cultural por parte de grupos minoritários ou minorizados. Dentre os grupos que reivindicam essas mudanças estariam as populações de origem africana e indígena, as mulheres, os homossexuais, etc.

Causando simpatias de alguns e rechaço de outros, esses coletivos teriam uma economia restrita de atuação. No entanto, desenvolve o crítico, ao contrário dos grupos políticos setorizados que buscam apoio financeiro e cultural em partidos com poder nacional, ao se vincularem e aceitarem o fomento de organizações estrangeiras, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos, a atuação de tais movimentos seria responsável por uma nova configuração que, para Santiago, se “justifica plenamente e compõe um estimulante quadro político cidadão e cosmopolita”. Isso porque na medida em que firmam alianças com sujeitos externos, os grupos mobilizariam o potencial de alterar a conservadora e autoritária estrutura sociopolítica brasileira (que também mantém, mas aos seus modos, vínculos com entidades estrangeiras).¹⁷⁴

Essa valoração positiva da ação dos grupos descritos pode ser lida como gesto que cria uma correspondência entre a atuação deles e a dimensão performativa da crítica. Em continuidade com isso, as leituras de Santiago sobre o estatuto da cultura brasileira contemporânea conferem importância à emergência de subjetividades e minorias. Ao realizarem questionamentos acerca do outro, vislumbram, neste século XXI, a possibilidade de construção de novos paradigmas de sociabilidade, e quiçá de dispositivos legais, a partir de dissensos – já que estes, à medida que as línguas faladas pelos sujeitos sociais são diferentes e nesta diferença há sempre uma tentativa, violenta, de imposição sobre o outro, seriam

174 Idem. “O Cosmopolitismo do Pobre”, *O Cosmopolitismo do pobre*; p.45-63.

irreparáveis.¹⁷⁵

Ao mesmo tempo, Santiago não ignora ser crescente o movimento de hostilização aos produtos e intervenções estrangeiras, sobretudo norte-americanas, no país. A positividade do argumento anterior é matizada com a incorporação da perspectiva que localiza a agência dos referidos grupos militantes nos grandes centros urbanos e identifica isso como um problema, pois tal afã cosmopolita esqueceria, ou ignoraria, o Brasil das pequenas cidades e suas problemáticas específicas. Vistas em conjunto, ambas as novas tendências críticas definidas – ou seja, a simpática aos movimentos cosmopolitas e identitários contemporâneos e às relações com os EUA e a antipática a eles – resguardariam, para Santiago, uma potência por situarem-se aquém e além do nacional. Isso porque, na medida em que “rejeitam como mistificadoras as teorias tradicionais da identidade nacional [e] rechaçam como alienantes e contraditoriamente atrasadas as teorias da globalização dominantes no momento”¹⁷⁶, colocariam em cena a fragmentação do poder do Estado brasileiro.

O crítico explica que essa dupla dinâmica seria derivada de uma implosão de certo modelo de “multiculturalismo” que repousa no conceito-chave de “aculturação” e por meio do qual fala preponderantemente a “voz impessoal e sexuada do estado-nação”. Presente, por exemplo, na trama teórica de Gilberto Freyre, esse antigo multiculturalismo implicou a perda das memórias individuais em favor de uma memória coletiva – mas artificial – que, no entanto, foi construída pela elite intelectual, política e empresarial. De acordo com Santiago, as dominantes de sua construção, e por conseguinte da construção da cultura nacional, foram o extermínio “dos índios, o modelo escravocrata de colonização, o silêncio das mulheres e das minorias sexuais”¹⁷⁷ e a repressão pela polícia ou pelo exército de qualquer reação vinculada a

175 Isso nos remete ao pensamento derridiano, no qual a revolução não aparece como fim último capaz de instaurar um novo sistema socioeconômico; tem-se como plano de ação uma espécie de reformismo radical, baseado na ideia de “responsabilidade infinita”.

176 SANTIAGO, Silvano, “Atração do Mundo”, op. cit.; p. 42.

177 Idem, “O Cosmopolitismo do pobre”, op. cit.; p. 55-56.

esses grupos.

A atual configuração, correspondente a um “novo multiculturalismo”, possibilitaria que os sujeitos pobres se “manifesta[ssem] por uma atitude cosmopolita, até então inédita em termos de grupos carentes e marginalizados em países periféricos”.¹⁷⁸ Nessa direção, segundo Santiago, na presente trama plasmada pelos desdobramentos do sistema capitalista, encontramos, numa disposição outra, além desses grupos marginalizados e das massas de desempregados e “subproletariados” (que, não raro coincidem)¹⁷⁹, dois outros tipos de pobres minimizados nas análises sobre o estágio por que passa a economia transnacional: o camponês e o imigrante ou migrante.¹⁸⁰ A existência não mais ocultável da pobreza e sua relação com a dinâmica global do mundo teria extrapolado as fronteiras nacionais e chegado com força nos países desenvolvidos que buscam formas de lidar com a problemática da imigração:

Está criada uma nova e até então indeterminada forma de *desigualdade* social, que não pode ser compreendida no âmbito legal de um único estado-nação, nem pelas relações oficiais entre governos nacionais, já que a razão econômica que convoca os novos pobres para a metrópole pós-moderna é transnacional e, na maioria dos casos, também é clandestina.¹⁸¹

Para o crítico, “O cosmopolitismo do pobre”, isto é, essa nova condição do pobre na ordem mundial, explicita o questionamento da soberania do estado-nação, sobretudo em relação às leis e aos modelos civilizatórios e também evidencia a desnacionalização do espaço

178 Idem, *ibidem*; p. 60.

179 O termo faz referência aos estudos de Paul Singer, que retomaremos na seção seguinte, através da leitura do texto “Raízes Sociais e ideológicas do Lulismo” (2009) de André Singer. “Subproletário” seria o trabalhador destituído de qualquer vínculo com os sindicatos e/ou proteção de outras instâncias.

180 Sobre o camponês Santiago escreve: “Rejeitado pelos poderosos estados nacionais, evitado pela burguesia tradicional, hostilizado pelo operariado sindicalizado e cobiçado pelo empresariado transnacional, o migrante camponês é hoje o “mui corajoso” passageiro *clandestino* da nave de loucos da pós-modernidade”.SANTIAGO, Silvano, “O cosmopolitismo do pobre”, *op. cit.*; p.52.

181 Idem, *ibidem*; p. 51.

urbano e desnacionalização da política (“Os desempregados do mundo se unem em Paris, Londres, Roma, Nova Iorque e São Paulo”¹⁸²). Ainda que não descarte as tensões, a leitura de Santiago deixa-no entrever que esse panorama é concebido por ele como momento de fecundas possibilidades críticas.

Faz-se notório, entretanto, que a análise de Santiago aponta de modo apressado para o descarte da instância estatal. Logo, seria fundamental recuperar e aprofundar a reflexão acerca da existência do Estado enquanto mediador e sustentáculo do desenvolvimento do capitalismo, já que parece-nos pouco concebível pensar o fim dos estados nacionais, enquanto esse sistema econômico vigorar. Apesar disso, a leitura do crítico tem sua validade à medida que toca em um ponto fundamental para a compreensão do contemporâneo, a saber, quais as delimitações da agência desse Estado. Vimos no capítulo dois o quanto a questão do nacional permanece como pauta da reflexão da crítica literária brasileira, será, porém, que as garantias desse gestor público podem permanecer intocadas quando a crítica propõe-se a pensar a cultura e o dinamismo social do contexto atual?

O diagnóstico do contemporâneo passível de ser apreendido a partir da leitura de alguns ensaios de Schwarz é bem distinto do apresentado acima, isso porque, de imediato, é necessário reiterar que para Schwarz há um recorte de classe que, mesmo problematizado, segue norteando suas preocupações. Para ele, portanto, o movimento dos grupos excluídos dos discursos de representação nacional e conseqüentemente das próprias instâncias legais não passa de mais uma forma de articulação do capital que mescla identidades à dinâmica de consumo e fomenta a luta segregada em grupos e desvinculada do Estado como forma de enfraquecer as reivindicações. Isto é, se há uma distância entre a atuação do Estado e os interesses da maioria da população (classes pobres), cabe a esta, e à crítica¹⁸³, não fomentar

182 Idem, *ibidem*; p. 52.

183 Reaparece aqui o aspecto performativo da crítica.

ações isoladas e ligadas a estrangeiros (que são concebidos como representantes do mando do capital) e sim, buscar novas formas de aproximação e, em última instância, de apropriação do aparelho estatal. Constatamos a partir disso, e desenvolveremos o argumento adiante, que algo da afirmação (já citada) “o espaço econômico está internalizado, mas a arena política não”¹⁸⁴, presente no ensaio “Nacional por subtração” parece, para o crítico, manter sua vigência.

A compreensão das avaliações de Schwarz sobre a conjuntura sociocultural brasileira recente é dependente da leitura de seus ensaios escritos nos anos 70 e 80, alguns deles já abordados nos capítulos anteriores. Sendo assim, para reconstituir e analisar os “diagnósticos” realizados sobre o panorama do início do século XXI, faz-se imperativo um retorno ao seu clássico ensaio “Cultura e Política”, de 1978, – no qual, para formular uma interpretação do período de 1964 a 1969, o autor estabelece uma estrutura de análise que seguirá norteando sua avaliação sobre a cultura mesmo no período pós ditatorial – e o cotejamento deste com o não menos conhecido “Fim de Século”, publicado 17 anos depois.¹⁸⁵

Para Schwarz, o período prévio ao golpe militar de 1964 possuiu uma significativa faceta democratizante. Ainda que o nacional desenvolvimentismo, enquanto movimento do capital, tenha impulsionado os pobres para as cidades onde eles ficavam ainda mais sujeitos às diversas formas de exploração econômica¹⁸⁶, de acordo com o crítico houve nesse período uma potente tomada de consciência e desprovincianização do pensamento. A fim de atingirmos o objetivo de transformarmo-nos em nação desenvolvida, percebeu-se a necessidade de embate com os EUA – daí o vigor da onda antiimperialista – e, além disso, a imprescindível mudança da configuração das classes dentro do país – dados que tornavam, para a crítica, “a relação entre as aspirações de modernidade e a experiência efetiva do país

184 SCHWARZ, Roberto, “Nacional por subtração”, *Que horas são*, p. 37.

185 Idem. “Fim de Século”. In: *Sequências brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

186 “(...) pode-se dizer igualmente que os novos tempos desagregavam à distância o velho enquadramento rural, provocando a migração para as cidades, onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista”. Idem, *ibidem*; p.156.

(...) um tópico obrigatório”.¹⁸⁷

A forma como Schwarz descreve esse período não deixa dúvidas em relação à positividade com que ele o concebe:

Seja como for o nacionalismo desenvolvimentista armou um imaginário social novo, que pela primeira vez se refere à nação inteira, e que aspira, também pela primeira vez, a certa consistência interna: um imaginário no qual, sem prejuízo das falácias nacionalistas e populistas, parecia razoável testar a cultura pela prática social e pelo destino dos oprimidos e excluídos.¹⁸⁸

O ensaio “Cultura e política” também dá mostras de uma expectativa real (embora em uma visada retrospectiva) – que marcou o início da década de 60 – de que a revolução, isto é, o socialismo, se perfizesse na sociedade brasileira. Seu otimismo, porém, cede espaço à frustração de seu desfecho – “A fase mais interessante e alegre da história brasileira recente havia se tornado matéria para reflexão”¹⁸⁹ – e, dentro do pensamento do crítico, desdobra-se no niilismo presente em “Fim de Século”: “à guisa de contraprova, note-se como a perda desse dinamismo devolveu a cultura do país à sua irrelevância tradicional, da qual hoje todos sofremos (...) Enfim, o capitalismo continua empilhando vitórias”.¹⁹⁰

O golpe militar, em 1964, teria cooptado o impulso nacional-desenvolvimentista para atender aos interesses da direita conservadora e aliada ao Capital, inaugurando uma curiosa fase da nossa história em que constatava-se a ditadura na política e economia e a esquerda na cultura. O rompimento disso, escreve Schwarz, passou a depender de uma ação tanto política

187 Idem, *ibidem*; p. 156.

188 Idem, *ibidem*; p. 157.

189 SCHWARZ Roberto. “Cultura e política”, *O pai de família e outros estudos*; p. 82.

190 Idem. “Fim de século”, *Sequências brasileiras*; p.158 e 162.

quanto cultural e artística, a saber, que a ideologia vigente fosse desvelada, isto é, que se fizesse a crítica ao populismo e, em outros termos, ao uso do ideário marxista em favor do capitalismo: “Dada a análise que fizemos, este é mesmo um critério de valor: só na medida em que nalgum ponto rompesse com o sistema de conciliações então engrenado, que não obstante lhe dava o impulso, a produção de esquerda escapava de ser pura ideologia”.¹⁹¹

Apesar dos *esforços da crítica*, o salto esperado não ocorreu. O que a década de oitenta deixou-nos entrever, segundo Schwarz, foi a desagregação do nacional desenvolvimentismo e a constatação da impossibilidade de industrialização e integração social. Ao momento marcado por esse fracasso, isto é os últimos anos do século XX, o crítico nomeia como contemporâneo. O avanço do capital em formas ainda mais perversas teria mostrado, uma vez mais, o lugar que cabe aos países periféricos na ordem transnacional (para reafirmar isso Schwarz usa o termo do sociólogo alemão Robert Kurz, “sociedade pós-catastrófica”).

Assim como Santiago, Schwarz reconhece nesse contemporâneo, um “divórcio entre a economia e a nação”. No entanto, longe de enfatizar qualquer positividade desse momento, o crítico assinala uma série de negatividades que o período comporta, tais como uma cultura nacional que – submetida ao mercado e aos ditames da publicidade – não mais formula “projetos coletivos de vida material” e tão somente oferece estilos de vida como produtos. Sob a ótica schwarziana o hoje é todo negativo e, além disso, mantém a estrutura semelhante ao período – nuclear em seus estudos – republicano: “No Brasil corremos o risco de ver reprisado o desastre da Abolição, quando os senhores, ao se modernizarem, se livraram dos escravos e os abandonaram à sua sorte”.¹⁹²

Sempre privilegiando a leitura de um objeto estético, é também possível observar a

191 Idem. “Cultura e política”, *O pai de família e outros estudos*; p. 79.

192 Idem. “Fim de século”, *Sequências brasileiras*; p. 162. O crítico sugere, então, que o mesmo pode vir a acontecer em relação aos pobres, aos trabalhadores brasileiros substituídos, agora, pelas tecnologias.

apreensão do contemporâneo feita por Schwarz em sua crítica, escrita em 2002¹⁹³, ao livro de poesia *Elefante* de Francisco Alvim. O valor da obra estaria em dar conta, de forma magistral e adequada, de uma atualização da tradição literária modernista e, ao mesmo tempo, do processo histórico do Brasil, o “país do Elefante”. De acordo com Schwarz, “as ironias da composição querem estar à altura das decepções trazidas pelo curso real das coisas” e nessa tarefa o nexos que os poemas de Francisco Alvim estabeleceriam entre diversos momentos históricos do Brasil apontaria para a

mudança que não fez diferença. O passado não passou, embora já não ajude – como ainda outro dia – a inventar o futuro, que não está à vista. A sua persistência marca o presente como distinto, porém mais em falta do que o original, ou atrasado, ou em via de recuperação. Ao passo que o presente faz ver no passado sobretudo o prenúncio do impasse atual, impugnando as evidências externas de progresso.¹⁹⁴

Na análise dos poemas, que é mais matizada do que a avaliação feita, anos antes, da obra poética de Oswald de Andrade¹⁹⁵, Schwarz reconhece a ambiguidade que os traços de cordialidade ainda presentes em nossa sociabilidade engendram. Sua escolha, porém, mantém-se fiel à negatividade e à leitura do desvio do padrão burguês de civilidade enquanto problema, mais do que possibilidade.¹⁹⁶ No contemporâneo, qualquer tensão que pudesse

193 Idem. “O país do Elefante”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 10/03/2002.

194 Idem, *ibidem*.

195 As considerações feitas sobre o *Elefante* mencionam com mais frequência outras possibilidades de leitura: “Ora, esta civilização extra-oficial e inframodelar, algo vexaminosa mas com potencial utópico por contraste, é a dimensão não-burguesa da reprodução da sociedade burguesa no Brasil: uma dimensão inferior mas necessária, e portanto sábia, e, conforme o gosto, até superior”. Idem, *ibidem*.

196 Em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* de 11 de Agosto de 2007, o crítico diz: “Superação civilizadora teria havido se o paternalismo e as relações de clientela tivessem sido derrotados pela generalização do trabalho assalariado, com sindicalização maciça, conquista de direitos sociais e renegociação da parte do trabalho na vida social”. SCHWARZ, Roberto. Entrevista: “Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente”. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 11/08/2007.

levar à superação da fratura social brasileira teria desaparecido e inclusive os pressupostos do materialismo dialético, como ironicamente afirma o crítico em entrevista, estariam possivelmente em crise:

acontece que vivemos um momento em que a ideia de sociedade como algo circunscrito, com destino próprio, está posta em questão, para não dizer em decomposição. [...] E no campo das obras, com a entrada maciça do mercado e da mídia na cultura, é voz corrente que a ideia de arte mudou, e é possível que o padrão de exigência do período anterior tenha sido abandonado. Talvez os pressupostos da crítica dialética estejam desaparecendo”.¹⁹⁷

A ênfase na relação entre arte e sociedade subsidia a avaliação de Schwarz. Desde essa perspectiva, a obra *Cidade de Deus* de Paulo Lins também seria um objeto que daria conta e nos devolveria, após uma transfiguração artística, o cenário de desagregação atual, no qual a malandragem simpática teria chegado ao fim e presenciáramos o surgimento dos “sujeitos monetários sem dinheiro”, isto é, grupos excluídos de tal forma que nem ao capital interessa explorá-los. Logo, os personagens da *Cidade de Deus* não representariam o atraso do Brasil, mas sim o resultado do progresso.¹⁹⁸ Na jurisdição desse progresso, problemáticas como a discriminação racial, caras tanto ao universo de *Cidade de Deus* quanto de *Elefante*, para Schwarz, não teriam condições de superação – ao comentar o poema de Francisco Alvim que trata da questão racial (OLHA // Um preto falando/ com toda clareza/ e simpatia humana), o crítico sentencia:

197 Idem. Entrevista: “Um crítico na periferia do Capitalismo”. In: *Pesquisa Fapesp*, número 98. São Paulo, Abril de 2004.

198 Idem. “Cidade de Deus”. In: *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p. 171.

(...) este poema registra uma vitória sobre o preconceito, mas tão preconceituosa ela mesma, que faz engolir em seco. O resultado crítico fica ainda mais intrincado se notarmos que o gosto pela fala humana, simpática e clara, que de fato é esclarecido e de fato comporta o reconhecimento da pessoa e a hipótese da emancipação, hoje deixou de contar, de sorte que aquele momento do pior preconceito aparece agora como oportunidade e superação que foi perdida.¹⁹⁹

A vitória sobre o preconceito racial que ocorre, por exemplo, por meio do discurso “politicamente correto” nada teria a ser celebrada, já que a condição do negro na sociedade brasileira permanece marginal e precária sendo essa conquista apenas um mascaramento de uma tensão real e, portanto, o decreto do fim de uma possível superação do problema. Em clara oposição à forma com que Santiago valora o contemporâneo, Schwarz julga a ação dos grupos identitários (o que nos parece um elemento importante no antagonismo entre os críticos), vinculada, de acordo com ele, diretamente à desconstrução, como ideologia:

Como estamos entre críticos literários, é interessante notar que a realidade começava a se parecer com a filosofia, no caso, com a terra movediça postulada pelo desconstrucionismo. (...) Nessas circunstâncias, a desestabilização dos sujeitos, das identidades, dos significados, das teologias – especialidades enfim do exercício de leitura pós-estruturalista – adquiriu *dura* vigência prática.²⁰⁰ (grifo meu)

Verificamos, agora em Schwarz, a identificação de duas correntes críticas, nesse

199 Idem. “O país do Elefante”, *Folha de São Paulo*, 2002.

200 Idem. “Fim de século”, *Sequências brasileiras*; p. 158.

caso, porém, há estabelecimento de uma relação de correspondência, na qual o materialismo dialético está para a crítica ao sistema assim como a desconstrução está para a corroboração dele. E num trecho longo, mas que não podemos eximir-nos de citar retirando o “parênteses” que o emoldura, o próprio Schwarz vincula a desconstrução de Derrida à crítica de Silviano Santiago:

Entre parênteses, não custa observar que as ideias de Derrida chegaram ao Brasil antes que se instalasse esse clima. Recordo um ensaio do amigo Silviano Santiago, aqui presente, que data de 1971, cujo horizonte ainda era outro, anterior à desmobilização, e aliás já bastante pior. Naquela oportunidade a desconstrução servia como objeção ao paroxismo autoritário da ditadura, assim como à rigidez da esquerda envolvida na luta armada. Incluía também um ligeiro toque de reivindicação latino-americanista ao questionar o primado do centro sobre a periferia, o que talvez fosse um modo paradoxal de dar continuidade ao nacionalismo do período anterior. Silviano me corrigirá se for o caso.²⁰¹

Abramos, agora nós, um parênteses. No trecho, talvez pelo seu contexto de enunciação – um seminário no qual Silviano Santiago estava presente e figurava como interlocutor – a crítica de Schwarz ao ensaio “O entre-lugar do discurso latino-americano” aparece muito mais matizada do que nas passagens, já analisadas nesta dissertação, sobre o mesmo ensaio presentes em “Nacional por subtração”. Se houve uma mudança na apreciação do crítico ou se a atenuação faz parte somente dos mecanismos de cordialidade presentes nos espaços públicos de discussão no Brasil, é difícil saber (e em todo caso pelo comentário que segue essa observação parece que o posicionamento contrário à desconstrução de Schwarz se

201Idem, ibidem; p.159.

mantém). De qualquer modo, o excerto deixa claro o reconhecimento de Santiago enquanto possível aliado de certas causas específicas, ainda que por meios “paradoxais”.

Isso é extremamente significativo para os argumentos desenvolvidos neste trabalho, à medida que corrobora a proposição, diluída nos capítulos, de que existe um ímpeto militante comum aos dois críticos que instaura como horizonte de suas atuações o desenvolvimento de uma sociedade brasileira mais justa. O comentário também sugere que, em alguma medida, existem muitas correspondências entre esses modelos de crítica. No entanto, como temos demonstrado, o modo como ambos realizam tal desejo é diverso e mediado por perspectivas estéticas, bem como, pelas disputas do campo literário. Essa diferença pode ser lida como suplementar. Fechemos o parênteses.

A citação de Schwarz coloca em destaque um saber de extrema relevância quando se trata de análise e reflexão crítica, mas que, comumente, escapa – como acontece às vezes com o próprio Schwarz e também com Santiago – aos cuidados dos intelectuais, que é o fato de que há um processo de tradução entre uma teoria estética ou política e suas derivações em cada autor. Sendo assim, é preciso ter sempre presente o fato de que um movimento teórico inicial pode dar origem a formulações e perspectivas irreduzíveis e incompatíveis com ele.

Essa afirmação corrobora-se a partir da contraposição da leitura dos ensaios analisados até aqui: a desconstrução pode servir ao questionamento do autoritarismo da ditadura ou de um centramento epistemológico europeu, mas também pode perder de vista a necessidade de reivindicar e dialogar com as instituições políticas estabelecidas desde uma perspectiva de classe (já que essa divisão se mantém, em alguma medida, como estruturante das sociedades); o impulso democratizante do nacional desenvolvimentismo pode fomentar a cultura e a reflexão crítica, mas também pode voltar-se em favor dos interesses reacionários da direita; o gesto militante dos grupos das minorias pode ser cooptado pela dinâmica

perversa do capital, assim como pode conferir conquistas práticas e legais àqueles que reivindicam²⁰²; o materialismo dialético pode formular uma potente crítica ao sistema capitalista e identificar com astúcia a dinâmica das contradições que o constituem, porém, pode igualmente limitar-se a uma macro-análise que ignora as particularidades que problematizam ou fogem ao seu escopo interpretativo, ou ainda, pode tingir de negatividade toda e qualquer avaliação gerando nada mais que um sentimento conformista em relação ao estado de coisas que pretende mudar.

Reiterada, então, a necessidade de uma leitura que tente aproximar-se de cada objeto de maneira honesta, isto é, esforçando-se para compreendê-lo desde sua particularidade, e que seja consciente de seus próprios interesses e referenciais – e os explicita ao leitor –, sabemos que não é possível, nem desejável, que a tensão, o conflito e a disputa deixem de existir. É pelo movimento suplementar dessas disputas e tentativas não consensuais de apreensão de certo estado de coisas que conseguimos vislumbrar os mecanismos ideológicos que, ao se colocarem não como falsa consciência e sim como determinantes de práticas, estruturam as formas de concepção, valoração e circulação dos discursos sobre a realidade.

É também na entrevisão desses movimentos que conseguimos romper com o binarismo que marca a reflexão brasileira e se explicita na contraposição das leituras aqui apresentadas.²⁰³ Não se trata, pois, de ratificar a necessidade de escolha e filiação a um dos modelos críticos analisados. Nem, tampouco, de eleger as análises formuladas por Roberto

202 As políticas afirmativas para a população afro-descendente e conquistas legais como a permissão à união legal dos homossexuais são exemplos da positividade que as micro-políticas podem ter.

203 Para Siscar, reconhecendo o impulso ético e politicamente comprometido que circunscreve a teoria literária brasileira e jogando-nos de volta na discussão que a contraposição dos ensaios analisados inicialmente nesse capítulo propicia, “reinscrever a nacionalidade como questão teórica por excelência não é a única maneira de ser responsável”. Entender a sociedade a partir de outros recortes, como os de raça e gênero, por exemplo, apontaria na direção de uma necessidade humana e de uma possibilidade teórica de compreensão da existência que não, necessariamente, retirar-nos-ia do lugar de cidadãos de um país ou membros de uma classe. O tratamento do contemporâneo, no entanto, deveria ser feito por uma *dupla leitura*: “a leitura ao mesmo tempo de uma força de projeto e de sua discordância 'retórica', associada à leitura de um sentido histórico e da historicidade dessa atribuição de sentido”. Siscar, Marcos. “O discurso da História”, *Desconstruções e Contextos Nacionais*, p. 111-112.

Schwarz como melhores que as de Silvano Santiago, ou vice-versa. A oposição não pode ser colocada de forma essencialista: onde e por que Santiago pode ser mais produtivo que Schwarz, ou o contrário, e quais as implicações da valoração que imediatamente se coloca, não só nas tentativas de resposta, mas já nas próprias perguntas? Essa é a questão que não pode ser descartada.

Ainda que concebamos a História, tal como a formulou Hegel, enquanto uma síntese de múltiplas de determinações, nossa apreensão de seus desdobramentos, bem como do lugar que ocupamos enquanto sujeitos históricos, depende de uma interpretação, relativa em termos. Ao que parece, quando se trata da teoria literária essa dimensão é ofuscada. Nas leituras críticas sobre o estatuto da cultura brasileira advindas dessa disciplina, porém, ela não passa despercebida e nitidamente se utiliza de um discurso sobre o Brasil formulado pela história e, mais notadamente, pelas ciências sociais. Como será que essa dinâmica acontece, então, nessas outras áreas do saber? Pensar isso pode, em alguma medida, ser-nos útil? Arrisquemos um breve sobrevoo.

3.2 Onde a teoria literária encontra a ciência social

Dando continuidade ao pensamento que estamos construindo, sublinhamos a afirmação de Marcos Siscar de que “quem se atreve a fazer da situação contemporânea da teoria o seu objeto de estudo coloca-se a tarefa não só de entender o sistema de trocas teóricas no qual esse discurso se insere, mas afirma também, ainda que indiretamente, a existência de uma *história*”.²⁰⁴ E como tal:

204 Idem, *ibidem*; p.102.

Nada mais necessário (e inevitável) do que a constituição de uma história. Entretanto, por outro lado, nada mais construído, sujeito à incessante interpretação e verificação. E nenhuma estratégia teórica ou ideológica pode dar ao intelectual digno desse nome o direito de esquecer os dois lados do problema. Que história é essa? Qual o seu conteúdo, seus atores, a lógica que a teria conduzido para determinado resultado contemporâneo? As respostas a essas perguntas podem ser tão variadas quanto são os interesses mobilizados por aquele que se propõe a desvendar um conteúdo histórico.²⁰⁵

Ao partir dessa proposição, observamos que as perspectivas de Schwarz e Santiago quando contrapostas evidenciam distintos diagnósticos da cultura brasileira contemporânea que, por sua vez, estão inseridos e são constituídos por um contexto maior de reflexões. Como tentou-se explicitar num primeiro momento, tais perspectivas têm como lugar de enunciação marcado o campo da teoria literária e em seus desenvolvimentos articulam, em dosagem e modos diferentes, critérios estéticos com critérios sociológicos. Além disso, tais discursos surgem já num espaço de condições definidas a priori por aquilo que podemos nomear como “modus operandi do campo” (ideologicamente estruturado e em disputa) que tem seus tons locais.

Pode enriquecer a compreensão destes procedimentos que estamos tentando identificar o estabelecimento das relações entre tais perspectivas e alguns enunciados advindos das ciências sociais brasileiras – campo fundamentado, como o próprio termo “ciência” que o determina sugere, em outros paradigmas epistemológicos. Tal movimento é imperativo diante do esforço de explicitar em ambos os discursos (reiteramos: que pertencem a distintas áreas disciplinares) as marcas das mesmas constrações, o que ratifica a ideia de que

205 Idem, *ibidem*; p.102.

existe um modo específico dos debates teóricos se perfazerem no Brasil – estamos nos referindo ao binarismo, comentado no item anterior, que rege o campo intelectual nacional.

A análise de Schwarz que apreendemos, sobretudo, em “Fim de Século” e em “O país do Elefante”, em muito compartilha das avaliações feitas por uma parcela da esquerda sociológica uspiana, na qual se destaca a figura do intelectual Francisco de Oliveira. Em suas reflexões mais recentes²⁰⁶, Oliveira define, a partir da metáfora schwarziana do “desmanche”, uma série de fatores que teriam contribuído para a “destituição das possibilidades de democratização e republicanização – anteriormente abertas pelo fim da ditadura militar”.²⁰⁷ Segundo ele, o sistema capitalista encontra-se num estágio em que a autonomização da esfera financeira alterou as formas de trabalho, dos espaços públicos, da cultura e sobretudo da política, criando uma nova e indeterminada sociabilidade (“a relação entre classe, interesse e representação foi para o espaço”).²⁰⁸

No Brasil, medidas tomadas principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso teriam reconfigurado a relação burguesia-estado, tornando este “refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras”.²⁰⁹ Como consequência teríamos observado o aumento dos cinturões de pobreza, das desigualdades sociais, do desemprego, do narcotráfico e do crime organizado que, nas periferias das grandes cidades, tem como modelo, de acordo com o autor, a própria estrutura organizacional do capital financeiro.

O governo Lula, segundo o sociólogo, diante da indeterminação e da possibilidade de

206 OLIVEIRA, Francisco. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: *A era da indeterminação*. [OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.)]. São Paulo: Boitempo, 2007.

207 RIZEK, Cibele Saliba e PAOLI, Maria Célia. “Depois do desmanche”, op. cit., p. 7.

208 OLIVEIRA, Francisco. “Política numa era da indeterminação”, *A era da indeterminação*; p.38.

209 Um resumo dos “desmantelos” do governo de FHC, no plano econômico, é oferecido por Oliveira, a saber: “privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, abolição do mercado cativo para as empresas que operam no Brasil, política cambial arriscada que subordina a autonomia monetária, vulnerabilidade externa com a dependência recorrente aos capitais de risco internacionais de curto prazo, inserção subordinada na ordem do capitalismo globalizado”. Idem, *ibidem*; p. 31-44.

dar um passo rumo ao novo, ao desconhecido, teria escolhido o conhecido, isto é, dar continuidade ao projeto neoliberal, adicionando a ele pequenas mudanças paliativas, como o “Bolsa Família”, que comprovariam o tratamento meramente administrativo que esse governo daria à pobreza e à desigualdade. O contrário disso, ou seja, o cumprimento do programa do PT que consistia na busca por “avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição de renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo”²¹⁰ teria sido descartado.

O governo seguinte do PT apenas agravou ainda mais esse quadro. De acordo com Oliveira, o que caracterizou o período de eleição em que Lula disputava o segundo mandato foi a “salada das coalizões e coligações” em que “siglas de suposta orientação ideológica oposta se uniram, com toda espécie de agrupamentos, incluindo os de salteadores”. Para o pensador, esse fato explicita a “irrelevância partidária no capitalismo contemporâneo”, sendo que aqui no Brasil, e em outras nações periféricas, tal dado é mais grave, já que não temos um longo histórico partidário e nossa política está, ainda, pautada em personalismos. Essas eleições teriam representado a efetiva desestruturação do sistema partidário brasileiro, que estava em processo de constituição, sobretudo a partir do período de redemocratização e da criação de partidos de massa.

Sendo assim, Oliveira sublinha o conservadorismo na política econômica, a ausência de mudanças efetivas, bem como de objetivos delimitados, como contribuintes para que o governo Lula, desde esse lugar indiferenciado, evitasse, trapaceasse e mascarasse o conflito de classes. Essa conjuntura é caracterizada pelo sociólogo como “hegemonia às avessas”. Isto é, o momento de despolitização quase total, em que representativamente os trabalhadores chegaram ao poder, mas, ao invés de uma conquista em direção a autonomia dos sujeitos

210 Idem. “O avesso do avesso”. *Revista Piauí*. Outubro de 2009.

históricos, o que ocorre é a “dominação burguesa mais descarada”:

não são mais os dominados que consentem na sua própria exploração. São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicitamente – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma de exploração capitalista. É uma revolução epistemológica para a qual ainda não dispomos da ferramenta teórica adequada. Nossa herança marxista-gramsciana pode ser o ponto de partida, mas já não é o ponto de chegada.²¹¹

Constatamos a afinidade da crítica, seguida da aguda autocrítica, de Oliveira com as proposições de Schwarz e, abusando um pouco das citações, não podemos deixar de explicitá-la ainda mais a partir do seguinte fragmento de uma entrevista do crítico literário: “Com idas e vindas abolicionismo e desenvolvimentismo eram ascensionais; ao passo que o movimento atual, a despeito de dois presidentes originários da esquerda, participa da vaga mundial de *aprofundamento do capitalismo e de sua destrutividade social*”.²¹² (grifo meu)

Uma interpretação semelhante das dinâmicas socioeconômicas nacionais assume o lugar central das argumentações de Schwarz e Oliveira. A partir de um grande deslocamento, o qual já registramos, Santiago também produz uma análise e assinala uma mudança relacionada a um fazer intelectual e político (não esquecendo o que há de redundância entre esses termos) que, por sua vez, aponta para uma nova forma de conceber o país. Em sua versão sobre o *fim do século XX* presente no ensaio “Democratização no Brasil (...)”, ele afirma:

211 Idem. “Hegemonia às avessas”. *Revista Piauí*. Janeiro de 2007. Como esse, outros questionamentos formulados por Oliveira, em texto e, sobretudo, em sua engajada participação em eventos e debates foram, e são, em parte, responsáveis pelo gesto de autocrítica e revisionismo por que passam importantes intelectuais da esquerda uspiana.

212 SCHWARZ, Roberto. Entrevista, *Folha de São Paulo*, 11/08/2007.

A transição deste século para o seu “fim” se define pelo luto dos que saem, apoiados pelos companheiros de luta e pela lembrança dos fatos políticos recentes, e, ao mesmo tempo, pela audácia da nova geração que entra, arrombando a porta como impotentes e desmemoriados radicais da atualidade. Ao luto dos que saem opõe-se o vazio a ser povoado pelos atos e palavras dos que estão entrando.²¹³

Ancorado menos na economia do que nas transformações políticas, culturais e artísticas, Santiago enumera uma série de transformações que teriam marcado a transição para a democracia “no” e não “do” Brasil, como ele enfatiza, dando início ao contexto descrito em “O Cosmopolitismo do Pobre”. O tom sombrio da ditadura teria cedido espaço para a festividade da democratização, a coesão da esquerda – “conquistada na resistência à repressão e tortura” – dado lugar às diferenças (“Caíam por terra tanto a imagem falsa de um Brasil-nação integrado, imposta pelos militares através do controle da mídia eletrônica, quanto a coesão fraterna das esquerdas, conquistada nas trincheiras”²¹⁴), a arte brasileira teria deixado de ter uma marca, predominantemente, sociológica e passaria a ter uma dominante cultural e antropológica, as formas de comunicação dos intelectuais com o público teriam sido substancialmente alteradas, etc.

Ao que Oliveira analisa como uma despolitização, destituição da autonomia dos sujeitos históricos e mascaramento da luta de classes, Santiago refere-se como o desejo de “cotidianizar a política” ou “politizar o cotidiano”, ou seja, um processo de retirada, inclusive da arte, dos espaços institucionais. É claro que tais transformações, ainda em curso, não

213 SANTIAGO, Silvano. “A Democratização no Brasil (1979-1981): cultura versus arte”. In: *O Cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; p. 135.

214Idem, *ibidem*; p. 137.

teriam ocorrido sem conflito, e é para este que o excerto supracitado aponta. O surgimento de uma “cultura adversária”, ao que era vigente até então, teria entrado em choque com a melancolia e luto pós-ditatorial e deixado marcas significativas:

A passagem do luto para a democratização, alicerçada pela desmemória dos radicais da atualidade, foi dada por passadas largas que uns, e muitos julgam até hoje, precipitadas e prematuras. (...) *Desde então, sem planos para o futuro, estamos mancando da perna esquerda, porque o passado ainda não foi devidamente exorcizado.*²¹⁵ (grifo meu)

A mesma ausência de um vislumbre positivo de futuro que encontramos em Schwarz aparece em Santiago. Para este, porém, algo impede que proclamemos o fim do túnel, pois, ainda que “largas, precipitadas e prematuras” essas passadas dadas pelos jovens, artistas e intelectuais teriam sido de crucial relevância para o questionamento das estruturas sociais, políticas e econômicas brasileiras. Isto na medida em que os gestos desses grupos fomentaram nova reflexão e a autocrítica dos indivíduos da esquerda (ainda, escreve ele, colados à figura de “salvadores da pátria”) e, por outro lado, ao habitarem os espaços da rua, junto ao povo, e se aproximarem dos produtos culturais populares, esses sujeitos teriam redimensionado “o passado recente [e também] o gesto punitivo para a *formação cultural* do Brasil, estabelecendo estratégias de busca e afirmação de identidade para a *maioria* da população, que vinha sendo marginalizada desde a Colônia”.²¹⁶ Essas mudanças foram, de acordo com Santiago, fundamentais para as transformações ideológicas em curso e para o êxito de reivindicações políticas – desde as “Diretas já”, passando pelo impeachment do presidente Collor até a solidificação, nos dias atuais, do MST (Movimento dos trabalhadores rurais sem

215 Idem, *ibidem*; p. 148.

216 Idem, *ibidem*; p. 149.

terra), por exemplo.

Mesmo que não possua relação direta com o percurso de Santiago – e nisso vemos um ganho, já que desestabiliza um possível paralelismo simplista (Schwarz e Oliveira versus Santiago e Singer) e coloca uma perspectiva a mais na trama – o sociólogo André Singer, também formado pela USP e, em alguma medida, companheiro de trabalho de Oliveira, realiza uma análise do contexto socioeconômico brasileiro dos últimos anos que, focado no governo Lula e sem deixar de elaborar críticas e reconhecer limitações deste, aproxima-se da visada de Santiago e distancia-se do diagnóstico enunciado por Oliveira e Schwarz, oferecendo, ainda, um contraponto significativo para os três.²¹⁷

Para Singer, Lula teria, sim, dado um passo para o desconhecido, sem embargo, para um desconhecido outro, que não aquele presente nos programas do Partido dos Trabalhadores e vislumbrado por Oliveira. Por meio de dados estatísticos, qualitativos e quantitativos, Singer faz uma análise e apresenta diversas transformações operadas no governo Lula em benefício das camadas mais pobres do país.

Dentre essas mudanças ele destaca: o aumento do poder de consumo (tanto de produtos tradicionais: alimentos, material de construção; quanto de produtos novos: celulares, DVDs, passagens aéreas) conquistado graças ao controle de preços e ao aumento do salário mínimo e, a partir de 2005, a concessão do crédito consignado²¹⁸, que juntos, por sua vez, teriam dinamizado economias locais menos desenvolvidas. Essas medidas, reforçadas por programas específicos, como o Bolsa Família²¹⁹ – reformulado a partir de um programa de transferência de renda de FHC que, por sua vez, o copiou dos governos petistas –, e o Estatuto

217 SINGER, André. “Raízes Sociais e ideológicas do Lulismo”. In: *Novos Estudos*, número 85. São Paulo, Novembro de 2009.

218 “O crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais que tinha por objetivo expandir o financiamento popular, que inclui um aumento expressivo do empréstimo à agricultura familiar, do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda”. Idem, *ibidem*; p. 93.

219 “Entre 2003 e 2006, a Bolsa Família viu seu orçamento multiplicado por treze, pulando de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, atendendo cerca de 11,4 milhões de famílias perto das eleições de 2006”. Idem, *ibidem*; p. 91.

do Idoso – que diminuiu a idade necessária para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BCP) –, seriam responsáveis pela constituição de “uma plataforma no sentido de traçar uma direção política para os anseios de certa fração de classe” e pela consequente diminuição da pobreza.²²⁰

Tal quadro – que como vimos é concebido por Oliveira como um tipo de reformismo que em nada altera a estrutura do sistema capitalista e, pelo contrário, a reforça –, para Singer, dá mostras de uma nova orientação ideológica que estaria sendo contemplada pelo governo Lula, qual seja, um programa de “combate à desigualdade dentro da ordem”. Isto é, parte do esforço de manter a estabilidade econômica do país (esforço esse perceptível pela continuidade das diretrizes do governo de FHC) teria como finalidade “impedir que uma reação do capital, voltada para criar dificuldades à mudança, provocasse instabilidade econômica e atingisse os excluídos das relações econômicas formais”.²²¹

O programa, não formulado explicitamente, atenderia aos anseios dessa porção de classe, “excluída das relações econômicas formais”, que Paul Singer define como “subproletariado” (em outros termos, todos aqueles que possuem renda mensal de menos de dois salários mínimos per capita, não possuem vínculo com nenhum sindicato e, nesse contínuo, estão “destituídos de condições mínimas de participação na luta de classes”).²²² O “subproletariado” aspiraria por mudanças, mas sem uma alteração da ordem estabelecida. Ele estaria alinhado com a esquerda por querer transformações, mas o caminho vislumbrado para

220 Francisco de Oliveira reitera que, se a pobreza diminuiu, no entanto, a desigualdade teria aumentado: “Os dados disponíveis não indicam a redução da desigualdade, embora deva ser certo que a pobreza absoluta diminuiu. Mas não se sabe em quanto. A desigualdade provavelmente aumentou, e os resultados proclamados são falsos, pois medem apenas as rendas do trabalho que, na verdade, melhoraram muito marginalmente graças aos benefícios do INSS, e não do Bolsa Família (...) A desigualdade total de rendas é impossível de medir-se, em primeiro lugar pela conhecida subestimação que é prática no Brasil, e em segundo lugar por um problema de natureza metodológica (conhecido de todos que lidam com estratificações, que é a quase impossibilidade de fechar o decil superior da estrutura de rendas)”. OLIVEIRA, Francisco de. “O avesso do avesso”, *Revista Piauí*.

221 SINGER, André. “Raízes Sociais e ideológicas do Lulismo”, *Novos Estudos*; p. 97.

222 André Singer se apoia na definição feita por Paul Singer, em 1980. De acordo com pesquisas, nessa época, 63% do proletariado podia ser considerado “subproletariado”, número que correspondia a 48% da PEA. Ainda que não possua as atualizações dos dados, André Singer deduz que os avanços do neoliberalismo, no sentido de precarização do trabalho em geral, se não aumentaram, no mínimo, mantiveram esses índices.

atingi-las não seriam mobilizações ou participação popular em processos democráticos, e sim, a espera por alterações vindas “de cima”, ou seja, do Estado.

Essa parcela da população brasileira constituiu, segundo Singer, o novo, e decisivo, eleitorado de Lula, responsável pela reeleição de 2006. As medidas do presidente acarretaram uma redefinição de suas bases de apoio, de um eleitorado composto sobretudo por intelectuais, para subproletários do centro sul do país para o norte e nordeste. Sem embargo, essa mudança de base não foi acompanhada pelo Partido dos Trabalhadores, que curiosamente, nas bancadas federais seguiu recebendo votos dos estados de maior IDH.

A leitura de Singer acrescenta, desde referenciais analíticos semelhantes, outros matizes à leitura de Francisco Oliveira. Se para este o que impera é a despolitização total, que praticamente elimina as condições de constituição de sujeitos críticos e autônomos, para aquele, estamos diante de um tipo de politização diferente, que implica reconhecer a vontade contraditória do subproletariado como algo legítimo, ou seja, como um elemento que constitui o problema e não como alienação política. Nessa direção, determinadas transformações não podem ser ignoradas, ou simplesmente ofuscadas por um macro sistema de análise. Em semelhança com as análises de Santiago, o valor para Singer parece estar nos pontos de descontinuidade (que só podem ser apreendidos mediante a percepção do que é continuidade), isto é, de irrupção, de brechas que podem apontar alternativas distintas para o horizonte político-cultural e socioeconômico do país.

A proposição de Singer remete-nos, ainda, a um ponto da argumentação schwarziana discutido na primeira parte deste capítulo. Ao pensar o contexto da década de 60, Schwarz perguntava: “Qual a composição social e de interesses do movimento popular? (...) A dificuldade do populismo é perceber que a composição das massas não é homogênea e para o populismo parece que 'vale mais uni-las pelo entusiasmo que separá-las pela análise crítica de

seus interesses”²²³ As medidas tomadas pelo governo Lula terão participado apenas de um novo tipo de populismo? Ou podemos direcionar o bom questionamento de Schwarz à própria corrente crítica da qual ele e Oliveira participam, isto é, será que a dificuldade de reconhecer a contradição presente nos desejos das “massas” não foi, e é, talvez em sentido diverso, compartilhada pela esquerda? Qual a perspectiva de inclusão e, conseqüentemente de exclusão, esteve, no nacional desenvolvimentismo, por exemplo, e agora está, em jogo?

As análises de Oliveira, bem fundamentadas, servem-nos sem dúvida como matéria de reflexão: afinal, o onipresente domínio do capitalismo pode ter alguma positividade? Se a direita pode tomar as rédeas do nacional desenvolvimentismo e orientá-lo noutra direção, seria possível, hoje, como tentam os movimentos de grupos e alguns núcleos artísticos, tomar as rédeas da desagregação (e por isso utilizar-se de âmbitos não necessariamente oficiais) e direcioná-las para a esquerda – se é que podemos utilizar essa palavra –, ou seja, para um lugar que aponte na direção de uma reação anticapitalista? Em termos outros que retomam a análise de Santiago, a aparente auto-regulação dos agentes sociais teria potência para propor alterações estruturais e garantir conquistas coletivas?

Voltando a Zizek, a necessidade de sair da ideologia – que também pode ser ideológica – atira-nos, muita vez, de volta à ideologia: “o paradoxo é que *a saída da (quilo que vivenciamos como) ideologia é a própria forma de nossa escravização a ela*”²²⁴ Tecemos aqui uma trama de discursos que poderia levar à saída fácil de proclamar um relativismo total que, de modo inverso e igualmente castrador da reflexão crítica do que ocorre na ausência do debate e confronto entre as diferentes posições, eliminaria qualquer tensão. No entanto, não é para isso que estamos apontando, como escreve Zizek:

223 SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política”, *O pai de família e outros estudos*; p. 100.

224 ZIZEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”, *Um mapa da ideologia*; p. 12.

Tudo depende de persistirmos nesta posição impossível: embora nenhuma linha demarcatória clara separe a ideologia e a realidade, embora a ideologia já esteja em ação em tudo o que vivenciamos como “realidade”, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a *crítica* da ideologia (...) a ideologia não é tudo; é possível assumir um lugar que nos permita manter distância em relação a ela, *mas esse lugar de onde se pode denunciar a ideologia tem que permanecer vazio, não pode ser ocupado por nenhuma realidade positivamente determinada*; no momento em que cedemos a essa tentação, voltamos à ideologia.²²⁵ (grifos do autor)

Embora com desconforto, é com as tensões plasmadas aqui enquanto objeto de preocupação tanto da teoria literária quanto das ciências sociais que precisamos conviver. E é nelas que precisamos mergulhar afim de compreendermos a situação do pensamento nacional e revisitarmos velhas questões propondo novas respostas, ou ainda, formulando outras perguntas.

3. 3 A “negatividade niilista” versus “o otimismo ingênuo”

Singer pontua que a esquerda brasileira, da qual inclusive ele faz parte, é “elitista e setorial”²²⁶, e tal dado não deixa de ter repercussão nas análises que ela produz. Afirmações como a de Oliveira: “Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de

225 Idem, *ibidem*; p.22.

226 Debate: “O Populismo no Brasil, hoje”, realizado na Universidade de São Paulo em 14/05/2010. Sabemos que o enunciado aplica-se não só à esquerda. Afinal, como mencionamos, nossos intelectuais sempre mantiveram alguma relação de dependência com o poder – durante o segundo reinado a dependência em relação aos latifundiários, depois, dando um salto, a dependência de cargos no Estado (e essa dependência também é explicada por Roberto Schwarz por meio da “lógica do favor”).

desregulamentação. E todos fomos mergulhados outra vez na cultura do favor – viva Machado de Assis, viva Sérgio Buarque de Holanda e viva Roberto Schwarz²²⁷, a despeito da sua ironia, denotam, por um lado, a existência de uma certa tradição de pensamento, na qual se insere Schwarz e o próprio Oliveira, que se retroalimenta a partir das leituras e análises. Por outro, de modo igualmente explícito, tal afirmação deixa-nos perceber a distância dos agentes da crítica em relação à população pobre que, se como Singer reiterou tantas vezes em debate, “pela primeira vez na história desse país” teve alguns de seus anseios atendidos, mereceria que estes fossem considerados como legítimos.

O enunciado ainda traz à luz uma questão importante – que nos remete à negatividade dessas análises –: o fracasso do Brasil, diagnosticado por parcela da esquerda brasileira, seria, também, o sucesso (a condição de sucesso?) dessa crítica? A despeito do que há de legítimo na consciência que propõe uma leitura por meio deste arsenal conceitual e metodológico, salta aos nossos olhos algo que nos parece uma “reificação da negatividade”. Isto é, um procedimento automatizado e firmemente ligado ao mercado de trocas simbólicas que a reprodução de um gesto crítico passou a dramatizar: o elogio ao já prestigioso²²⁸ confere prestígio ao que elogia, pois o afirma, na medida em que é reconhecedor do mérito, tão sábio quanto o elogiado.

Sendo assim, a necessidade da negatividade é elevada ao extremo e não raro desemboca em um niilismo peculiar que, dentro dos sistemas de relações particulares ao campo literário nacional, principalmente ao uspiano (que combinam a indistinção do público e privado, própria da cordialidade, com os mecanismos de aquisição de capital simbólico), parece celebrar a negatividade das análises como um fim em si; algo que perversamente resulta na equação: quanto pior, melhor. Desse modo, tendo Schwarz como modelo de crítica

227 OLIVEIRA, Francisco de. “O avesso do avesso”, *Revista Piauí*.

228 Assim como a crítica ao já sem prestígio.

bem sucedida (ele que dispõe de alto capital simbólico), observamos uma série de seguidores, não tão bem sucedidos, buscando em análises dos mais diversos objetos os pontos de “disjunção” em que a faceta escura da história colonial brasileira atualize-se e determine o presente.

No caso de Schwarz, a tentativa de compreender a negatividade presente em suas avaliações remeter-nos-ia, uma vez mais, a Adorno. De acordo com este, para o bem e para o mal a crítica e a cultura estão entrelaçadas. Isto é,

O crítico da cultura não está satisfeito com a cultura, mas deve unicamente a ela esse seu mal-estar. Ele fala como se fosse o representante de uma natureza imaculada ou de um estágio histórico superior, mas é necessariamente da mesma essência daquilo que pensa ter a seus pés.²²⁹

Mesmo quando luta contra a mercantilização da cultura e da vida, o crítico estaria, assim, envolvido pela dinâmica do capital, e seu gesto de avaliar, atribuir valor, seria igualmente necessário para a manutenção dela. Por isso, de modo parecido ao que ocorre com a obra de arte, a única forma da crítica manter sua existência nessa sociedade capitalista seria pela negatividade – já que a própria cultura fundamenta-se nesse movimento negativo, afinal ela surge da “separação radical entre trabalho intelectual e trabalho braçal, extraindo dessa separação, desse 'pecado original', a sua força”.²³⁰

No entanto, haveria uma diferença entre a crítica cultural e a crítica dialética. Aquela, em oposição a esta, compartilharia do ofuscamento inerente ao seu objeto [a própria cultura], pois

229 ADORNO, Theodor W. “Crítica cultural e sociedade”. In: *Prismas: crítica cultural e sociedade*. [Wenet, Augustin e Almeida, Jorge Mattos Brito (Trad.)]. São Paulo: Editora Ática, 2001; p. 7

230 Idem, *ibidem*; p.16.

(...) a crítica cultural desloca a culpa: ela é ideologia, na medida em que permanece como mera crítica da ideologia. (...) A função ideológica da crítica cultural atrela à ideologia sua própria verdade, a resistência contra a ideologia. A luta contra a mentira acaba beneficiando o mais puro terror.²³¹

Adorno proclama ser necessário um distanciamento que vê, para além da aparência harmonizadora, os reais antagonismos sociais que constituem a cultura. A crítica que ele define como cultural agiria na direção de conciliar o indivíduo e a sociedade e, por isso, estaria alinhada com os “critérios dos administradores que se apoderaram da sociedade”.²³² Ao contrário disso, a crítica dialética:

quando se depara com insuficiências, não as atribui precipitadamente ao indivíduo e sua psicologia, ou à mera imagem encobridora do fracasso, mas procura derivá-las da irreconciliabilidade dos momentos do objeto. Essa crítica persegue a lógica de suas aporias, a insolubilidade intrínseca a própria tarefa. Compreende nessas antinomias as antinomias sociais (...) Para a crítica imanente uma formação bem-sucedida, não é, (...) aquela que reconcilia as contradições objetivas no engodo da harmonia, mas sim a que exprime negativamente a ideia de harmonia, ao imprimir na sua estrutura mais íntima, de maneira pura e firme, as contradições.²³³

As proposições são instigantes e nos oferecem uma justificativa convincente e rigorosa para a negatividade da perspectiva schwarziana. Ainda assim, se recuperarmos a

231 Idem, ibidem; p.16.

232 Idem, ibidem; p. 23.

233 Idem,ibidem; p. 23. Ele escreve ainda: “O que distingue a crítica dialética da crítica cultural é o fato de a primeira elevar a crítica até a própria suspensão [*Aufhebung*] do conceito de cultura”. Idem, ibidem; p. 19.

discussão do segmento anterior e a fala de Singer com que abrimos este momento de nossa argumentação, torna-se enfática a curiosidade sobre o lugar de onde seria possível formular a crítica dialética. Como o faz o próprio Adorno, parece, por isso, imprescindível incluir no raciocínio a possível acepção desse lugar como, de algum modo, um espaço salvaguardado.

Nesse caso, se focarmos o olhar no contexto brasileiro – no qual a violência da desigualdade não deixaria dúvidas da distância entre o lugar dos sujeitos que produzem a crítica e aqueles que efetivamente estão na base da estrutura social –, a exigência da negatividade, como gesto crítico que explicita o antagonismo estruturante da sociedade, também poderia ser vista enquanto configuração do mal-estar (culpa?) pelo privilégio que fundamenta o lugar da crítica. Ademais, se considerarmos a preocupação política, social e ética que, em tese, fundamenta o materialismo dialético, figura como indispensável a reflexão sobre o imaginário de futuro que é posto em jogo nas análises negativas e sobre a relação que essa perspectiva radical estabelece com seu interlocutor (aliás que interlocutor seria esse?).

O aprofundamento em tais questões exige um esforço que escapa às delimitações de nossa pesquisa (e que, talvez, inclua o procedimento delicado que é a análise do campo da recepção), porém esse breve lampejo serve para que nos joguemos de volta a um tópico que subjaz às inúmeras considerações formuladas neste trabalho, a saber, a função da crítica. Recorrendo ao filósofo Vladimir Safatle, verificamos que este afirma que longe de constituir uma zona de conforto e acomodação, como se poderia deduzir do que até então argumentamos, a necessidade de permanência no lugar “negativo” é um imperativo urgente do pensamento que deve levar-nos a um “desespero conceitual” e recusar qualquer resposta a perguntas do tipo “Que fazer?”. Em conclusão ao seu livro, *Cinismo e Falência da Crítica*, Safatle argumenta:

O verdadeiro desespero conceitual produz uma ação que satisfaz à urgência. Se ainda não há ação que satisfaça a urgência é porque não fomos suficientemente longe com nosso desespero. Por isso, toda acusação de niilismo diante desse tipo de perspectiva é apenas uma injúria, não uma análise. A acusação do niilismo é apenas a última arma daqueles que têm medo de a crítica ir 'longe demais', pôr em questão o que não deveria ser questionado; medo de a crítica deixar de ser comparação entre valores e caso para voltar-se contra nossos próprios valores fundamentais. Pois é da essência do pensamento voltar-se contra si mesmo para ser fiel a si mesmo. É da essência do pensamento a força aterradora da dissolução. Nada prometer, para poder tudo cumprir.²³⁴

Salta aos olhos as semelhanças do argumento, cuja matriz poderíamos localizar novamente em Adorno, com algumas das proposições derridianas, isto é, a necessidade do pensamento voltar-se radicalmente contra si mesmo e pôr em questão seus próprios valores. A despeito dessa aproximação – realizada por alguns teóricos em trabalhos específicos – interessa-nos atentar para a construção do “outro” que aparece na citação. A oposição e “acusação” ou “injúria” de niilismo só poderia vir, de acordo com Safatle, “daqueles que têm medo da crítica ir longe demais, pôr em questão o que não deveria ser questionado (...)”. Em outros termos, daqueles que, de algum modo, zelam pela manutenção de um status quo. Do mesmo modo, para Adorno, o “outro” em relação à crítica dialética, nomeado como “crítica cultural”, ganha existência através de uma representação que o constrói como uma força harmonizadora dos antagonismos sociais e, submersa na ideologia, comprometida com a administração capitalista. E, estabelecendo mais uma relação, notamos a mesma caracterização desse “outro” da crítica nos textos de Schwarz, que, como vimos em algumas

234 SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008; p. 204.

citações e referências, não raro é enquadrado na categoria de “pura ideologia”.

Sem ignorar que instâncias de atuação comprometidas com o sistema capitalista, de fato, estão presentes no confronto político, estético e filosófico do contemporâneo, não nos parece que elas encerram as possibilidades de embate existentes. O problema certamente passa pela maneira como as opções de escolha, isto é, o desenho das disputas, são construídos.²³⁵ Nessa direção, ainda que questionáveis, a leitura do contexto sociopolítico e econômico brasileiro durante o governo Lula feita por Singer e, em seus melhores momentos, o posicionamento de Santiago em relação aos aspectos culturais do país colocam em evidência que um contraponto possível à negatividade não necessariamente se encaixa naquilo que é definido como o “outro” da crítica dialética.

Nessa direção, o trabalho de Santiago contribui ao destacar elementos que, por força de uma escolha teórica, aparentemente são recalcados ou escapam ao escopo interpretativo da crítica de Schwarz. Dito isso, é inegável, como procuramos mostrar, que a perspectiva de classe e a influência determinante, em alguns pontos, da economia sobre o sociocultural, apesar de seus esforços, não encontra lugar ajustado, de forma a se articular com as avaliações críticas, na ensaística de Santiago. Detentor de uma produção descontínua, em certos ensaios desse crítico a modernização é exaltada de forma abrupta e carente de problematizações mais desenvolvidas, como parece ocorrer em “O Cosmopolitismo do pobre” (diga-se de passagem que esse dado também caracteriza um lugar de enunciação que mantém uma distância significativa em relação aos que “sofrem” mais diretamente – ou foram excluídos de – o processo de modernização).

Ademais, nas muitas referências que Santiago faz ao trabalho de Schwarz, por vezes explicitamente nomeado, por vezes implícito nas críticas às leituras materialistas,

235 “Diante dessa situação, devemos lembrar que a mola do poder não é a imposição de uma norma de conduta, mas a organização das possibilidades de escolha (...) E como todo pêndulo, o mover-se é apenas uma forma de conservar o mesmo centro”. SAFATLE, Vladimir, *Cinismo e Falência da crítica*; p. 202.

encontramos também movimentos redutores na representação que é produzida. Isso ocorre, especialmente, por meio da proposição de que as análises schwarzianas seriam um tipo de reprodução do paradigma de leitura criado por Caio Prado Júnior, o qual, por sua vez teria uma visão reducionista:

ao estudar a organização social do Brasil, ou mais precisamente, o caráter duplamente desfavorável da escravidão no país, Caio Prado Jr. não escapa ao eurocentrismo comum aos pensadores radicais do Iluminismo que se fecham aos reclamos do *outro*, para hierarquizar civilizações e poder mais convincentemente colocar a Ocidental no centro.²³⁶

Talvez a melhor forma de abordar a obra de Roberto Schwarz seja rastreando-a nos trabalhos mais significativos de seus mestres na Universidade de São Paulo. Como em outros colegas das ciências sociais, percebe-se nele a dívida para com a leitura da formação do Brasil contemporâneo, feita por Caio Prado Jr.²³⁷

O feito de que, segundo Santiago, a presença de pontos problemáticos no pensamento construído por Prado Jr., e por consequência no de Schwarz, implique diretamente na redução da importância e potência desses pensamentos ignora uma história das ideias do Brasil e estabelece uma frágil oposição à tradição crítica nacional (se adotarmos o olhar de Schwarz) ou uspiana (desde a perspectiva de Santiago).

Parece-nos, sem embargo, que assim como nas melhores produções de Schwarz a negatividade é circunscrita ao movimento dialético que ilumina uma outra e contrária

236 SANTIAGO, Silvano. “Atração do Mundo”, *O Cosmopolitismo do pobre*; p. 33

237 O outro mestre seria das ciências literárias, Antonio Candido. Idem, “Para além da história social”, *Nas malhas da letra*; p. 253.

dimensão do problema e realiza, assim, no mesmo ato, a autocrítica, em Santiago uma tensão também sustenta seu projeto que tem como escolha valorizar o que figura como perspectiva positiva do presente ou de uma possibilidade democrática. Sendo assim, a tentação simplista de configurar a relação entre ambos como “negatividade niilista” versus “otimismo ingênuo” nos é negada.

É o binarismo dessa configuração que, ao encenarmos o diálogo entre Roberto Schwarz e Silviano Santiago, de algum modo recuperamos e, no mesmo gesto, buscamos implodir. Como afirma em artigo de opinião o filósofo Vladimir Safatle “de fato, o Brasil tem de conviver com debates onde o mundo parece se dividir em dois. Não há nuances, inversões ou possibilidades de autocrítica”.²³⁸ Diante desse cenário de engessamento das condições de reflexão, o outro só pode aparecer em meu discurso enquanto caricatura patética, isto é, as discussões partem dos aspectos mais frágeis das leituras a que pretendem se opor:

Afinal, se estamos no reino do pensamento binário, então só posso estar absolutamente certo e o outro, ridiculamente errado. Daí porque a única coisa a fazer é apresentar o outro sob traços do sarcasmo e da redução irônica. Mostrar que por trás de seus pretensos argumentos, há apenas desvio moral e sede de poder. Isso quando a desqualificação não passa pela simples tentativa de infantilizá-lo. Alguns chamam isso de “debate”. Eu não chegaria a tanto.

Não isentos da disputa, e talvez da tentativa de instaurar outra possibilidade de lugar na disputa, tentamos apreender a oposição que caracteriza o embate entre esses dois críticos, mas também a complexidade que é responsável por uma série de movimentos contraditórios

238 SAFATLE, Vladimir. “Zero e um”. *Folha de São Paulo*, Opinião, 06/09/2011.

que delimitam o que é interior a cada uma das leituras e, ao mesmo tempo, impossibilitam o fechamento delas. Ao fazer isso, deixamos entrever nossa crença de que umas das condições para que os espaços de discussão pública possam existir em outros moldes e fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico no Brasil – em especial em nosso campo de análise, isto é, a teoria literária – é o reconhecimento por parte dos intelectuais de que não existe atuação transparente, assim como não existe “a” cultura brasileira – enquanto unidade singular e coesa que possa ser representada sem problemas. Santiago e Schwarz estão atentos a isso, o que, por força das relações que suas críticas retomam, formalizam e reproduzem, não os redime da acusação. É, então, simultaneamente por meio de seus próprios textos que podemos tentar chegar a outro patamar da reflexão.

4. Considerações finais

No texto “Saudação a Sérgio Ferro”, ao descrever como em alguma medida os agentes da crítica de esquerda no Brasil pós-ditatorial passaram a ocupar cargos de poder – como a presidência – ou tornaram-se professores titulares de grandes universidades – como a USP –, Schwarz afirma:

De modo que o êxito da esquerda foi pessoal e geracional, mas não de suas ideias de que ela foi se separando, configurando algo como um fracasso dentro do triunfo, ou melhor, um triunfo dentro do fracasso. Talvez se pudesse dizer também que parte do ideário de esquerda se mostrou surpreendentemente adequado às necessidades do capital.²³⁹

Com base nessa constatação, Schwarz, em um gesto de autocrítica, aponta para a necessidade de superação do impasse por que passa a intelectualidade brasileira. De acordo com ele, na mesma proporção em que o contexto de desintegração encerra as possibilidades de “cura” das feridas do país, exige, de modo dialético, novos desdobramentos da crítica.²⁴⁰

O impasse, ou aporia, por que passa a intelectualidade nacional também é ressaltado por Santiago quando este afirma a necessidade de que se reconheça o elitismo e o distanciamento das classes pobres que caracterizam a atuação da crítica e, por conseguinte, sua própria atuação:

239 SCHWARZ, Roberto. “Saudação a Sérgio Ferro”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006; p.438.

240 Na entrevista à *Literatura e Sociedade* ele também registra: “Ninguém se arrisca a pensar para além da troca de mercadorias. É uma situação extrema em que ninguém mais respeita as formas básicas da economia mas não se permite pensar em alternativas. Isso me parece o limite dos limites da nossa sociedade, e a sua crítica é uma tarefa radical para a qual eu acho que o capítulo de Luckács sobre o fetichismo ainda pode dar inspiração”. Idem. “Entrevista”, *Literatura e Sociedade*;p. 36.

Digo isso mais para mim mesmo do que para os outros (...) A minha formação me levou a ser um intelectual de elite. Tenho cumprido relativamente bem esse desígnio. Quer dizer, tenho boa educação universitária, boa experiência no estrangeiro, tenho também uma produção artística variada. Rica ou não, não sei, sei que atrai a atenção das pessoas. Isso ao mesmo tempo me distancia, sinto que me distancio. Valho-me de certos recursos como, por exemplo a etnografia, a que me referi. É uma maneira de aproximação, de diálogo e até mesmo – não tenho medo da palavra – de apadrinhamento (...) me julgo muito elitista, e estou me punindo o tempo todo por isso...²⁴¹

Os desenvolvimentos presentes nesse trabalho, em parte, foram motivados pela concordância com tais enunciações e pela inquietação acerca do estado de coisas a que elas se referem. Nessa esteira, em momento algum ocupou nosso horizonte de expectativas uma superação ou síntese das problemáticas abordadas. A assunção da profundidade e complexidade a que o pensamento crítico chegou em suas avaliações impede, de fato, a proposição de uma resposta rápida ou fácil.

Nosso investimento buscou, portanto, a partir das leituras de ensaios de Schwarz e Santiago redimensionar os lugares críticos constituintes do debate nacional. Isto é, numa tentativa de criar condições para o desengessamento da reflexão, que evite o cinismo, tentamos delimitar as oposições entre as concepções apresentadas e no mesmo procedimento mostrar o quanto o binarismo com que as concebemos é restritivo e, em última instância:

241 SANTIAGO, Silvano. Entrevista para Helena Bomeny e Lúcia Lippi Oliveira. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no 30, 2002. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/336.pdf>. Acessado em 13/12/09.

Esse binarismo só pode se sustentar por meio da crença de que nenhum acontecimento ocorrerá. Tudo o que virá no futuro é a simples repetição do passado. Não há contingência que possa me ensinar algo. Só há acontecimento quando este reforça minhas certezas. O resto é 'fogo-fátuo' e conspiração. É possível encontrar modelos desse raciocínio à esquerda e à direita. No entanto não precisamos de nenhum deles. Precisamos de um pensamento com a coragem de admitir acontecimentos que no desorientam. Pois – e este é um dos elementos mais impressionantes da vida – quando fechamos os olhos para tais acontecimentos, eles, de fato, desaparecem.²⁴²

Dessa maneira, sem querer ignorar a existência de um antagonismo concreto, seguimos no propósito de sugerir que, em alguma medida, a segmentação a que as leituras de Schwarz e Santiago estão submetidas pelos mecanismos do campo e que, por sua vez, também encenam nas representações que fazem do outro a que suas críticas se opõem – ao limitar nosso repertório de leituras e de discussão – atinge consequentemente nossa capacidade de reflexão.

Não parece estar disponível um ideal de crítica alheio a tais constrições. Cabe ao nosso fazer um caminhar hesitante que tente dar conta das tensões presentes na sociedade e em seus produtos, que consiga manter um distanciamento crítico de seu objeto e desse modo possa valorá-lo, entendendo-o como parte de um todo, mas parte matizada e complexa que carrega incongruências e ambiguidades variáveis se mudarmos o lugar de enunciação e apreciação. Essa prática assumindo sua dimensão precária não teria como objetivo preservar um método passando por cima ou excluindo os objetos que a ele causem perturbação. Mas

242 SAFATLE, Vladimir. “Zero e um”. *Folha de São Paulo*, Opinião, 06/09/2011.

sim, se autorizaria a problematizar seus próprios pressupostos, desde que isso fosse um imperativo do processo de análise.

Dito isso, o procedimento de leitura adotado nesta investigação dificulta – como talvez seja esperado de um segmento nomeado como “Considerações finais” – que reproduzamos um comentário abrangente sobre os vários e significativos pontos da discussão tratada. É na comparação da análise do pormenor de cada movimento crítico que vislumbramos a possibilidade de uma proposição outra, ainda por se construir. O tratamento crítico do objeto Brasil e de suas produções artísticas parece depender de um olhar que esteja disponível, como afirma Safatle, para reconhecer novos acontecimentos. E parece igualmente necessitar de um olhar comprometido em considerar um histórico de reflexões já realizadas. O impasse em que nos encontramos obriga-nos a encarar que aquilo que compreendemos como Brasil escapa incessantemente às nossas investidas de apreensão. Sendo assim, uma vez mais nos é colocado o desafio de enfrentar o que, quiçá, apresente-se para crítica como insuportavelmente abjeto: um amálgama ambivalente e contraditório.

Referências bibliográficas

I. Obras de Silviano Santiago e Roberto Schwarz

SANTIAGO, Silviano. *O Cosmopolitismo do Pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *Em liberdade: uma ficção* de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. Entrevista para Helena Bomeny e Lúcia Lippi Oliveira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, 2002. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/336.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2009.

_____. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Nas malhas da letra: ensaios*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. *Ora (dizeis) Puxar conversa!:* ensaios literários. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

_____. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Entrevista. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 6, p. 14-37, 2001-2002.

_____. Entrevista. “Desapareceu a perspectiva de um progresso que torne o país decente”. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 11 ago. 2007.

_____. Entrevista: “Um crítico na periferia do Capitalismo”. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n.98, abr. 2004.

_____. “O país do Elefante”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 10 mar. 2002.

_____. “Literatura y Valor”. In: ANDRADE, Ana Luiza; CAMARGO, Maria Lucia de Barros; ANTELO, Raul (Orgs.). *Leituras do Ciclo*. Florianópolis: Abralic; Chapecó: Griffos, 1999.

_____. “Saudação a Sérgio Ferro”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *A sereia e o desconfiado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

II. Outras obras

ADORNO, Theodor. “O ensaio como forma”. In: *Notas de Literatura*. Tradução Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. *Teoria Estética*. Tradução Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1982.

_____. “Crítica cultural e sociedade”. In: *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Tradução Augustin Wenet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ANDRADE, Oswald de. *Pau Brasil*. São Paulo: Globo, 1991.

ANTELO, Raul (Org.). *Declínio da arte, ascensão da cultura*. Santa Catarina: Abralic/Letras Contemporâneas, 1998.

ARANTES, Paulo. “A fratura brasileira do mundo”. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). *Polarização e crescimento mundial*. Petrópolis: Vozes, 2001.

ASSIS, Machado de. “Instinto de Nacionalidade”. In: *Obra completa*. Volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

BAPTISTA, Abel Barros. “Ideia de Literatura Brasileira com propósito cosmopolita”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 15, 2009.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Para uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, Antonio. “A dialética da malandragem”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, 1970.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *A formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de

Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009.

_____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (Orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CUNHA, Eneida Leal (Org.). *Leituras críticas sobre Silvano Santiago*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

D'TRINCAS, Maria Ângela; SCARABOTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida: Ensaio sobre Antonio Candido*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Tradução Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. Tradução Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Literature in secret: an impossible filiation*. Translated by David Wills. Chicago: Universidade de Chicago, 2008.

_____. *Paixões*. Tradução Lóris Z. Machado. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. "This Strange Institution Called Literature: an Interview with Jacques Derrida". In: *Acts of Literature*. London: Routledge, 1992.

DEWS, Peter. "Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade". In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Unesp, 2005.

_____. *The ideology of the aesthetic*. Oxford: Blackweel, 1990.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “As ideias estão no lugar”. In: *Cadernos Debate 1*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. *O Negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na História – Introdução à Filosofia da História Universal*. Lisboa: Edições 70, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. *En busca del futuro perdido: Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México: FCE, 2002.

_____. “Mapeando o pós-modernismo”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Luiz Costa. “Materialismo universitário”. *Folha de São Paulo*, 14 out. 2007.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARSAL, Meritxell Hernando. *Bárbaro e nosso: Indigenismo y vanguardia en Oswald de Andrade y Gamaliel Churata*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

MICELI, Sergio. “O Chão e as Nuvens”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 70, p. 87-97, nov. 2004.

_____. “Os intelectuais e as classes dirigentes”. In: *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: A política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

_____. “Newness, World Language, Alterity: On Borges’s Mark”. In: EGGINTON, William; JOHNSON, David (Orgs.). *Thinking with Borges*. Aurora: The Davies Group, 2009.

MOURA, Flávio Rosa de. *Diálogos críticos: disputas no campo literário brasileiro (1984-2004)*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

NATALI, Marcos Piason. “Pesquisa e Conservação”. Texto não publicado, apresentado na Jornada de Pesquisa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de

São Paulo, 21 maio 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. “Hegemonia às avessas”. *Revista Piauí*, jan. 2007.

_____. “O avesso do avesso”. *Revista Piauí*, out. 2009.

OLMOS, Ana Cecilia Arias. *Revistas Culturales de la transición: prácticas políticas y estrategias de intervención cultural – una lectura comparada de Punto de vista y Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PALTI, Elias José. “The problem of ‘Misplaced Ideas’ revisited: beyond the ‘History of Ideas’ in Latin America”. *Journal of the History of Ideas*, v. 67, n. 1, jan. 2006.

PASTA JÚNIOR, José Antonio. “O juízo da crítica”. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 24, jul. 1989.

PRADO JÚNIOR, Bento. *Alguns ensaios: filosofia, literatura, psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICUPERO, Bernardo. “Da formação à forma. Ainda as ‘Ideias fora do lugar’”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 73, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Dialética da marginalidade – caracterização da cultura brasileira contemporânea”. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 29 fev. 2004.

RUSSEL, Jacob. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Trajetória Cultural/Edusp, 1990.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. “Zero e um”. *Folha de São Paulo*, Opinião, 06 set. 2011.

SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa da (Orgs.). *Desconstruções e contextos nacionais*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 85, nov. 2009.

_____. “O futuro do Lulismo”. *Revista Piauí*, out. 2010.

SISCAR, Marcos. “A desconstrução de Jacques Derrida”. In: BINNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Ozana (Orgs.). *Teoria Literária: Abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Editora UDUEM, 2005.

SOUZA, Marcelo Silva. *O lugar das artes na crítica de Roberto Schwarz*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOVIK, Liv. “‘O Haiti é aqui/O Haiti não é aqui’: Música popular, dependência cultural e identidade brasileira na polêmica Schwarz-Silviano Santiago”. In: MATO, Daniel (Org.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Can the subaltern speak?”. In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press, 1988.

SÜSSEKIND, Flora. “Ou não? Notas sobre a crítica de Davi Arrigucci e Roberto Schwarz”. In: *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

WISNIK, José Miguel. *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Bem vindo ao deserto do Real!*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. “O Espectro da ideologia”. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.